

Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste

Relatório de Estágio

Zaida Maria da Silva Medeiros

Mestrado em

**Património, Museologia e
Desenvolvimento**



Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste

Relatório de Estágio

Zaida Maria da Silva Medeiros

Orientadora

Professora Doutora Susana Goulart Costa

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento



Ao Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro

RESUMO

“Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste”

O presente relatório, intitulado *Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste* cumpre um dos requisitos (Dissertação ou Estágio com Relatório) para a obtenção do grau de mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento, na Universidade dos Açores.

O estágio decorreu de 17 de novembro de 2016 a 27 de janeiro de 2017, no gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nordeste, ilha de S. Miguel, Açores, resultando do protocolo realizado entre a Universidade dos Açores e esta edilidade.

As atividades acompanhadas e desenvolvidas durante o estágio tiveram como temática proposta, a questão do património cultural do Concelho de Nordeste, dentro da lógica de organização e apresentação de um Contributo para uma Carta Patrimonial, que serviu como ponto de partida para a elaboração do presente relatório.

Assim, a oportunidade que nos foi dada pela Câmara Municipal de Nordeste de apresentarmos um Contributo para uma Carta Patrimonial no concelho de Nordeste, no qual procurássemos apresentar as potencialidades do concelho no âmbito do Património Cultural, foi o desafio que abraçámos.

PALAVRAS-CHAVE: Património Cultural; Carta Patrimonial; Concelho do Nordeste; Equipamentos Culturais

ABSTRACT

“A Contribution to a Heritage Charter on the Northeast County of S. Miguel”

This report titled *A Contribution to a Heritage Charter on the Northeast County of S. Miguel* meets one of the requirements for completing a master’s degree in Heritage, Museology and Development at the University of the Azores - *Dissertation or Internship with Report*.

My internship was from November 17, 2016 to January 27, 2017. It took place at the Office of Heritage, Culture and Human Resources of the town hall of “Nordeste”, S. Miguel Island, Azores, resulting from a protocol between the University of the Azores and this Council.

The activities followed and developed during my internship had as theme, *the cultural heritage of Northeast County of S. Miguel*, and as goal a contribution to the creation of a Heritage Charter, which served as the starting point for the development of this report.

The opportunity given to me by the town hall of “Nordeste” to present a contribution for a Heritage Charter for the county was the challenge I embraced and enjoyed.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Heritage Charter; Council of Northeast; Cultural Equipment’s

AGRADECIMENTOS

Embora apresentado como relatório individual, um trabalho desta natureza nunca pode realizar-se sem a colaboração, apoio, e incentivo de várias pessoas e entidades que de alguma forma me acompanharam neste trajeto. Deixar-lhes aqui publicamente expressa a minha gratidão é, mais do que uma formalidade, uma simples, mas sincera manifestação de reconhecimento pelo apoio incondicional que ofereceram.

Desde logo devo agradecer à minha orientadora Professora Doutora Susana Goulart Costa pela sua sapiência, disponibilidade e rigor crítico com que orientou o meu trabalho. Obrigado por acreditar em mim e aceitar-me como orientanda.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, na pessoa do Dr. Carlos Mendonça, agradeço a oportunidade de estágio e pelo apoio que sempre disponibilizou.

Ao senhor Vice-Presidente Milton Mendonça pela disponibilização e amabilidade com que me recebeu na C.M.N para a realização deste estágio e por toda a ajuda durante estas 6 semanas.

À minha filha Luana e ao meu companheiro Roberto, pela incansável compreensão pelos momentos que não lhes dediquei ao longo desta minha formação académica.

Ao meu sogro, meu guia e meu “professor” José Medeiros, agradeço pela sua preciosa companhia e orientação no redescobrir o património cultural do concelho de Nordeste.

À minha mãe, Maria Aurora da Silva, que mesmo distante, esteve sempre comigo, ensinando-me, apoiando-me, amando-me incondicionalmente e acreditando sempre no meu potencial.

O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a caracterização deste relatório, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	xii
ÍNDICE DE QUADROS	xiii
ÍNDICE FOTOGRÁFICO	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xvi
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - O Património Cultural ao serviço do desenvolvimento local	20
1.1 Património e Desenvolvimento Local	20
1.2 As autarquias na preservação do Património Local	40
CAPÍTULO II - O Concelho de Nordeste	44
2.1 Breve descrição geográfica e histórica do Concelho de Nordeste	44
2.2. Identidade social e cultural do Concelho de Nordeste	47
2.2.1. Características demográficas e económicas	47
2.2.2. Principais traços culturais	49
CAPÍTULO III - O trajeto de investigação em ambiente de trabalho: Estágio Curricular	57
3.1 Câmara Municipal de Nordeste – Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos – Evolução histórica, funcional e organizacional	57
3.1.1. Estrutura orgânica e competências	57
3.1.2. Vice-presidência – Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos	62
3.2 Atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular	64
CAPÍTULO IV – Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste	71
4.1 O Projeto	71
4.2 Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste	73

CONCLUSÃO	198
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200
ANEXOS	207
Anexo I – Cronograma do Trabalho	207
Anexo II – Cronograma do Estágio	208

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 Património Cultural	35
Fig. 2 Mapa do Concelho de Nordeste	45
Fig. 3 Número de habitantes por freguesia	47
Fig. 4 Organograma da Câmara Municipal de Nordeste	61
Fig. 5 Modelo de Ficha de Caracterização	68
Fig. 6 Mapa das Igrejas existentes no Concelho de Nordeste	77
Fig. 7 Mapa Igreja de Nossa Senhora da Luz	78
Fig. 8 Mapa Igreja Matriz de São Jorge	79
Fig. 9 Mapa Igreja de Nossa Senhora da Conceição	80
Fig. 10 Mapa Igreja de São Pedro	81
Fig. 11 Mapa Igreja de Santo António	82
Fig. 12 Mapa Igreja de Nossa Senhora do Amparo	83
Fig. 13 Mapa Igreja de Santana	84
Fig. 14 Mapa Igreja de Nossa Senhora da Anunciação	85
Fig. 15 Mapa Igreja de Nossa Senhora do Rosário	86
Fig. 16 Mapa Igreja de São José	87
Fig. 17 Mapa das Ermidas existentes no Concelho de Nordeste	90
Fig. 18 Mapa Ermida de Nossa Senhora da Mãe de Deus	91
Fig. 19 Mapa Ermida de Nossa Senhora da Nazaré	92
Fig. 20 Mapa Ermida de Nossa Senhora do Rosário	93
Fig. 21 Mapa Ermida de Nossa Senhora do Pranto	94
Fig. 22 Mapa Ermida de Nossa Senhora de Fátima	95
Fig. 23 Mapa dos Nichos / Alminhas existentes no Concelho de Nordeste	98
Fig. 24 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Nordeste (Pedreira)	99
Fig. 25 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Lomba da Fazenda	100
Fig. 26 Mapa Nicho de Nossa Senhora da Conceição – Lomba da Fazenda (Termo)	101
Fig. 27 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima – S. Pedro de Nordestinho	102
Fig. 28 Mapa Nicho de Santo António – Santo António de Nordestinho	103
Fig. 29 Mapa Alminha (Romeiro falecido) – Santo António de Nordestinho	104
Fig. 30 Mapa Oratório de Nossa Senhora de Fátima - Algarvia	105
Fig. 31 Mapa Nicho de Nossa Senhora do Carmo - Algarvia	106
Fig. 32 Mapa Gruta de Oração do Romeiro a Nossa Senhora - Algarvia	107
Fig. 33 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima - Achada	108
Fig. 34 Mapa Alminha / Padrão Histórico - Achadinha	109
Fig. 35 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima - Achadinha	110
Fig. 36 Mapa dos Triatos existentes no Concelho de Nordeste	113
Fig. 37 Mapa Triato do Espírito Santo – Nordeste (Pedreira – Rebentão)	114
Fig. 38 Mapa Triato do Espírito Santo – Nordeste (Cinzeiro)	115
Fig. 39 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Grota do Bravo	116
Fig. 40 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Rua de Baixo	117
Fig. 41 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Erva Má	118
Fig. 42 Mapa Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda (Lomba da Cruz de Cima)	119

Fig. 43 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Lomba da Cruz de Cima	120
Fig. 44 Mapa Triato do Espírito Santo – Caminho do Concelho	121
Fig. 45 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Conceição	122
Fig. 46 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Leira	123
Fig. 47 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo das Almas	124
Fig. 48 Mapa Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho (Assomada)	125
Fig. 49 Mapa Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho	126
Fig. 50 Mapa Triato do Espírito Santo – Santo António de Nordestinho (Calvo)	127
Fig. 51 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Algarvia	128
Fig. 52 Mapa Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Cruz)	129
Fig. 53 Mapa Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Rua Direita)	130
Fig. 54 Mapa Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Pequena – Almas)	131
Fig. 55 Mapa Triato do Espírito Santo – Achada	132
Fig. 56 Mapa Triato do Espírito Santo – Achadinha	133
Fig. 57 Mapa dos Coretos do Concelho de Nordeste	138
Fig. 58 Mapa Coreto do Nordeste (Pedreira)	139
Fig. 59 Mapa Coreto do Nordeste (Vila de Nordeste)	140
Fig. 60 Mapa Coreto da Lomba da Fazenda	141
Fig. 61 Mapa Coreto da Lomba da Fazenda	142
Fig. 62 Mapa Coreto de São Pedro de Nordestinho	143
Fig. 63 Mapa Coreto de Santo António de Nordestinho	144
Fig. 64 Mapa Coreto da Algarvia	145
Fig. 65 Mapa Coreto de Santana	146
Fig. 66 Mapa Coreto da Achada	147
Fig. 67 Mapa Coreto da Achadinha	148
Fig. 68 Mapa Coreto da Salga	149
Fig. 69 Mapa com a localização do Farol do Arnel no Concelho de Nordeste	151
Fig. 70 Mapa Farol do Arnel	152
Fig. 71 Mapa Património Civil (Monumentos, Padrões e Personalidades)	171
Fig. 72 Mapa Ponte dos Sete Arcos – Nordeste	172
Fig. 73 Mapa Estátua de António Alves de Oliveira – Nordeste	173
Fig. 74 Mapa Busto do Padre Francisco Jacinto D’Amaral – Lomba da Fazenda	174
Fig. 75 Mapa Busto do Padre Dinis da Luz – São Pedro de Nordestinho	175
Fig. 76 Mapa Busto do Padre Manuel Raposo – Santo António de Nordestinho	176
Fig. 77 Mapa Busto de Dom David Dias Pimentel – Algarvia	177
Fig. 78 Mapa Memorial ao Poeta Virgílio de Oliveira – Achada	178
Fig. 79 Mapa Obelisco – Desembarque das Tropas Liberais – Achadinha	179
Fig. 80 Mapa com a localização dos Paços do Concelho	181
Fig. 81 Mapa Paços do Concelho – Nordeste	182
Fig. 82 Mapa com a localização dos Lavadouros existentes no Concelho de Nordeste	185
Fig. 83 Mapa Lavadouros – Nordeste (Pedreira – Canada das Machadas)	186
Fig. 84 Mapa Lavadouros– Nordeste (Pedreira - Cinzeiro)	187
Fig. 85 Mapa Lavadouros– Nordeste (Vila de Nordeste)	188
Fig. 86 Mapa Lavadouros – Lomba da Fazenda	189
Fig. 87 Mapa Lavadouros (Particular) – Lomba da Fazenda	190
Fig. 88 Mapa Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Espigão)	191

Fig. 89 Mapa Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Rua da Vila Nova)	192
Fig. 90 Mapa Lavadouros – Algarvia	193
Fig. 91 Mapa Lavadouros – Santana (Feteira Grande)	194
Fig. 92 Mapa Lavadouros – Achada	195
Fig. 93 Mapa Lavadouros – Achadinha	196

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Síntese cronológica das Cartas e Convenções relativas ao património	24
Tabela 2 Festas populares do Concelho de Nordeste	55
Tabela 3 Património Religioso do Concelho de Nordeste	76
Tabela 4 Património Religioso – Igrejas	77
Tabela 5 Património Religioso – Ermidas	90
Tabela 6 Património Religioso – Nichos / Alminhas	97
Tabela 7 Património Religioso – Triatos do Espírito Santo no Concelho de Nordeste	112
Tabela 8 Património Civil do Concelho de Nordeste	136
Tabela 9 Património Civil - Coretos	137
Tabela 10 Património Civil – Farol do Arnel	151
Tabela 11 Património Civil – Fontanários do Concelho de Nordeste	154
Tabela 12 Património Civil – Monumentos, Padrões e Personalidades	171
Tabela 13 Património Civil – Paços do Concelho	181
Tabela 14 Património Civil – Lavadouros	184



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Cronograma do Estágio – 1ª Fase	66
Quadro 2 Cronograma do Estágio – 2ª Fase	70
Quadro 3 Cronograma do Estágio – 3ª Fase	70

ÍNDICE FOTOGRÁFICO

Foto 1 Igreja de Nossa Senhora da Luz	78
Foto 2 Igreja Matriz de São Jorge	79
Foto 3 Igreja de Nossa Senhora da Conceição	80
Foto 4 Igreja de São Pedro	81
Foto 5 Igreja de Santo António	82
Foto 6 Igreja de Nossa Senhora do Amparo	83
Foto 7 Igreja de Santana	84
Foto 8 Igreja de Nossa Senhora da Anunciação	85
Foto 9 Igreja de Nossa Senhora do Rosário	86
Foto 10 Igreja de São José	87
Foto 11 Ermida de Nossa Senhora da Mãe de Deus	91
Foto 12 Ermida de Nossa Senhora da Nazaré	92
Foto 13 Ermida de Nossa Senhora do Rosário	93
Foto 14 Ermida de Nossa Senhora do Pranto	94
Foto 15 Ermida de Nossa Senhora de Fátima	95
Foto 16 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Pedreira	99
Foto 17 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Lomba da Fazenda	100
Foto 18 Nicho de Nossa Senhora da Conceição – Lomba da Fazenda	101
Foto 19 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – S. Pedro de Nordestinho	102
Foto 20 Nicho de Santo António – Santo António de Nordestinho	103
Foto 21 Alminha / Homenagem a um Romeiro falecido – Santo António de Nordestinho	104
Foto 22 Oratório de Nossa Senhora de Fátima – Algarvia	105
Foto 23 Nicho de Nossa Senhora do Carmo - Algarvia	106
Foto 24 Gruta de Oração do Romeiro a Nossa Senhora - Algarvia	107
Foto 25 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Achada	108
Foto 26 Alminha / Padrão Histórico - Achadinha	109
Foto 27 Nicho de Nossa Senhora de Fátima - Achadinha	110
Foto 28 Triato do Espírito Santo – Nordeste (Rebentão)	114
Foto 29 Triato do Espírito Santo – Nordeste (Cinzeiro)	115
Foto 30 Triato do Espírito Santo – Império da Grota do Bravo	116
Foto 31 Triato do Espírito Santo – Império da Rua de Baixo	117
Foto 32 Triato do Espírito Santo – Império da Erva Má	118
Foto 33 Triato do Espírito Santo – Império da Lomba da Cruz de Cima	119
Foto 34 Triato do Espírito Santo – Império da Lomba da Cruz de Cima	120
Foto 35 Triato do Espírito Santo – Império do Caminho Concelho	121
Foto 36 Triato do Espírito Santo – Império da Conceição	122
Foto 37 Triato do Espírito Santo – Império do Espírito da Leira	123
Foto 38 Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo das Almas	124
Foto 39 Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho (Assomada)	125
Foto 40 Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho	126
Foto 41 Triato do Espírito Santo – Sto. António Nordestinho (Calvo)	127
Foto 42 Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Algarvia	128
Foto 43 Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Cruz)	129

Foto 44 Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Rua Direita)	130
Foto 45 Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Pequena – Almas)	131
Foto 46 Triato do Espírito Santo – Achada	132
Foto 47 Triato do Espírito Santo – Achadinha	133
Foto 48 Coreto do Nordeste (Pedreira)	139
Foto 49 Coreto do Nordeste (Vila de Nordeste)	140
Foto 50 Coreto da Lomba da Fazenda	141
Foto 51 Coreto da Lomba da Fazenda	142
Foto 52 Coreto de São Pedro de Nordestinho	143
Foto 53 Coreto de Santo António de Nordestinho	144
Foto 54 Coreto da Algarvia	145
Foto 55 Coreto de Santana	146
Foto 56 Coreto da Achada	147
Foto 57 Coreto da Achadinha	148
Foto 58 Coreto da Salga	149
Foto 59 Farol do Arnel	152
Foto 60 Fontanários do Nordeste (Pedreira)	155
Foto 61 Fontanários do Nordeste (Vila de Nordeste)	157
Foto 62 Fontanários da Lomba da Fazenda	158
Foto 63 Fontanários de São Pedro de Nordestinho	160
Foto 64 Fontanários de Santo António de Nordestinho	162
Foto 65 Fontanários da Algarvia	163
Foto 66 Fontanários de Santana	165
Foto 67 Fontanários da Achada	166
Foto 68 Fontanários da Achadinha	167
Foto 69 Fontanários da Salga	168
Foto 70 Ponte dos Sete Arcos – Nordeste	172
Foto 71 Estátua de António Alves de Oliveira – Nordeste	173
Foto 72 Busto do Padre Francisco Jacinto D’Amaral – Lomba da Fazenda	174
Foto 73 Busto do Padre Dinis da Luz – São Pedro de Nordestinho	175
Foto 74 Busto do Padre Manuel Raposo – Santo António de Nordestinho	176
Foto 75 Busto de Dom David Dias Pimentel – Algarvia	177
Foto 76 Memorial ao Poeta Virgílio de Oliveira – Achada	178
Foto 77 Obelisco – Desembarque das Tropas Liberais – Achadinha	179
Foto 78 Paços do Concelho – Nordeste	182
Foto 79 Lavadouros – Nordeste (Pedreira – Canada das Machadas)	186
Foto 80 Lavadouros – Nordeste (Pedreira - Cinzeiro)	187
Foto 81 Lavadouros – Nordeste (Vila de Nordeste)	188
Foto 82 Lavadouros – Lomba da Fazenda	189
Foto 83 Lavadouros (Particular) – Lomba da Fazenda	190
Foto 84 Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Espigão)	191
Foto 85 Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Rua da Vila Nova)	192
Foto 86 Lavadouros – Algarvia	193
Foto 87 Lavadouros – Santana (Feteira Grande)	194
Foto 88 Lavadouros – Achada	195
Foto 89 Lavadouros – Achadinha	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C.M.N – Câmara Municipal de Nordeste

D. R – Diário da República

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IEN – Instituto Nacional de Estatística

IFLA – Federação Internacional dos Arquitetos Paisagistas

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IPA – Inventário do Património Arquitetónico

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

G.P.C.R.H – Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

INTRODUÇÃO

O património cultural é um testemunho importantíssimo da história, que nos concede informação sobre o modo como as sociedades assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram a sua identidade. Entendido nas suas variadas dimensões (histórica, estética, técnica, artística, económica, social, científica, arquitetónica, arqueológica, documental, etnográfica, industrial, etc.), o património cultural pode constituir um verdadeiro pilar de desenvolvimento do local que o condiciona e envolve e da sociedade que o produz e usufrui.

Neste sentido, o património cultural assume um valor estratégico que não se pode desperdiçar. Pelo contrário, é imprescindível encontrar estratégias que permitam agregar esta riqueza cultural que se encontra, por vezes, dispersa, com vista a possibilitar o seu (re)conhecimento pleno e, desta forma, cooperar para a sua preservação, promoção e divulgação. Para atingir esse fim, é necessário que se tenha, primeiramente, o conhecimento da sua existência.

O Nordeste é um concelho que possui variados recursos, desde o património natural de grande beleza, à riqueza e diversidade do seu património cultural, tangível e intangível. Assim, tendo em vista a valorização e promoção do património cultural do concelho de Nordeste, o estágio curricular desenvolvido no Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nordeste (com início em meados de novembro de 2016 e conclusão no final de janeiro de 2017 - *Vd. Anexo I – Calendário de estágio*) centrou-se na identificação dos equipamentos e bens culturais existentes no concelho, passíveis de serem alvo de um contributo para uma Carta Patrimonial.

O interesse pelo tema prende-se com o facto de a autora residir no concelho do Nordeste e de ter sido influenciada pelas diversas unidades curriculares lecionadas no curso de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, que de certa forma, a sensibilizaram para a valorização do património, cujo carácter cultural e identitário é essencial preservar e divulgar.

Por forma a se cumprir estes objetivos o estágio desenvolveu-se por três etapas:

1. Trabalho de gabinete/recolha bibliográfica;
2. Trabalho de campo;
3. Redação de Carta Patrimonial

Na primeira etapa, investiu-se numa pesquisa bibliográfica, com a qual pretendeu-se obter uma visão multidimensional sobre a temática e analisar as visões existentes sobre o

património cultural e desenvolvimento, onde se definiram alguns conceitos-chave, nomeadamente o de património e desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, foi possível recolher importantes informações que permitiram caracterizar o território em estudo, bem como evidenciar a falta de dados sobre o potencial cultural do Concelho de Nordeste. Assim, pretendeu-se nesta etapa construir e consolidar um quadro teórico de referência (no qual toda investigação se fundamenta) e obter alguns dados fundamentais para a análise do nosso objeto de estudo.

No que concerne à segunda etapa, o estágio foi desenvolvido por uma efetiva interação no terreno com visitas *in loco* a todas as freguesias do concelho, que permitiram o contato com agentes locais, como associações e pequenas e médias empresas e outros elementos de referência cultural do concelho de Nordeste, por forma a se efetuar uma pesquisa local e levantamento fotográfico. O recurso a esta técnica, assente na observação e recolha direta de informações, teve por finalidade completar e confirmar os dados obtidos documentalmente. Isto porque só o cruzamento destas duas fases nos forneceria as informações necessárias para a elaboração da Carta Patrimonial.

Finalmente, na terceira e última etapa procedeu-se à organização e sistematização dos dados para se proceder à redação do presente relatório, onde é incluído um contributo para a criação de uma Carta Patrimonial a apresentar à Câmara Municipal de Nordeste.

Relativamente à estrutura do relatório, este encontra-se dividido em quatro capítulos e possui ainda algumas considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado *O Património Cultural ao serviço do desenvolvimento local*, lança-se como desafio o enquadramento teórico de conceitos fundamentais (património e desenvolvimento local) para o estudo e compreensão do espaço em investigação, onde é, também, efetuada uma síntese relativa ao papel das autarquias na preservação e valorização do património local. Foi a partir do quadro teórico que alicerçámos a componente prática desta investigação, assente no caso particular do concelho de Nordeste.

Assim, o segundo capítulo, intitulado *O Concelho de Nordeste* apresenta uma breve descrição geográfica e histórica do Concelho de Nordeste e aborda a identidade social e cultural do concelho. Relativamente ao capítulo terceiro, denominado por *O trajeto de investigação em ambiente de trabalho: o Estágio Curricular* descreve de forma pormenorizada as três etapas realizadas no estágio.

Finalmente, depois de reunida e analisada a informação, surge o quarto capítulo denominado *Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste*. No nosso entender, o valor patrimonial é cada vez mais um produto suscetível de ser exportado e

fazendo sentido apenas quando partilhado. Assim, incentivamos e propomos a criação de uma Carta Patrimonial para o território em estudo que poderá ser considerada como um contributo para o desenvolvimento local.

No final do presente relatório, apresentamos as considerações finais retiradas de todo o relatório de estágio, no qual procurámos articular o quadro conceptual desenvolvido no primeiro capítulo com os dados analisados no quarto.

O relatório *Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste*, é um trabalho de identificação, mapeamento e caracterização dos equipamentos culturais existentes no concelho de Nordeste. Pretende-se, assim, com este trabalho, identificar e assinalar a diversidade dos bens e equipamentos culturais existentes neste município, de modo a melhor se conhecer, preservar e gerir um património que é de todos e para todos. Não se trata de uma recolha vasta e profunda, mas sim duma pequena amostra que julgamos ser a espinha dorsal dos valores culturais, ficando ainda muito por dizer e analisar.

Abordar a importância do património cultural do concelho de Nordeste é uma forma de contribuir para a sua divulgação e promoção. Desta forma, o presente relatório deve ser considerado como um incentivo aos agentes locais, bem como à autarquia e outros organismos públicos e privados na equação do potencial cultural e do possível desenvolvimento económico. Identificar e documentar o património é, assim, o primeiro passo para que este possa vir a ser preservado e valorizado.

CAPÍTULO I

O Património Cultural ao serviço do desenvolvimento local

No presente capítulo pretende-se enquadrar teoricamente alguns conceitos-chave para o estudo que pretendemos levar a cabo, no sentido de avaliar o contributo do património cultural no desenvolvimento local e o papel das autarquias na sua preservação e valorização.

Para isso, investimos numa seleção bibliográfica que nos permitiu obter uma visão das perspetivas existentes acerca da temática “património e desenvolvimento local”. Afigura-se como relevante analisar estes porque qualquer aposta numa estratégia de preservação e valorização do património implica a utilização de conceitos fundamentais que permitam a definição de uma estratégia de fomento de desenvolvimento local.

1.1 Património e Desenvolvimento Local

Com origem do latim “*patrimonium*” que significa *patri* – «pai», *monium*, «recebido», recebido do pai, o conceito de património, segundo a sua aceção clássica, refere-se ao legado que herdamos do passado e que transmitimos às gerações futuras. Porém, património não se limita apenas ao sentido de herança. Refere-se também, aos bens produzidos pelos nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais¹.

Françoise Choay define como “restos da Antiguidade” a forma como o património era percecionado até 1830, com três tipologias exclusivas: os Castelos, os edifícios da Idade Média, e as Catedrais Góticas. A monumentalidade ostentando riqueza e grandiosidade eram as premissas consideradas para a definição do património².

O património, conceito que foi alvo de inúmeras interpretações em diversas épocas, é um testemunho irrepreensível da história, que nos proporciona informação sobre o modo como as sociedades assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram a sua identidade³.

¹ *Património* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017.

Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonio> consultado a 17-11-2016.

² Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, 2010, pág. 12.

³ Jorge Custódio (coord. Científico). *100 Anos de Património: Memória e identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico I.P., 2010.

Um dos primeiros indícios do conceito de Património remonta à Revolução Francesa, mais propriamente em, 1789, com a tomada de consciência coletiva de que os antigos bens da monarquia, da igreja e da nobreza, não deveriam ser destruídos, mas sim tornarem-se propriedade da Nação⁴.

De facto, o período que sucedeu à Revolução Francesa foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, com o intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero. Porém, a reação ao "vandalismo" revolucionário, que ameaçava expurgar do solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em providências oficiais tomadas pelo Estado que, visando a salvaguarda dos monumentos históricos, levaram à criação de legislação sobre o assunto⁵.

Neste contexto, “a 2 de Outubro de 1789, efetuou-se um dos primeiros actos jurídicos da Constituição, ao colocar os bens do clero à disposição da nação (...) de seguida os dos emigrantes e por fim os bens da coroa”⁶. A partir de então, o património passou a ser entendido como um bem material de elevado valor para a nação e conseqüentemente, como algo a preservar.

Contudo, é em 1837, com a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais, na França, que a importância de preservar e conservar os testemunhos antigos ganha força, difundindo-se rapidamente, por todas as capitais europeias⁷. Em Portugal, o “[...] primeiro sistema coerente de protecção, salvaguarda, conservação e transmissão da herança cultural portuguesa”, surge na legislação, no período da República, com o Decreto de 19 de Novembro de 1910, que estabelece novas bases de protecção do património artístico nacional⁸.

Para além das normas criadas no âmbito dos Estados nacionais, para a protecção dos bens culturais, surge uma série de medidas derivadas do direito internacional, principalmente a partir do final do século XIX, que podem ser divididas em duas categorias: as medidas para a protecção dos bens culturais em tempo de guerra e em tempo de paz. De facto, a preocupação em garantir medidas de protecção dos monumentos históricos, em caso de conflito armado, encontra-se presente em textos jurídicos desde o século XIX e inícios do

⁴ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, 2010, pág. 98

⁵ KÜHL, Beatriz, *A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico*.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15601/17175>, consultado a 05-10-2017.

⁶ Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, 2010, pág. 98.

⁷ Ver ibidem, p. 152.

⁸ CUSTÓDIO, Jorge – *A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)*.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 85.

nosso século. Reconhece-se, deste modo, o efeito devastador dos novos instrumentos bélicos e a necessidade de se criar medidas em tempo de paz.

Deste modo, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por forma a solucionar e definir critérios baseados em “métodos científicos” e princípios, de abrangência internacional, que norteassem a ação para a salvaguarda do património artístico e histórico, fez reunir o «Congresso Internacional de História e de Arte» em Paris, no ano de 1921, e posteriormente na cidade de Roma, em 1930.

Contudo, foi em Atenas entre 21 e 30 de Outubro de 1931, que se realizou a primeira Conferência relativa aos Monumentos históricos, promovida pelo «Serviço Internacional de Museus», organismo dependente da «Sociedade das Nações», durante a qual, cerca de vinte e quatro países europeus discutiram um conjunto de temas que sintetizam ainda hoje, as principais preocupações dos técnicos ligados à conservação e restauro dos bens culturais⁹.

Da conferência surge, então, uma carta de princípios, a «Carta de Atenas», que enuncia noções inovadoras e decisivas no âmbito da conservação e restauro. O monumento passa a congregar um conjunto de preocupações relacionadas com a sua importância estética, histórica, sociocultural e simbólica, justificando a necessidade de controlar as transformações no espaço envolvente ao mesmo, entendido mais como “uma potencial ameaça à sua integridade, do que como um possível valor em si, muitas vezes indissociável do próprio monumento”¹⁰.

Este documento manterá uma atualidade impressionante ao longo de todo o século XX, servindo, inclusivamente, de base a outros encontros internacionais, de extraordinária relevância para a formação de uma legislação específica dedicada ao património, sobretudo a partir de 1960¹¹.

⁹ Em Outubro de 1931 foi elaborada, durante o I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos em Monumentos, a Carta de Atenas. Este congresso contou com a presença de 120 peritos de 24 países, e tendo como temática a longevidade dos monumentos históricos suscetíveis de ameaça externa, aqui se constituiu o primeiro ato normativo internacional exclusivamente dedicado ao património e incidindo sobre a problemática do restauro de monumentos. Sobre o assunto, consultar Legislação e Património - Serviço Internacional de Museus in: <http://euromachs.fl.uc.pt/heritage/index.php?page=carta-de-atenas-sobre-o-restauro-de-monumentos-1931>.

¹⁰ FERREIRA, V, *Olhares sobre o património cultural. Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, 2011, p. 8. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Ferreira10/publication/260247302_Olhares_Sobre_o_Patrimonio_Cultural/links/0deec5304e5e2008ed000000/Olhares-Sobre-o-Patrimonio-Cultural.pdf, consultado a 4-10-2017.

¹¹ In LOPES, Flávio. *Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais. A evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de documentos internacionais*. Lisboa: Direcção Regional de Lisboa Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1996. P.39-45.

Outra das consequências da Conferência de Atenas foi a criação da Comissão Internacional dos Monumentos Históricos, em 1933, que pode ser considerada a precursora do ICOMOS (extinta com a 2.^a Guerra Mundial)¹².

Por sua vez, a II Guerra Mundial (1939-1945), determina uma nova etapa na história da conservação e restauro do património. O cenário deixado pelo conflito, de profunda destruição dos monumentos históricos de valor artístico e cultural, levanta questões relativamente à sua salvaguarda, impondo-se deste modo a necessidade de se reformular os princípios de conservação e restauro anteriormente estabelecidos, nomeadamente, à metodologia de intervenção mínima defendida pela Carta de Atenas de Restauro¹³.

Foi neste contexto que surgiram importantes organizações internacionais (de diferente matriz estrutural e funcional), que através de documentos orientadores e quadros de expressão normativa, influenciaram profundamente a nossa forma de compreender o património, e contribuíram de modo decisivo para uma certa convergência ao nível dos critérios reguladores e, conseqüentemente, a sua terminologia. São de realçar, por exemplo, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e cultura – com origem em 1945), o Conselho da Europa (organização intergovernamental de âmbito europeu, fundada em 1949) e o ICOMOS (sigla da organização não-governamental, criada em 1965, para designar o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios).

Ao longo do último século, estas organizações registaram uma intensa atividade legislativa através da publicação de diversas Cartas, Recomendações, Convenções e Acórdãos sobre as mais diversas manifestações patrimoniais. Desde a publicação da Carta de Atenas, no ano de 1931, até à Carta de Bruxelas, datada de 2009, várias foram as definições relacionadas com o Património Cultural legadas por essas organizações internacionais (ver Tabela 1).

¹² *História da Comissão Nacional Portuguesa. Antecedentes*. Disponível em: http://www.icomos.pt/images/pdfs/AG2015-historia_do_ICOMOS.pdf, consultado a 02-10-2017.

¹³ Sobre o assunto consultar, João Pedro Guimarães, *Técnicas Tradicionais de Construção, Anomalias e Técnicas de Intervenção em Fachadas e Coberturas de Edifícios Antigos*, Disponível em: https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/282/1/msc_jppguimaraes.pdf, consultado a 02-10-2017.

Tabela 1 Síntese cronológica das Cartas e Convenções relativas ao património

ANO	CARTAS E CONVENÇÕES RELATIVAS AO PATRIMÓNIO
1931	<p>Carta de Atenas (Serviço Internacional de Museus da Sociedade das Nações)</p> <p>Recomenda o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem proscriver estilo de nenhuma época¹⁴.</p>
1954	<p>Convenção Sobre a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado</p> <p>Em 1954 surge, sob a égide da UNESCO, a Convenção de Haia, destinada à Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. Este documento recomenda o recenseamento dos bens culturais de valor inquestionável ficando os Estados signatários na responsabilidade de os preservar, interditando-os à exposição dos efeitos destrutivos dos conflitos armados e procurando em simultâneo prevenir o roubo e a exportação de bens culturais como despojos de guerra. Pela primeira vez, foram utilizadas numa Convenção Internacional, as designações património cultural e bem cultural.</p> <p>Convenção de Haia (UNESCO) Capítulo I – Artigo 1º a) Define bens culturais, como bens móveis ou imóveis, que apresentem grande importância para o património cultural dos povos, tais como monumentos de arquitectura, da arte ou da história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, ou conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico (...)¹⁵.</p>
1957	<p>I Congresso Internacional de Arquitectos e Especialistas de Monumentos Históricos</p> <p>Recomendava que os países que ainda não tivessem uma organização central para a protecção dos edifícios históricos, providenciassem a criação dessa autoridade, e, em nome da UNESCO, que os estados membros da UNESCO se juntassem no Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICROM) sedado em Roma¹⁶.</p>
1962	<p>Recomendação de Paris – Recomendação para a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e Sítios (UNESCO)</p> <p>“entende-se por salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos”¹⁷.</p>

¹⁴ FERREIRA, V, *Olhares sobre o património cultural. Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, 2011, p. 8. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Ferreira10/publication/260247302_Olhares_Sobre_o_Patrimonio_Cultural/links/0deec5304e5e2008ed000000/Olhares-Sobre-o-Patrimonio-Cultural.pdf, consultado a 4-10-2017.

¹⁵ Decreto n.º 44.851, de 11 de novembro de 1958 que promulga a Convenção e Protocolo para a Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Haia, 1954, disponível em: http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf, consultado a 05-10-2017.

¹⁶ Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), disponível em: <http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos/historia>, consultado a 05-10-2017.

¹⁷ *Recomendação de Paris. Paisagens e Sítios, 1962*, disponível em:

<p>1964</p>	<p>II Congresso de Arquitectos e Especialistas de Monumentos Históricos</p> <p>Adotou 13 Resoluções, sendo a 1^a. a Carta Internacional do Restauro, conhecida por Carta de Veneza, e a 2^a., apadrinhada pela UNESCO, prevendo a criação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS).</p> <p>Carta de Veneza (ICOMOS) Preâmbulo – “os povos tornam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade colectiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade. A utilização do património para fins sociais facilita a sua conservação (...) estabelecendo limites às modificações que resultam da sua nova utilização. Os monumentos de um povo, portadores de uma mensagem do passado, são um testemunho vivo das suas tradições seculares. A Humanidade tem vindo progressivamente a tomar maior consciência da unidade dos valores humanos e a considerar os monumentos antigos como uma herança comum, assumindo colectivamente a responsabilidade da sua salvaguarda para as gerações futuras e aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade (...)”¹⁸.</p> <p>Esta carta vem ampliar a noção de património arquitetónico e assinalar a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas, quer urbanas, quer rurais. É consagrado internacionalmente a noção de sítio urbano ou rural com valor patrimonial, lançando assim as bases para o reconhecimento, em particular dos centros históricos urbanos, como objetos de salvaguarda patrimonial¹⁹.</p>
<p>1972</p>	<p>Mesa Redonda de Santiago do Chile (ICOM)</p> <p>É apresentada uma nova conceção de valorização e salvaguarda do património: A Nova Museologia que se materializa da seguinte forma no que diz respeito aos espaços rurais: “Os museus devem acima de tudo, servir à consciencialização dos problemas do meio rural, das seguintes formas:</p> <p>a) Exposição de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da vida da comunidade;</p> <p>b) Exposições culturais propondo soluções diversas ao problema do meio social e tecnológico, a fim de proporcionar ao público uma consciência, mais aguda sobre estes problemas (...)”²⁰.</p>
<p>1972</p>	<p>Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural – Convenção de Paris (UNESCO)</p> <p>“Constatando que o Património Cultural e o Património Natural estão cada vez mais ameaçados de destruição não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução</p>

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>, consultado a 05-10-2017.

¹⁸ Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), disponível em: <http://www.icomos.pt/index.php/o-que-e-o-icomos/historia>, consultado a 05-10-2017.

¹⁹ A partir da década de 60 do século XX é possível identificar uma progressiva mudança no paradigma, sendo que as preocupações deixam de se centrar na preservação para se focar na reutilização/conservação do Património. As atenções deixam de se focar nas partes para se centrar no todo, ou seja, o contexto em que o elemento patrimonial está integrado é agora considerado fundamental.

²⁰ ICOMOS, 1972, ICOM. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE – ICOM, 1972. Cadernos de Sociomuseologia (S.I.), v. 15, n. 15, 1999. Disponível em: <http://www.minom-portugal.org/docs-santiago1972.pdf>, consultado a 05-10-2017.

	<p>da vida económica e social. Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural ou natural constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos do mundo”.</p> <p>O texto desta convenção define, separadamente, aquilo que se deve entender como património cultural: “Artigo 1º Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:</p> <p>Os monumentos. - Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>Os conjuntos. - Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;</p> <p>Os locais de interesse. - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”²¹.</p>
<p>1975</p>	<p>Carta de Amesterdão ou Carta Europeia do Património Arquitectónico (Comité dos Ministros do Conselho da Europa)</p> <p>A Carta alerta para os valores patrimoniais insubstituíveis e acrescenta a todos os aspetos anteriormente enumerados, a chamada conservação integrada. Este conceito traduz o trabalho dos técnicos de restauro, que em conjunto procuram encontrar a função apropriada a cada caso, com o apoio dos meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos. A noção de património arquitetónico não abrange somente os monumentos, mas também cidades antigas e aldeias tradicionais.</p> <p>“o património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”²².</p>
<p>1976</p>	<p>Carta de Turismo Cultural (ICOMOS)</p> <p>A Carta que realça a importância de proteger o património mundial, cultural e natural e levanta a questão referente à vulnerabilidade dos sítios patrimoniais e a forma como eram geridos. O turismo é um feito social, humano, económico e cultural irreversível. A sua influência no campo do património é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento desta atividade. Recomendam que os especialistas chamados a planear e levar a cabo o uso turístico do património cultural e natural recebam uma formação adaptada à</p>

²¹ *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, consultado a 05-10-2017.

²² *Carta Europeia do Património Arquitectónico. Amesterdão, Outubro de 1975*, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>, consultado a 05-10-2017.

	natureza multidisciplinar do problema e participem, desde o seu começo na programação e realização dos planos de desenvolvimento e equipamento turísticos ²³ .
1976	<p>O Apelo de Granada, A Arquitectura Rural no Ordenamento do Território – (Conselho da Europa)</p> <p>Este documento aconselha que a proteção do património e da paisagem que o sustenta se faça também com base na conservação integrada, agindo sobre as estruturas físicas, a fixação da população humana, a criação de emprego e a articulação de atividades diversificadas, tais como a agricultura tradicional, o artesanato, as mini-indústrias e as atividades e lazer.</p> <p>O mesmo conduzirá ao pleno desenvolvimento das comunidades e permitirá a integração dos valores culturais rurais na cultura global do nosso tempo.</p> <p>A conservação do património é ao mesmo tempo um elemento e uma consequência essencial para os mesmos²⁴.</p>
1976	<p>Recomendação de Nairobi – Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e o seu Papel na Vida Contemporânea (UNESCO)</p> <p>“Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos, em todos os países constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e por isso adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares.</p> <p>Considerando que os centros históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que a sua salvaguarda e integração na vida contemporânea, são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e no planeamento físico territorial”</p> <p>O fracasso atingido pelas sucessivas intervenções urbanísticas que conduziram ao crescimento descontrolado das cidades desencadeou novos anseios e exigências, entre as quais a revitalização dos centros urbanos antigos através da reutilização do Património edificado. Acima de tudo, deu um forte contributo para a clarificação da noção de conjunto histórico e tradicional ou salvaguarda²⁵.</p>
1979	<p>Carta de Burra – Austrália – (ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)</p> <p>“Artigo 1º – O termo bem designará um local, uma zona, um edifício ou uma obra construída ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence.</p>

²³ ICOMOS, 1976, ICOMOS. CARTA DE TURISMO CULTURAL – ICOMOS, 1976. Cadernos de Sociomuseologia (S.I.), v. 15, n. 15, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/338>, consultado a 05-10-2017.

²⁴ DA EUROPA, 1976, Conselho. O APELO DE GRANADA, A ARQUITECTURA RURAL NO ORDENAMENTO DO TERRITORIO, CONSELHO DA EUROPA, 1976. Cadernos de Sociomuseologia, [S.I.], v. 15, n. 15, june 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/340>, consultado a 05-10-2017.

²⁵ RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E DA SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA UNESCO, Nairobi (Quênia), 26 de Novembro de 1976, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>, consultado a 05-10-2017.

	<p>O termo cultural designará o valor estético, histórico ou científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras”²⁶.</p>
1984	<p>Declaração do Québec – Princípios de Base de Uma Nova Museologia</p> <p>A Museologia deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender as suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação ao mesmo tempo que preserva os frutos materiais das civilizações passadas, e que protege aqueles que testemunham as aspirações e a tecnologia cultural.</p> <p>A Nova Museologia, ecomuseologia, museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa interessam-se em primeiro lugar pelo desenvolvimento das populações refletindo os princípios motores da sua evolução ao mesmo tempo que as associa aos projetos futuros²⁷.</p>
1984	<p>Declaração de Oaxtepec</p> <p>Este documento veio introduzir a visão de preservação “in situ”, confirmando esta expressão que o património, ao ser retirado do seu contexto, é-lhe modificado a sua ideia original. Neste sentido, considerou-se indissociável a relação entre um território, o seu património e a sua comunidade, afirmando-se a museologia como um vector de desenvolvimento²⁸.</p>
1985	<p>Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (Conselho da Europa, Malta)</p> <p>Nesta Carta reafirma-se a vontade de promover uma política europeia comum e uma ação concertada de proteção do património arquitetónico, apoiando-se nos princípios da conservação integrada. Considera-se que a conservação do património arquitetónico depende, em grande parte, da sua integração na vida quotidiana dos cidadãos. Além disso, apresenta um conceito mais alargado de património: “Para os fins da presente Convenção, a expressão «património arquitetónico» é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções; 2) Os conjuntos arquitetónicos: agrupamentos homogêneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica; 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogêneos para serem objecto

²⁶ AUSTRALIA.ICOMOS. *International Council on Monuments and Sites, A Carta de Burra*, disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>, consultado a 05-10-2017.

²⁷ DECLARAÇÃO DE QUEBEC PRINCÍPIOS DE BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA, 1984, disponível em: <https://claudiaporto.files.wordpress.com/2010/11/declaracao-de-quebec-1984.pdf>, consultado a 05-10-2017.

²⁸ PINTO, Celina, *Património Cultural Imaterial no Museu da Terra de Miranda*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes, Lisboa, 2009, pp. 29-30, disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/celina_pinto.pdf, consultado a 05-10-2017.

	de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico” ²⁹ .
1987	<p>Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS, Toledo)</p> <p>Preâmbulo – “define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos de acção adequada para salvaguardar a qualidade das cidades históricas, favorecer a harmonia da vida individual e social e perpetuar o conjunto dos bens, mesmo modestos, que constituem a memória da Humanidade (...) entende-se aqui por "Salvaguarda das Cidades Históricas" as medidas necessárias para a sua protecção, a sua conservação e o seu restauro, assim como para o seu desenvolvimento coerente e para a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea”</p> <p>Esta carta veio complementar a Carta de Veneza no que concerne à exposição dos objetivos, princípios e métodos necessários à conservação deste património, quer no domínio público quer no privado. Este documento explica as etapas necessárias para a protecção e conservação dos espaços urbanos e para um desenvolvimento adaptado às dinâmicas e necessidades das sociedades contemporâneas³⁰.</p>
1990	<p>Carta de Lausanne – Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico (ICOMOS)</p> <p>Apelo à participação ativa das populações na preservação e valorização patrimoniais: “(...) outros elementos fazem parte das tradições vivas das populações autóctones, cuja participação se torna essencial para a sua protecção e conservação (...)”.</p> <p>“O <i>património arqueológico</i> é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados”³¹.</p>
1992	<p>Convenção para a Protecção do Património Arqueológico – Conselho da Europa</p> <p>Reflete os princípios: da utilidade dos inventários, da necessidade de articulação, da salvaguarda do património arqueológico com o ordenamento do território, da defesa dos princípios da conservação integrada e da participação ativa das populações.</p> <p>Definição de património arqueológico – Artigo 1.º</p> <p>2 - “são considerados elementos do património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da existência do homem no passado:</p> <p>i) Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente;</p>

²⁹ Resolução da Assembleia da República n.º 5/91 Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>, consultado a 05-10-2017.

³⁰ CARTA INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf>, consultado a 05-10-2017.

³¹ CARTA DE LAUSANNE CARTA PARA A PROTECÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO (1990), disponível em: http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_do_patrimonio_arqueologico.pdf, consultado a 05-10-2017.

	<p>ii) Cuja principal fonte de informação é constituída por escavações ou descobertas e ainda outros métodos de pesquisa relacionados com o homem e o ambiente que o rodeia; e</p> <p>iii) Localizados numa área sob jurisdição das Partes.</p> <p>3 – O património arqueológico integra estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso”³².</p>
1994	<p>Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994) – ICOMOS</p> <p>Surge como resposta ao alargamento das preocupações e interesses relativos ao Património Cultural no mundo contemporâneo e tendo em conta o contexto de globalização.</p> <p>“Conservação: Todos os esforços destinados à compreensão do património cultural, ao conhecimento da sua história e do seu significado, à garantia da sua salvaguarda material e, se necessário, à sua apresentação, restauro e valorização. (Entende-se que o património cultural inclui monumentos, grupos de edifícios e sítios com valor cultural conforme definido no artigo primeiro da Convenção da Património Mundial)”³³.</p>
1996	<p>Declaração de Santo António (ICOMOS) – A Autenticidade do Nosso Património Cultural está Directamente Relacionado com a Nossa Identidade Cultural</p> <p>“A Cultura e o Património são diferentes de continente para continente. A nossa língua, a estrutura social económica, as crenças diferem e são estas diferenças que tornam os territórios coesos e distintos dos demais (...) O valor cultural total do nosso património só pode ser compreendido através de um estudo objectivo da história, dos elementos materiais inerentes ao património tangível, e de uma profunda compreensão das tradições intangíveis associadas ao património tangível”³⁴.</p>
2000	<p>Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa)</p> <p>Esta convenção reafirma a importância das paisagens europeias, enquanto recurso comum, pela sua qualidade e diversidade, alertando para a necessidade de cooperação no âmbito da sua protecção, gestão e ordenamento. É neste contexto que se estabelece um novo instrumento dedicado exclusivamente à protecção, gestão e ordenamento de todas as paisagens europeias³⁵.</p>

³² Resolução da Assembleia da República n.º 71/97. *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992*, disponível em: https://www.culturante.pt/fotos/editor2/1992_convencao_europeia_para_a_protecao_do_patrimonio_a_rqueologico-conselho_da_europa.pdf, consultado a 05-10-2017.

³³ *DOCUMENTO DE NARA sobre a AUTENTICIDADE (1994)*, disponível em: https://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf, consultado a 05-10-2017.

³⁴ *DECLARAÇÃO DE SAN ANTONIO*, disponível em: http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/declaracao_de_san_antonio.pdf, consultado a 05-10-2017.

³⁵ *Decreto n.º 4/2005 Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de outubro de 2000*, disponível em: https://www.culturante.pt/fotos/editor2/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf, consultado a 05-10-2017.

<p>2000</p>	<p>Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído</p> <p>“ANEXO. DEFINIÇÕES</p> <p>a) Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.</p> <p>b) Monumento: é uma entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.</p> <p>c) Autenticidade: é o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.</p> <p>d) Identidade: entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.</p> <p>e) Conservação: é o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.</p> <p>f) Restauro: é uma intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade.</p> <p>g) Projecto de restauro: o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso”³⁶.</p>
<p>2003</p>	<p>Convenção para a Salvaguarda do património Cultural Imaterial (UNESCO)</p> <p>Artigo 2º “(...) entende-se por património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões, bem como instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural”. “O património cultural imaterial (...), manifesta-se nos domínios das tradições orais, artes do espetáculo, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo, aptidões ligadas ao artesanato tradicional (...)”³⁷.</p>
<p>2014</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu</p> <p>“O património cultural material e imaterial da Europa é a nossa riqueza comum — a herança que nos foi legada pelas gerações anteriores de europeus e aquele que será o nosso legado às gerações vindouras. Constitui um repositório insubstituível de conhecimentos e um recurso</p>

³⁶ CARTA DE CRACÓVIA 2000 PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>, consultado a 05-10-2017.

³⁷ UNESCO. CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL, Paris, 2003, disponível em: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, consultado a 05-10-2017.

precioso para o crescimento económico, o emprego e a coesão social (...) O nosso património cultural e a forma como o preservamos e o valorizamos são fatores que determinam o papel da Europa no mundo e a atração que exerce como lugar para viver, trabalhar e visitar.

O património cultural é um recurso comum e um bem comum. À semelhança de outros bens comuns é vulnerável à sobre-exploração e ao subfinanciamento, que podem resultar em situações de negligência, degradação e, em certos casos, esquecimento. Zelar pelo nosso património é, pois, uma responsabilidade comum. Se a proteção do património depende primeiramente das autoridades nacionais, regionais e locais, a União Europeia não deixa de ter um importante papel a desempenhar em consonância com os Tratados da UE e no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade³⁸.

Através da análise dos documentos abreviados no quadro precedente, é perceptível que houve uma evolução em relação à importância que tem vindo a ser atribuída aos componentes patrimoniais a proteger. Num primeiro estágio, que podemos delimitar sensivelmente até à Declaração de Veneza (1964), eram particularmente os elementos patrimoniais construídos alvo de valorização. Numa segunda fase, verificamos que a ênfase dos processos de salvaguarda e valorização passam para o património imaterial. Podemos destacar também o facto de em 1972, com a Mesa Redonda do Chile serem lançados os primeiros reptos do que mais tarde em 1984, com a Declaração do Québec seria denominado por Nova Museologia.

Com o fim da década de 80 e início da década de 90, dá-se uma nova mudança na conceção dos bens patrimoniais e estes passam a ser alvo de uma conceção ativa, de bens em devir, por oposição à conceção passiva predominante anteriormente. Uma conceção dinâmica que, entende o património e a sua valorização com fins múltiplos, desde os pedagógicos, a utilitários e económicos, entre outros.

Sucessivamente esta noção de património vai tendo também modificações ao longo dos anos, alargando-se nos dias de hoje a paisagens naturais com intervenção humana ou não, centros históricos, bairros típicos, bairros sociais de propostas inovadoras e outros. Destaca-se finalmente a Carta de Cracóvia, documento subscrito em junho de 1991, por diversos países, incluindo os países de Leste da nova Europa. A carta sublinha a importância pelo respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais como base para o

³⁸ *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu*, disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2014_2019/documents/com/com_com%282014%290477_/com_com%282014%290477_pt.pdf, consultado a 05-10-2017.

desenvolvimento da criatividade cultural, e ainda a necessidade de cooperação ao nível da formação técnico-científica entre os Estados aderentes.

Podemos observar, deste modo, a importância que tem vindo a ser atribuída ao Património, o que faz com que hoje tenhamos uma ampla visão em matéria de legislação do que em relação ao passado. Contudo, dever-se-á, pois, ter sempre em consideração que a preservação e a salvaguarda dos pedaços de História foram questões que ao longo do tempo tiveram categorias de valores distintas, mediante o enquadramento do conceito de património aquando da definição e consideração do que realmente seria valioso para o futuro.

No que respeita especificamente à definição do conceito de património cultural, em Portugal, encontramos uma grande continuidade, nos termos da legislação³⁹, desde as primeiras leis da fase republicana⁴⁰ até, pelo menos, à década de 60, com a publicação do Regulamento Geral dos Museus de História, Arte e Arqueologia em 1965. Em quase todos os documentos se expressa ou marginalmente se refere a definição de tal conceito, encontrando-se uma trilogia repetida: objetos com valor histórico, artístico ou arqueológico.

Ao nível da evolução legislativa, e referindo-nos concretamente ao período pós 25 de Abril, a mesma está marcada por dois diplomas legais estruturantes: o Decreto-lei 59/80 de 2 de Agosto que cria o Instituto do Património Cultural, e a Lei 13/85 de 6 de Julho, também conhecida como Lei do Património Cultural Português. Com estes diplomas desperta-se, no nosso contexto, a noção da importância de proteger e salvaguardar o Património a todos os níveis e em diversos graus, consoante o interesse concelhio, o interesse público e o interesse nacional.

A Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural aprovada pela Lei nº 107/2001 de 8 de setembro veio preencher as lacunas deixadas em aberto pela falta de legislação de desenvolvimento da anterior Lei do Património Cultural Português e traz consigo um novo espírito perante o património. Este novo espírito é desde logo revelado pela designação, pois ao adotar o nome de Lei de Bases da Política e do

³⁹ Para se situar no contexto da legislação, deve referir-se que os diplomas que contêm as normas do direito do Património Cultural são provenientes da Constituição da República Portuguesa, do Direito Internacional, do Direito Comunitário e do Direito Nacional ou Interno.

⁴⁰ O século XX trouxe a Implantação da República e a criação do “[...] primeiro sistema coerente de protecção, salvaguarda, conservação e transmissão da herança cultural portuguesa”. CUSTÓDIO, Jorge – “A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932)”. In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 85.

Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural deixa desde logo aberto o espectro à necessidade de valorização do Património⁴¹.

Para os efeitos da presente lei integram o património cultural:

“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante⁴², devam ser objecto de especial protecção e valorização. (...)”⁴³ Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos”⁴⁴.

O património cultural português é, deste modo, constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa.

Contudo, *“integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”*.

Neste sentido, a legislação divide o universo do património cultural em três grandes grupos: património imaterial e material e, dentro deste último o móvel e o imóvel⁴⁵.

⁴¹ FERREIRA, V, *Olhares sobre o património cultural. Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*, 2011, pp. 7-11. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Ferreira10/publication/260247302_Olhares_Sobre_o_Patrimonio_Cultural/links/0deec5304e5e2008ed000000/Olhares-Sobre-o-Patrimonio-Cultural.pdf, consultado a 4-10-2017.

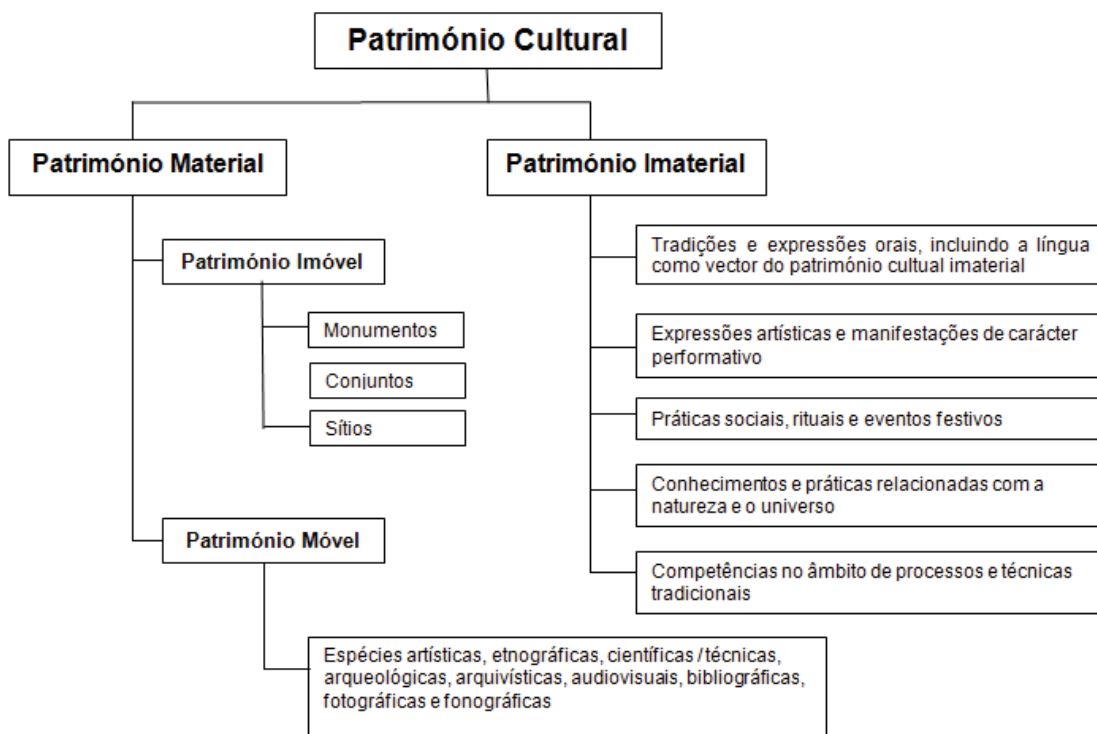
⁴² “O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”. Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf, consultado a 19-01-2017.

⁴³ Artigo 2.º da *Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro*.

⁴⁴ Assembleia da República, *Lei N.º 107/2001*, de 8 de Setembro. Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf, consultado a 19-01-2017.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.culturante.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>, consultado a 20-01-2017.

Fig. 1 Património Cultural



Fonte: <http://www.culturante.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/>

No que concerne às categorias de bens que integram o Património Cultural Material, segundo o artigo 15.º (TÍTULO IV) da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, estas assentam na classificação dos bens móveis e imóveis. Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como sendo de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Sendo que os bens imóveis⁴⁶ “(...) podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional”⁴⁷.

Os bens móveis⁴⁸ pertencem às categorias indicadas no Título VII “Dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais”. Nomeadamente: “(...) património arqueológico, arquivístico, áudio-visual, bibliográfico, fonográfico ou fotográfico ou a

⁴⁶ “Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional»”, Assembleia da República, Lei N.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título IV, Artigo 15.º, n.º 3.

Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf, consultado a 19-01-2017.

⁴⁷ Lei N.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título IV, Artigo 15.º.

Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf, consultado a 22-09-2017.

⁴⁸ Para “os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional»”, Assembleia da República, Lei N.º 107/2001, de 8 de Setembro, Título IV, Artigo 15.º, n.º 3.

Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf, consultado a 18-11-2016.

novos tipos de bens culturais, nomeadamente os que integrem o património electrónico ou o património industrial”⁴⁹.

No que diz respeito ao Património Cultural Imaterial, a sua definição e proteção surgem com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a 17 de outubro de 2003, aprovada no decurso da 32ª Conferência Geral da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁵⁰.

Assim, de acordo com o Artigo 2.º da Convenção, considera-se “património cultural imaterial” “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões, bem como instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural”. “O património cultural imaterial (...), manifesta-se nos domínios das tradições orais, artes do espectáculo, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo, aptidões ligadas ao artesanato tradicional (...)”.

Os bens imateriais configuram “...realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representam testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas”. Estão neste caso, as “expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos” (Lei n.º 107/2001), entre outros⁵¹.

Considerando, então, que o património é um conjunto de bens (materiais e imateriais) que são transmitidos através das gerações, permitindo ao Homem e à respetiva comunidade perceber as três dimensões temporais (passado, presente e futuro), importa, assim, que aquele património seja reconhecido, preservado e valorizado. Contudo, a valorização e preservação do património já não estão apenas associadas à sua proteção legal e jurídica, mas também à sua fruição e ao seu grau de integração económica no meio local. O património, ao expressar a identidade histórica e as vivências de um povo, poderá ser encarado, igualmente, como um fator fulcral de desenvolvimento.

⁴⁹ Assembleia da República, *Lei N.º 107/2001, de 8 de Setembro*, Título VII, Capítulo I, Artigo 72.º, n.º 3. Disponível em: http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf, consultado a 18-11-2016.

⁵⁰ *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>, consultado a 24-09-2017.

⁵¹ Açoriano Oriental, Domingo, 4 de Março de 2012, *O Património perto de si? – O que é o património cultural?* (texto de Dr.ª Susana Goulart Costa).

De facto, embora no âmbito do senso comum, se defenda que o “investimento” no património não traz qualquer tipo de retorno financeiro, a verdade é que as iniciativas culturais podem gerar ganhos colaterais que não são desprezíveis. O património como produto turístico tem nos dias de hoje um papel fulcral relativamente às motivações dos turistas, sejam estes atraídos pelo património natural (praias, parques, monumentos naturais, paisagens, etc.), pelo património cultural (monumentos, eventos, gastronomia, etc.) ou até por ambos. Como produto turístico, o património, acaba por gerar um retorno financeiro, através, por exemplo, das receitas provenientes das entradas nos museus, a venda de catálogos e artigos ligados ao museu, a concessão de espaços de restauração nas suas instalações, e a organização de eventos temáticos lúdico-pedagógicos.

De cariz religioso, temos a título de exemplo, na ilha de São Miguel, mais propriamente, na cidade de Ponta Delgada, as Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, cuja devoção popular atrai milhares de peregrinos de todo o mundo. Ora, isto repercute-se num aumento da taxa de ocupação dos hotéis, pensões, pousadas da juventude, numa maior frequência na restauração, num aumento de vendas de produtos regionais ou outros que se relacionem com a deslocação das pessoas. São precisamente estes fatores que trazem repercussões diretas e/ou indiretas no tecido social e económico da ilha de São Miguel, da região e do país.

Desta forma, o património está interligado ao desenvolvimento local, porque este implica a valorização de recursos endógenos. Contudo, o património *per si* não pode trazer desenvolvimento económico, é essencial que exista um contexto capaz de dar resposta às necessidades, avaliar o peso das atividades presentes no local e construir estratégias económicas que a ele se adaptem.

Existe, assim, uma relação bilateral entre desenvolvimento e património que implica não só a importância do património no desenvolvimento de uma comunidade, mas também a influência do desenvolvimento socioeconómico dessa comunidade na implementação de estratégias de valorização e promoção do seu património.

De facto, *“muitas vezes se afirma que a tentativa de conciliar a conservação dos recursos com o desenvolvimento económico foi precursora do conceito de desenvolvimento sustentável – e, por conseguinte, da noção de sustentabilidade do turismo –, esquecendo o papel que os aspectos socioculturais desempenham no desenvolvimento turístico sustentável. Ora, no âmbito da investigação em turismo, houve uma evolução considerável nas abordagens que têm sido efectuadas ao envolvimento e à participação da comunidade*

*local no desenvolvimento do turismo*⁵². Promover a diversidade e singularidade de uma comunidade é, então, ação fulcral, dela saindo gratos contributos, não só para a salvaguarda do património local como para desenvolvimento em si.

Contudo, é de salientar que desenvolvimento e património nem sempre andam de mãos dadas e nem sempre mantêm uma “relação saudável”. Ao longo dos tempos foram vários os testemunhos de estratégias de desenvolvimento local e regional abruptas e apressadas que não incluíram a proteção e manutenção do legado patrimonial das gerações passadas, tendo-se perdido heranças e riquezas identitárias em prol de um crescimento económico “apatriado”. A globalização, por exemplo, através de grandes transformações económicas e sociais que põem em causa a vida comunitária, contribui para suprimir estilos e comportamentos diferenciados e locais, pondo em causa as identidades locais indispensáveis para a construção e preservação das memórias coletivas das comunidades. *“A cultura, o passado e o património não se vendem nem se compram e se se venderem ou comprarem, todo o sentido último subjacente à expressão cultural dos povos será expropriado. E ao invés de se configurarem como instrumentos de conservação ambiental e de criação de benefícios sócio-económicos para as comunidades receptoras, estes estabelecimentos, acabam em geral, por aumentar o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrios sócio-económicos e desvalorização cultural”*⁵³.

Segundo Ana Moniz, *“a alteração dos valores sociais em relação ao ambiente tem obrigado o sector do turismo a alterar os seus parâmetros de funcionamento. Após várias décadas de crescimento quantitativo acelerado, o turismo mundial entrou numa fase de profunda transformação. As condições que propiciaram o desenvolvimento do turismo de massas alteraram-se por completo*⁵⁴”. De facto, hoje em dia, é cada vez mais perceptível o descontentamento da população face ao excesso de turismo. Ultimamente têm surgido cada vez mais notícias nos media sobre esse mesmo descontentamento, como é exemplo a notícia do Diário de Notícias com o título *“Cidades europeias em guerra com os turistas, mas eles continuam a vir”* e que refere o seguinte:

⁵² MONIZ, Ana – *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o caso dos Açores*, Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais na Especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 107.

⁵³ Elsa Peralta da Silva, *Património e Identidade. O Desafio do Turismo Cultural*, I.S.C.S.P., Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/734>, consultado a 25-09-2017.

⁵⁴ MONIZ, Ana – *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o caso dos Açores*, Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais na Especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 114.

“Veneza e Barcelona são dois símbolos da revolta dos locais. Dubrovnik pode perder título da UNESCO se não controlar entradas

Em 2016, os 28 países da União Europeia receberam cerca de 500 milhões de turistas, 40% do total mundial, um aumento de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior e o sétimo ano consecutivo de crescimento sustentado. No que diz respeito a 2017, nos primeiros quatro meses, 125 milhões passaram por estes países, mais 8 milhões que no período homólogo, e estamos a falar da chamada época baixa.

Estes números podem fazer sorrir os governos europeus devido ao impulso económico, mas estão a deixar furiosos os moradores de muitas cidades pela Europa fora, que se queixam que o fluxo de turistas está a tornar as suas vidas intoleráveis. Nalgumas cidades, as autarquias locais já estão a tomar medidas para limitar o impacto do turismo, noutras os residentes têm saído à rua para mostrar a sua indignação.

Com cerca de 7 milhões de turistas anuais, Roma, por exemplo, está a considerar limitar o número de visitantes em determinadas zonas da cidade, como a Fonte de Trevi. Foi também implementado um plano de multas, que podem ir até aos 240 euros, para quem tiver um comportamento inapropriado nos monumentos da capital italiana, como molhar os pés em fontes históricas (...)⁵⁵.

A desejada procura dos bens culturais por um novo turismo, mais culto, resultou num epifenómeno, um monstro, intrusivo e predador (ele próprio principal agente da degradação); o discurso ético que informava a procura de práticas mais cautelosas de projecto e de planeamento foi apropriado por outro tipo de agentes e interesses, mais oportunistas, profundamente mercantilistas (obcecados no controlo deste novo “mercado” e suas galinhas de ouro turísticas) e, demasiadas vezes, disciplinarmente medíocres⁵⁶.

Deste modo, “para que os destinos turísticos evoluam de acordo com os princípios de sustentabilidade, os organismos regionais e locais responsáveis pela sua gestão precisam de ter ao seu alcance novos instrumentos e informações que permitam, por um lado, fazer a avaliação do impacte das suas políticas e do cumprimento das metas de sustentabilidade do turismo e, por outro, tomar medidas preventivas ou correctivas, quando necessário”⁵⁷.

Por outro lado, o apego em demasia ao passado e ao seu legado patrimonial, o medo da mudança e inovação impedem o desenvolvimento local e novas formas de promover essa herança do passado que pode ser ela própria, como já foi sublinhado anteriormente, a base do desenvolvimento. “Os processos de patrimonialização nem sempre visam fins que tenham a ver com a preservação de uma identidade (...) fazendo com que a função

⁵⁵ *Diário de Notícias, Cidades europeias em guerra com os turistas, mas eles continuam a vir*, texto de Manuel Silvestri, 11-08-2017, disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/cidades-europeias-em-guerra-com-os-turistas-mas-eles-continuam-a-vir-8698370.html>, consultado a 02-10-2017.

⁵⁶ AGUIAR, José – “Após Veneza: do restauro estilístico para o restauro crítico”, in *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*, 2010, p. 234.

⁵⁷ MONIZ, Ana – *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o caso dos Açores*, Tese de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais na Especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006, p. 2.

“artística” substitua a função social em que supostamente a identidade se baseia”. Podemos, assim, constatar que a própria proteção do património pode, por seu turno, ser considerada um entrave para que um determinado local se desenvolva, “aniquilando” por completo o seu desenvolvimento⁵⁸.

O desenvolvimento irresponsável, desenfreado e pouco comedido pode fazer, de igual modo, com que se perca a maior de todas as heranças, o nosso legado patrimonial, a nossa própria identidade. Desta forma, ponderando por um lado os custos e, por outro, os benefícios, dever-se-á procurar levar a cabo políticas capazes de unir os objetivos de preservação aos de fruição do património, empreendendo ações educativas junto do público e promovendo, simultaneamente, o respetivo acesso a testemunhos importantes de valor patrimonial⁵⁹.

Consideramos que para uma verdadeira dinamização do Património Cultural, quer seja a nível das instâncias autárquicas, associativas, ou de outras entidades, é fundamental que a comunidade primeiramente conheça e reconheça o valor existente no património local e na herança cultural dos seus ancestrais. Esta dinamização pode elevar-se a níveis superiores quando é fomentada uma participação ativa dos habitantes locais em torno do seu património. Mas como é acionado o mecanismo da valorização do Património dentro da comunidade? Quais são os principais responsáveis pela dinamização do Património local?

1.2 As autarquias na preservação do Património Local

O património é, sem dúvida, um legado importantíssimo que hoje se depara com novos desafios resultantes sobretudo de conceitos e de escalas de atuação. Falar de Património é também falar de reconhecimento público que faz parte de uma identidade coletiva e que por assim ser deve ser valorizado e preservado. Cabe, então, aos Estados, regiões e autarquias a iniciativa e o papel principal para o cumprimento desta tarefa.

De facto, são diversos os tratados internacionais, resultantes do pós-Segunda Guerra Mundial, que atribuíram aos Estados responsabilidades no campo cultural e, mais concretamente, na área do património, como trajeto para «o desenvolvimento de relações

⁵⁸ PEIXOTO, Paulo, “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, Dezembro 2004: 183-204.

Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/70/RCCS70-Paulo%20Peixoto-183-204.pdf>, consultado a 02-10-2017.

⁵⁹ *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*.

Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/88561/resolucao-da-assembleia-da-republica-71-97-de-16-de-dezembro>, consultado a 20-01-2017.

amistosas entre as nações»⁶⁰, «uma compreensão mútua mais ampla entre os povos»⁶¹ e o assegurar do «exercício das liberdades fundamentais do Homem e dos povos, e do seu direito à autodeterminação»⁶². A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, atesta já, no seu artigo 22.º:

«Toda a pessoa, como membro da sociedade, [...] pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país».

Similarmente, em 1955, a Convenção Cultural Europeia refere que cabe aos Estados signatários desenvolver o «estudo», a «salvaguarda» e o «acesso» ao património cultural, competências que, em 1972, são reafirmadas e consolidadas pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, resultante da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, conforme evidencia o artigo 4.º da mesma:

*«Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural [...] situado no seu território constitui obrigação primordial»*⁶³.

Após a Revolução de abril de 1974, Portugal torna-se gradualmente signatário destas convenções, transpondo-as para a legislação nacional. Contudo, a Constituição da República Portuguesa já reserva um importante lugar para o património cultural, desde logo quando, no artigo 9.º, alínea e), refere como tarefa fundamental do Estado: *«proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território»*⁶⁴.

⁶⁰ Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. Aviso nº (057IA0/78) C de 9 de março de 1978. D.R. I Série A. N.º 57 (1978 – 03 – 09) p. 489.

Disponível em: http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/dudh.pdf, consultado a 04-05-2017.

⁶¹ Convenção Cultural Europeia de 19 de dezembro de 1955. Decreto n.º 717/75 de 20 de dezembro. D.R. I Série A. N.º 293 (1975-12-20) p.2107. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/310763>, consultado a 04-05-2017.

⁶² ICOMOS – Declaração do México. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>, consultado a 04-05-2017.

⁶³ Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Decreto n.º 49/79 de 6 de junho. D.R. I Série A. N.º 130 (1979-06-06) p.1267. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/383370>, consultado a 04-05-2017.

⁶⁴ Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional (2005), pág. 3. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>, consultado a 04-05-2017.

Assim, o Estado, ciente da importância da ação do poder local para o cumprimento daquela tarefa, atribui aos municípios um conjunto de obrigações, que se encontram explanadas no n.º 3 do artigo 3.º da Lei de Bases do Património Cultural: «o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais»⁶⁵. Deste modo, o *Regime Jurídico das Autarquias Locais*⁶⁶ estabelece definitivamente no seu artigo 23.º, alínea e), o património e a cultura como competências dos municípios. No artigo 33.º, alínea t), do mesmo regime, define-se como competência das câmaras municipais:

*«Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal»*⁶⁷.

É neste contexto que os municípios têm vindo a desenvolver os seus serviços no âmbito do património cultural, pois estes, para além terem um conhecimento mais profundo, têm, de igual modo, a capacidade e autonomia para apoiarem a salvaguarda do próprio concelho.

Assim sendo, as autarquias direccionam diversas ações no sentido de promoverem os próprios concelhos, através das suas paisagens naturais, dos seus produtos e serviços mas, sobretudo, do seu património cultural. Esta preocupação é facilmente compreensível uma vez que a “autopromoção” e a auto divulgação” são fatores de grande relevância para o desenvolvimento dos próprios concelhos.

Assim sendo, e no sentido de atrair a si a atenção e o interesse do público geral, quer numa lógica de promoção e divulgação do território, quer na defesa dos valores e identidade locais, as autarquias têm investido, além das páginas web, em roteiros turísticos, guias, desdobráveis, sinalização adequada, exposições monográficas, entre outras, por forma a promoverem e divulgarem o seu património.

⁶⁵ Disponível em:

http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal_law_1072001_law_cultural_heritage_portof.pdf, pág. 2, consultado a 04-05-2017.

⁶⁶Regime que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=selected&nid=1990&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&nversao=, consultado a 04-05-2017.

⁶⁷ *LEI n.º 75/2013 de 12 de setembro*. D. R. I Série A. N.º 176 (2013-09-12) p. 5698. Disponível em: http://www.anmp.pt/files/djur/2013/Lei75_2013_12_Set_2013AlterarCIM.pdf, consultado a 04-05-2017.

Por outro lado, com a crescente consciencialização por parte do cidadão da necessidade e importância da preservação do património não só pelo lado cultural e de identidade como pela importância económica, tem feito pressão sobre as autarquias para colocar a defesa do património nas suas prioridades.

Importa aqui referir dois extremos, que hoje ocorrem com demasiada frequência na preservação do património e que importa evitar: por vezes requerem-se certas intervenções e as Câmaras apelam para instituições e pessoas que as apoiem e aconselhem. Mas, ocasionalmente, têm de esperar anos, e quando chega este apoio, já é tarde. Por outro lado, são os próprios Municípios que rejeitam ou contornam toda e qualquer intervenção alheia e se lançam em iniciativas cujos efeitos estão à vista, na demolição constante do rosto histórico dos nossos concelhos, vilas e freguesias, na falta de uma política cultural, na ausência de espaços de recreio, sacrificados à especulação dos solos e ao prestígio duvidoso de certos edifícios.

Daí que, é crucial que as autarquias reúnam esforços e se concentrem cada vez mais na capacitação das pessoas, na criação de cidadãos intervenientes e participantes na procura de alternativas económicas viáveis para as suas comunidades. Desenvolver e implementar projetos articulando os vários agentes envolvidos e a própria população, permite que estes tenham um importante papel na preservação do património e por sua vez, no próprio desenvolvimento dos concelhos.

Nesta estratégia que faz da dinâmica patrimonial um fator importante do desenvolvimento das comunidades regionais e locais, as autarquias podem e devem desempenhar um decisivo papel de mediação⁶⁸. Deste modo, facilmente se conclui que as autarquias têm e devem ter um papel ativo no apoio ao estudo e divulgação do património concelhio: para além de uma obrigação é sobretudo uma mais-valia de inegável importância na divulgação e promoção do próprio concelho, na reflexão da identidade e dos valores locais e regionais, possibilitando desta feita um sentimento de orgulho e de pertença.

⁶⁸ MARTINS, Moisés, *Identidade Regional e Local e Intervenção Autárquica da ideia polarizada de Desenvolvimento (Paradigma Centro/Periferia) A definição da Comunidade como experiência translocal*, disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25354/1/identidade_regional_e_local_e_intervencao_autarquica.pdf, consultado a 17-11-2016.

CAPÍTULO II

O Concelho de Nordeste

2.1 Breve descrição geográfica e histórica do Concelho de Nordeste

O Nordeste é um dos concelhos mais antigos da ilha de São Miguel, criado e elevado a esta categoria em 1514, por D. Manuel I, rei de Portugal⁶⁹. Implanta-se, como o próprio nome indica, no extremo nordeste da ilha de São Miguel, numa das zonas de maior altitude e de relevo bastante acidentado, entre a Ribeira da Salga (a poente) e a Grota da Fonte (a nascente)⁷⁰. A circundá-lo está o Concelho da Ribeira Grande a oeste e a sudeste (pela serra) o da Povoação. A sua área total é de 101 Km², mais precisamente 10. 151 Hectares e abrange aproximadamente 14,3% da área total da ilha ocupando, deste modo, o 3º lugar entre os seis concelhos da ilha de São Miguel⁷¹.

Segundo diversos historiadores, o concelho de Nordeste deve o seu topónimo à sua posição geográfica em que se encontra, precisamente, na zona nordeste da ilha de São Miguel. Conforme referia Gaspar Frutuoso, em *Saudades da Terra*, “*é assim chamada por ter o rosto a este vento, de modo que o seu contrário vento, desta ponta, é o nordeste, junto do morro alto que, de vinte a trinta léguas ao mar, primeiro se vê dos navegantes que vêm do oriente*”⁷².

Em termos administrativos, o concelho de Nordeste está dividido em 9 Freguesias (Figura 2): Achada (11, 12 Km²), Achadinha (13, 86 Km²), Algarvia (5, 19 Km²), Lomba da Fazenda (Lomba da Cruz e Fazenda com uma área geográfica de 14, 83 Km²), Nordeste (Sede de Concelho que inclui as localidades Vila de Nordeste e Pedreira e tem como área geográfica 21, 03 Km²), Salga (8, 55 Km²), Santana (Feteira Grande e Feteira Pequena com 7, 32 Km²), São Pedro Nordestinho (10, 14 Km²) e Santo António Nordestinho (9, 40 Km²).

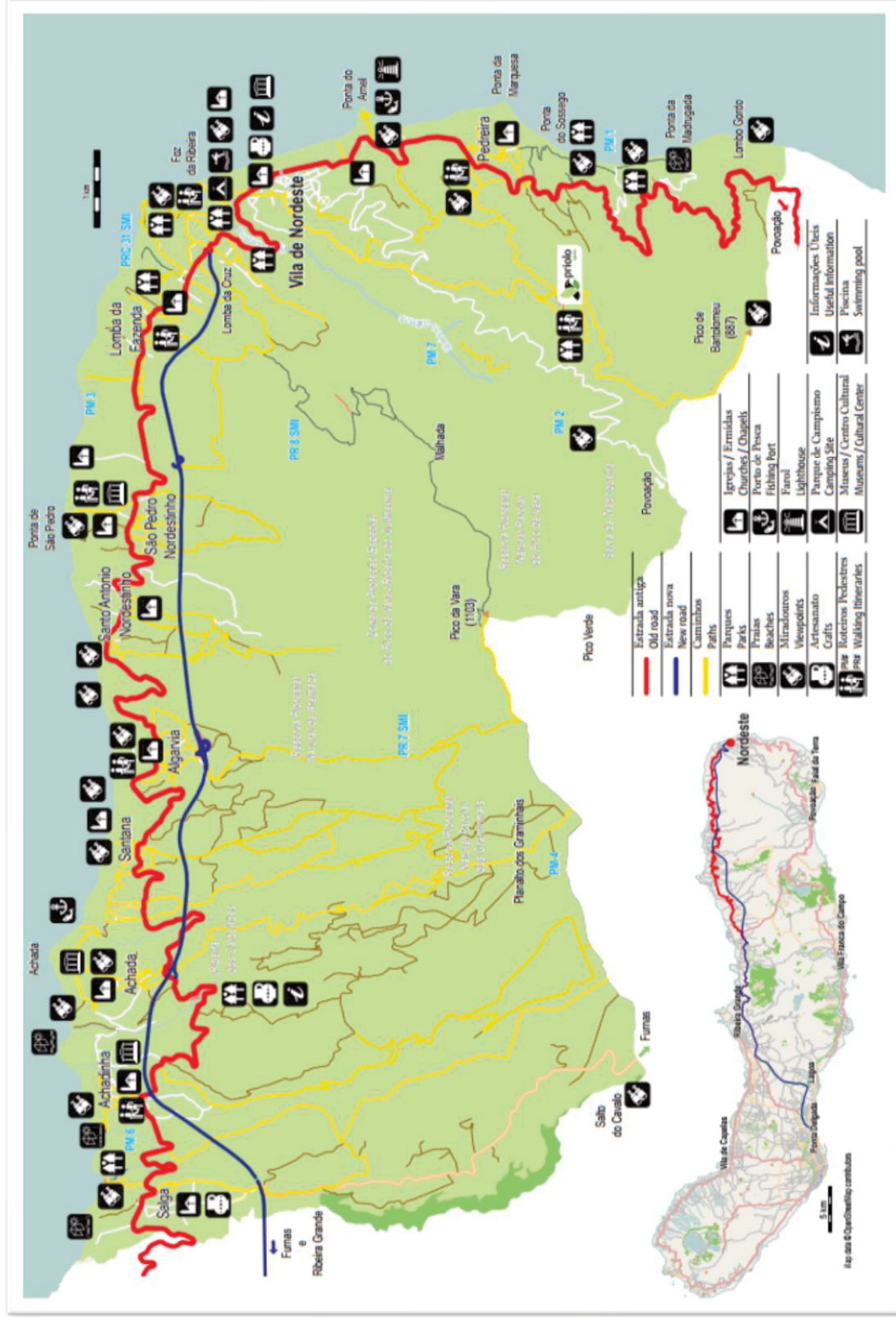
⁶⁹ O lugar do Nordeste foi elevado à categoria de vila pela carta régia de D. Manuel I a 18 de julho de 1514. Na carta de fundação desta vila pode ler-se “*temos por bem e fazemos o dito lugar do Nordeste villa e a desmembramos de ser da dita villa de Villa-franca e de sua jurisdição como até aqui foi, e lhe damos por termo aquella terra que tinha por limite (...)*”. Sobre o assunto consultar *Carta de D. Manoel, Elevando a villa o lugar do Nordeste, na Ilha de S. Miguel, em 18 de Julho de 1514, Arquivo dos Açores*, Universidades dos Açores, Ponta Delgada, Vol. I, p. 60.

⁷⁰ *Guia Turístico do Nordeste*, Câmara Municipal de Nordeste, 2016, pág. 11.

⁷¹ *Carta Europeia de Turismo Sustentável – Terras do Priolo, Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, 20-12-2011, pág. 3.

⁷² Gaspar Frutuoso, in *Saudades da Terra – Livro IV*, vol. I, pág. 250.

Fig. 2 Mapa do Concelho de Nordeste



Fonte: <http://cmmnordeste.pt/turismo/wp-content/uploads/sites/2/2014/07/mapa-nordeste.pdf>

Saliente-se, contudo, que a área geográfica do concelho de Nordeste não permaneceu estática no tempo. Segundo José Carlos Barbosa Carreiro, as fronteiras geográficas do concelho de Nordeste, sofreram oscilações ao longo dos séculos, fazendo parte, desde a sua fundação a Vila e São Pedro, com as suas áreas anexas⁷³. Sendo a Achada e Achadinha, inseridas no concelho em 1820, tendo saído Achadinha com o então lugar da Salga, para integrar o então concelho da Povoação, em 1839, voltando de novo ao Nordeste em 1855.

A Achadinha e a Salga pertenceram, desta forma, aos concelhos de Vila Franca do Campo entre 1472-1820, de Nordeste, entre 1820-1839, e de novo ao Nordeste, de 1855 até ao presente⁷⁴.

Ao fazermos uma análise do percurso histórico do concelho de Nordeste, verificamos uma constante presença do isolamento, fruto da sua distância geográfica em relação aos principais centros da ilha de São Miguel, razão pela qual era conhecido, no decorrer do século XIX, por *África Oriental Micaelense*, ou então como *a Décima Ilha*, no século XX⁷⁵.

O distanciamento geográfico e o isolamento são, pois, marcas que habitualmente distinguem o concelho do Nordeste no conjunto dos demais concelhos da ilha de São Miguel. Esta sua posição periférica foi, ao longo da história, agravada pelas dificuldades da orografia desta zona da ilha, recheada de grotas, ribeiras e declives, que, de certa forma, dificultavam a mobilidade de pessoas e bens⁷⁶.

Contudo, a globalidade destes fatores (quer seja a natureza do solo, o relevo, a hidrografia, o clima, ou até a própria forma de aproveitamento do solo e o constante isolamento histórico) não implicou o estagnar da vida nordestense. Muito pelo contrário, fez com que se criassem características muito peculiares, as quais, em ritmo próprio foram determinados por fatores endógenos e exógenos, que foram conferindo a este concelho uma identidade particular no conjunto dos demais municípios micaelenses e que o configuram como uma “povoação modesta, mas plena de carácter”⁷⁷.

⁷³ “(...) de 1514 a 1820, o Concelho tem apenas duas freguesias: S. Jorge e S. Pedro. S. Jorge englobava as áreas entre o Lombo Gordo e a Fazenda inclusive; S. Pedro incluía a restante área até à Ribeira Despe-te-que-Suas (...)”. CARREIRO, José Carlos Barbosa Carreiro, *O Concelho de Nordeste – Apontamentos para a sua História*, Maia, Serafim Silva – Artes Gráficas, 1989, pág. 94.

⁷⁴ *Ob. cit.*, págs. 93 a 96.

⁷⁵ Sobre o assunto consultar CARREIRO, José Carlos Barbosa Carreiro, *O Concelho de Nordeste – Apontamentos para a sua História*, Maia, Serafim Silva – Artes Gráficas, 1989, pág. 57.

⁷⁶ *As Lombas e Vales que alternadamente estruturam a longa faixa costeira do Nordeste são um particularismo que confere à sua paisagem rural uma característica muito própria, originando uma ocupação territorial onde os eixos de edificação das freguesias correspondem a lombas nas áreas mais elevadas, alternando com os escavados vales (“as grotas”).* Cit., *Inventário do Património Imóvel dos Açores, São Miguel, Nordeste*, pág. 18.

⁷⁷ *Ob. cit.*, Susana Goulart Costa.

Passados mais de cinco séculos sobre a sua constituição, o município de Nordeste viu o fator de isolamento a ser minimizado através da construção de uma via rápida que permitiu uma nova acessibilidade ao concelho. Podemos assim dizer que a área que nos propomos estudar, contrariamente ao passado, está hoje servida de forma excelente pelos eixos rodoviários estruturantes do desenvolvimento e da coesão da ilha de São Miguel, no seu conjunto, e do concelho de Nordeste, em particular.

2.2. Identidade social e cultural do Concelho de Nordeste

2.2.1. Características demográficas e económicas

Em termos demográficos, residem no concelho de Nordeste cerca de 4937 habitantes (Censos 2011) distribuídos pelas suas nove freguesias⁷⁸. A distribuição de habitantes por freguesia é apresentada na Figura 3:

Fig. 3 Número de habitantes por freguesia

Concelho	Freguesia	N.º de Habitantes
Nordeste	Achada	436
	Achadinha	535
	Algarvia	290
	Lomba da Fazenda	844
	Nordeste	1341
	Santo António de Nordestinho	255
	São Pedro de Nordestinho	273
	Salga	488
	Santana	475
TOTAL		4 937

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Segundo os dados dos Censos da população de 2011, no Concelho de Nordeste, a localidade com um maior número de habitantes corresponde à sede de distrito, ou seja, ao Nordeste. As freguesias com maior número de habitantes são, então, a freguesia de Nordeste (que inclui a Vila de Nordeste e a localidade da Pedreira) e da Lomba da Fazenda, e as freguesias com menor número de habitantes são Santo António de Nordestinho e São Pedro de Nordestinho.

⁷⁸ Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156658963&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554, consultado a 16-02-2017.

Do ponto de vista económico, pode dizer-se que o Nordeste é um concelho predominantemente rural, cuja população vive sobretudo do sector Primário. A agricultura constitui a sua principal atividade e cerca de 40,8% da área do concelho são dedicados a esta atividade. Em todas as freguesias do Nordeste, a atividade agrícola, a criação de gado bovino (essencialmente para produção de leite, mas também, em menor número, para a produção de carne para consumo) e a silvicultura constituem as atividades que têm sem dúvida um peso considerável na economia local⁷⁹.

Todavia, e acompanhando a tendência geral da ilha de São Miguel no seu processo gradual de desenvolvimento, a economia do concelho de Nordeste tem vindo a sofrer profundas alterações ao longo dos últimos anos, assistindo-se a uma gradual substituição do sector Primário pelo Terciário, como grande empregador. Assim, para além do sector agrícola destacam-se ainda algumas indústrias de produção e transformação, nomeadamente, de madeira, de blocos, alimentar e têxtil. Paralelamente, as atividades ligadas ao sector da construção civil (que têm vindo a desenvolver-se de forma gradual), do comércio tradicional, normalmente familiar, da Reparação, da Administração Pública, de Defesa e da Educação, constituem os grandes empregadores do Concelho de Nordeste⁸⁰.

Outra atividade em franco desenvolvimento é o turismo⁸¹, que direta ou indiretamente tem contribuído para o surgimento de alguns alojamentos locais (casas rurais), um hotel de quatro estrelas, *The Lince Nordeste*⁸², inaugurado a 30 de junho de 2017 (antiga Estalagem dos Clérigos que sob outra administração⁸³, se encontrava encerrada), algumas unidades de restauração, e a comercialização de produtos locais tradicionais e artesanais, que servem de apoio à atividade⁸⁴. O Artesanato tem, de igual modo, alguma evidência na caracterização

⁷⁹ *Nordeste (Açores)* in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/83362>, consultado a 21-07-2017.

⁸⁰ Carta Europeia de Turismo Sustentável – Terras do Priolo, *Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, 20-12-2011, pág. 12

⁸⁰ *Idem*, pág. 3.

⁸¹ O turismo no concelho de Nordeste tem vindo a aumentar, não só por estar associado à nova legislação do espaço aéreo dos Açores, mas também pelas novas acessibilidades que diminuíram a distância deste concelho aos outros centros urbanos.

⁸² A antiga Estalagem dos Clérigos reabriu sob uma nova administração, *The Lince* (Europa Ar-Lindo), em sistema de arrendamento por cinco anos, com a opção de compra aos proprietários, o Grupo Bensaúde. Dnoticias.pt, disponível em: <http://turismo.dnoticias.pt/artigo/9925-estalagem-dos-clerigos-reabre-em-abril-no-nordeste>, consultado a 05-10-2017.

⁸³ A Estalagem dos Clérigos que havia sido inaugurada a 15 de julho de 2002, pelo Grupo Bensaúde, foi encerrada, em janeiro de 2013, devido às quebras na procura hoteleira, registada durante os últimos anos, assim, este grupo optou por tomar "medidas estruturantes de concentração de operações". SILVA, Luís, Açoriano Oriental, 11 de Janeiro de 2013, disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/dois-hote-fecham-em-sao-miguel>, consultado a 05-10-2017.

⁸⁴ Carta Europeia de Turismo Sustentável – Terras do Priolo, *Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, 20-12-2011, pág. 12.

económica do concelho, e aqui encontra-se representado pela Casa de Trabalho do Nordeste, célebre pelas suas colchas e mantas regionais tecidas em lã e linho em teares manuais, e pelos trabalhos realizados em folha de milho, miolo de figueira, escamas de peixe e chapéus em palha confeccionados manualmente, na freguesia da Salga, mais propriamente na loja da Dona Tibéria (Folha de Milho)⁸⁵.

2.2.2. Principais traços culturais

A maior parte das características que nos identificam, enquanto elementos pertencentes a um determinado grupo social e a um local específico, é sedimentado através dos tempos pelos testemunhos materiais e pelas memórias intangíveis ou imateriais que os nossos antepassados nos legaram.

Assim, o indivíduo, ao estar em contacto com as características do local onde vive, estabelece uma ligação com a sua própria história, preservando, deste modo, a memória do seu grupo social e desenvolvendo um processo de identidade social e cultural. Uma identidade que reflete as pessoas, a história, os costumes, as coisas, o trabalho, o recreio e a arte, que ao longo do tempo até aos nossos dias, modelaram o rosto da terra e a alma dos seus habitantes edificando uma herança vital, a sua cultura.

O concelho de Nordeste reúne, em todas as suas freguesias e lugares, entre a Salga e a Pedreira, um importante legado patrimonial, fortemente vincado no seu ambiente natural. De facto, o património natural e paisagístico destaca-se e marca presença no território concelhio e reveste-se de grande valor para a comunidade.

O Pico da Vara (o ponto mais alto da ilha de São Miguel, com 1103m), toda a paisagem serrana, a riqueza da flora e fauna e todas as manifestações geomorfológicas marcam o contexto vivencial dos nordestenses na medida em que são especificidades exclusivas do concelho onde vivem.

Mas para além destes, a morfologia do território concelhio também caracteriza a vivência social, conferindo paisagens próprias com as quais os habitantes do concelho de Nordeste se identificam.

Desta forma, podemos dizer que a identidade nordestense é marcada por elementos naturais e por elementos etnográficos. No entanto, é de salientar que o património natural é

⁸⁵ Câmara Municipal do Nordeste, *Nordeste*, 1.ª Edição, PUBLIÇOR – Publicações & Publicidade, Lda., 2003 (coordenação: J. M. Ferreira de Melo), pág. 2.

o que mais se evidencia na definição da identidade social local, embora o património edificado e etnográfico também contribua, embora em menor escala. Não obstante, outros traços se evidenciam como se poderá verificar de seguida.

Património Cultural Material: Imóvel

O Concelho do Nordeste ostenta um importante legado cultural, com valor patrimonial, do qual se destaca a monumentalidade dos seus imóveis históricos. Contudo, ao longo do território do concelho do Nordeste convém destacar não apenas as obras arquitetónicas mais significativas e construtivas de expressão vernácula e/ou erudita, dispersas pelas freguesias, e os seus espaços de origem mais tradicional, mas também os imóveis com base mais contemporânea. Ou seja, convém evidenciar não só os monumentos, espaços e edifícios históricos do património edificado do Nordeste, como também as realizações levadas a cabo nas últimas décadas, em termos de equipamentos, habitações, infraestruturas e mobiliário civil.

Do manancial de património imóvel existente no concelho de Nordeste, apresenta-se de seguida, resumidamente e categoricamente, alguns exemplos:

- **de carácter Religioso**

No que concerne ao património histórico edificado destacam-se com particular relevo o rol de matriz religiosa, disperso pelas freguesias do concelho, pela sua significância histórica, diversidade e pela vasta quantidade de imóveis de inextinguível valor patrimonial. Destes, as Igrejas, Ermidas, Nichos, Triatos do Espírito Santo e o Padrão das Almas, na Achadinha, constituem os mais significativos monumentos evocativos desta arreigada devoção coletiva existentes no concelho de Nordeste (ver Capítulo IV).

- **de carácter Civil, Interesse Municipal e Interesse Público**

O património classificado no concelho do Nordeste é do tipo Imóvel de Interesse Municipal e Interesse Público, cujas classificações se encontram descritas na Resolução n.º 79/97, de 10 de Abril e na Resolução n.º 199/2002, de 26 de Dezembro, respetivamente, ambas publicadas no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores. Nestas constam cinco moinhos de água, três na Ribeira dos Caldeirões, freguesia da Achada, dois na Ribeira do

Guilherme, freguesia do Nordeste, todos eles, da propriedade do Município, e um prédio constituído por casa de habitação e alguns anexos, localizado na freguesia de Algarvia⁸⁶.

Contudo, no concelho de Nordeste existem, de igual modo, outras estruturas que merecem destaque, designadamente: os diversos Fontanários; os Coretos; o Farol do Arnel; os Lavadouros; o edifício dos Paços do Concelho; a Ponte dos Sete Arcos; o Memorial ao Poeta Virgílio de Oliveira (freguesia da Achada) e o Obelisco (Desembarque das Tropas Liberais, localizado na freguesia da Achadinha)⁸⁷.

A área concelhia do Nordeste é servida, igualmente, por diversas infraestruturas desportivas e culturais que têm vindo a ser construídas ao longo dos anos pelo município para servir as comunidades. A autarquia tem apostado na requalificação de vários espaços e na preservação de algum património edificado por forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, do mesmo modo que revitaliza o espaço urbano. Um exemplo de requalificação urbana foi a implementação do primeiro Circuito de Manutenção Física no Jardim Público e no Miradouro da Vigia das Baleias na freguesia de Algarvia. Um espaço direcionado para a prática desportiva informal, que além de ser um espaço social e de lazer, convida à adoção de um estilo de vida saudável, num local agradável e em contato com a natureza.

O concelho de Nordeste é servido por vários equipamentos complementares, culturais e sociais, que servem vários propósitos para a população para além dos que visitam o concelho, como é o caso do Centro Municipal de Atividades Culturais de Nordeste, do Posto de Turismo, do Museu Municipal, *inter alia*. No que respeita aos equipamentos específicos para o desporto, o concelho também conta com alguns e razoáveis equipamentos, como é o caso do Pavilhão Desportivo da Achada, inaugurado em 2013.

Enfim, de um modo geral, o concelho possui um importante património material imóvel composto por diversos edifícios históricos, equipamentos sociais, culturais e desportivos que, de certo modo, contribuem para a satisfação e melhoria de vida das populações locais e para aqueles que visitem o concelho de Nordeste.

⁸⁶ *Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, pág. 49.

⁸⁷ Vd. *Capítulo IV* do presente Relatório.

Património Cultural Material: Móvel

- **Artesanato**

De uma forma geral, o artesanato produzido no Concelho de Nordeste assemelha-se ao restante produzido na ilha de S. Miguel ou no arquipélago dos Açores. Contudo, o artesanato do Nordeste não deixa de ser uma expressão da cultura local e uma memória viva dos processos antigos, tradicionais e rudimentares da produção de objetos e artefactos característicos do concelho⁸⁸.

São de realçar, como já foi referido anteriormente, os trabalhos efetuados na oficina d' "A folha de Milho" na Salga, onde podemos encontrar as famosas bonecas de milho, e a "Casa do Trabalho" na vila de Nordeste.

De facto, o concelho do Nordeste detém no artesanato, uma das suas mais interessantes particularidades. Desde há alguns séculos que o artesanato local tem influenciado as tradições, a cultura e vivência populares dos habitantes do município, originando numerosas inspirações materiais que se tornaram símbolos da vida quotidiana da população. Os bordados e rendas, escama de peixe e folha de milho são a prova viva da capacidade criativa e de uma importante fonte de riqueza do concelho de nordeste. Contudo, trata-se de produtos que, caso não sejam salvaguardados, serão inevitavelmente perdidos. Assim, e com o intuito de se valorizar e promover as artes e os ofícios tradicionais, este artesanato encontra-se presente na "Feira de Turismo do Nordeste", que se realiza anualmente aquando das festas da Vila de Nordeste.

O artesanato pode ser considerado, igualmente, como um dos elementos estimuladores do desenvolvimento local através da atividade turística, possibilitando a venda dos produtos e, principalmente, valorizando o território, a cultura tradicional, contribuindo para fortalecer a consciência de identidade cultural local.

Património Cultural Imaterial

Se o património cultural material (imóvel e móvel) é marcado pelos objetos, edifícios e artefactos, o património imaterial é-o pelos gestos, hábitos e ofícios. O Património Cultural Imaterial é feito das expressões da cultura tradicional de pessoas, grupos e comunidades.

⁸⁸ *Guia Turístico do Nordeste*, Câmara Municipal de Nordeste, 2016, pág. 22.

São expressões com significado e importância para quem as pratica, mas também para a comunidade que os rodeia e que, por isso, merecem ser preservadas⁸⁹.

O concelho de Nordeste ostenta, igualmente, uma inegável e revitalizante dinâmica cultural e social que é perceptível através das várias entidades (coletividades recreativas, culturais, desportivas ou até de âmbito social) existentes no concelho, e que dinamizam atividades ligadas às tradições, aos usos e costumes, ao artesanato e à gastronomia do concelho⁹⁰:

- **Coletividades recreativas e culturais**

- **Grupos de folclore e cantares**

Os grupos Folclóricos, que se encontram um pouco por toda a ilha de São Miguel, surgiram a partir da segunda metade do século XX, sendo um dos primeiros o da Salga, no concelho do Nordeste, e o de São Miguel, o de Santa Cecília, em Ponta Delgada. Os restantes grupos folclóricos da ilha, na sua maior parte, aparecem na década de 80 do século XX. Os seus trajes baseiam-se nas indumentárias locais, bem como no contexto da ilha de São Miguel, havendo, por vezes, repetições e semelhanças entre os grupos⁹¹.

No concelho de Nordeste existem vários grupos etnográficos, entre eles: A Associação Cultural Grupo de Cantares da Vila de Nordeste, o Centro Social Recreativo e Cultural de Nordeste - Grupo Folclórico de São Jorge, o Grupo Folclórico Imaculada Conceição da Lomba da Fazenda, e o Grupo Folclórico de São José da Salga.

- **Filarmónicas**

Nas nove ilhas dos Açores e nos seus dezanove concelhos vamos encontrar um grande número de filarmónicas, estando elas localizadas, em grande parte, no mundo rural. Elas são na sua maioria da segunda metade do século XIX e início do século XX. A ilha onde existe maior número de sociedades de filarmónicas é a de São Miguel. Em todos os concelhos registam-se estes agrupamentos, sendo o de Ponta Delgada o que tem maior número⁹².

⁸⁹ Governo dos Açores. Direção Regional da Cultura, Património Cultural Imaterial dos Açores, disponível em: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/patrimonio/Default.aspx>, consultado a 11-10-2017.

⁹⁰ *Guia Turístico do Nordeste*, Câmara Municipal de Nordeste, 2016, pág. 18.

⁹¹ MELLO, José de Almeida, *Lomba da Fazenda – Traços de Memórias*, PUBLICOR Editores, 2009, pág. 49.

⁹² *Idem*, pág. 45.

No concelho de Nordeste são fundadas bandas Filarmónicas na Vila do Nordeste, a *Eco Edificante*, em 1861, na Lomba da Fazenda, a *Imaculada Conceição*, em 1893 e na Algarvia, a *Estrela do Oriente*, também conhecida por *Lira de Nossa Senhora do Amparo*, em 1900. Todas estas filarmónicas ainda têm atividade, com programas anuais e com participações nas festividades da ilha de São Miguel e restantes ilhas do Arquipélago bem como na diáspora⁹³.

– Agrupamentos de escuteiros

No concelho de Nordeste existem quatro agrupamentos de escuteiros do Nordeste, nomeadamente: Agrupamento de Escuteiros 1300 da Pedreira; Agrupamento de Escuteiros 720 São Jorge Vila de Nordeste; Agrupamento de Escuteiros 968 da Lomba da Fazenda; Agrupamento de Escuteiros 1342 de Santo António do Nordestinho. Estes agrupamentos desempenham um papel fundamental na valorização da natureza e no desenvolvimento e na formação de crianças e jovens.

Para além das instituições acima referidas, destacam-se ainda: a Associação Cultural e Desportiva da Escola Básica e Secundária do Nordeste; a Associação de Jovens “Ser Diferente” de Nordeste; a Associação Sol Nascente; Associação de Voluntariado e Amigos do Nordeste; a Nordeste Jovem – Associação Juvenil do Concelho de Nordeste; o Achada Futebol Clube; o Clube de Amigos da Columbofilia do Nordeste (CACN); o Clube Desportivo de Santo António Nordestinho; a União Desportiva do Nordeste e a Policlínica e Ginásio do Nordeste Lda.

No que concerne às coletividades de âmbito social, existentes no concelho de Nordeste, destacam-se as seguintes: Casa de Povo Achada e Santana; Casa de Povo da Achadinha e Salga; Casa de Povo de Lomba da Fazenda; Casa do Povo de Nordestinho; Santa Casa da Misericórdia de Nordeste; Associação de Jovens Ser Diferente; Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nordeste; Comissões Fabriqueiras; Amizade 2000 – Associação de Apoio aos Deficientes e Inadaptados do Nordeste; Centro Sócio Cultural de Formação Permanente Pe. Francisco Jacinto D’ Amaral e a Cidade Rural – Associação de Apoio à Família, à Cultura e ao Desenvolvimento do Meio Rural.

De um modo geral, todas as instituições acima referidas têm vindo a incrementar no concelho iniciativas da mais diversa índole, reafirmando, desta feita, uma singular e notável

⁹³ *Idem*, pág. 47.

exuberância do que é a própria identidade etnológica plural, heterogénea e, ao mesmo tempo, coesa que caracteriza o território do concelho de Nordeste.

– **Festas populares**

As festas populares exprimem a cultura e tradição dos povos, tanto pelas cerimónias religiosas como pela parte profana. No Concelho de Nordeste, todas as freguesias celebram uma festa religiosa, em honra do seu/sua padroeiro/a (Tabela 2), destas, compreendem uma parte religiosa e outra profana. No âmbito religioso, celebra-se uma missa festiva em honra e louvor do santo padroeiro e uma procissão. As ruas da freguesia percorridas pela procissão são enfeitadas com tapetes de folhas, flores e serradura, formando vários desenhos artísticos e até com motivos religiosos. De carácter profano, os serões dos dias de festa, do que lhe antecede e do que lhe sucede, são conhecidos por “arraiais” e são animados pelas filarmónicas e/ou grupos de cultura popular⁹⁴.

Tabela 2 Festas populares do Concelho de Nordeste

FESTAS POPULARES	LOCAL	DATA
N. ^a Sr. ^a da Luz	Pedreira - Nordeste	2º Domingo de julho
São Jorge	Nordeste	Meados de julho
Santíssimo Sacramento	Lomba da Fazenda	1º Domingo de agosto
Imaculada Conceição	Lomba da Fazenda	8 de dezembro
São Pedro	S. Pedro de Nordestinho	29 de junho
Santo António	Sto. António de Nordestinho	13 de junho
N. ^a Sr. ^a do Amparo	Algarvia	Último Domingo de julho
Sant’Ana	Santana	Julho
N. ^a Sr. ^a da Anunciação	Achada	Último Domingo de julho
N. ^a Sr. ^a do Rosário	Achadinha	Domingo após 15 de agosto
São Pedro	Salga	2º Domingo de setembro

FONTE: Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 59

Para além das festas em honra do padroeiro/a, celebram-se ainda, em todas as Freguesias do concelho de Nordeste, as Festas do Divino Espírito Santo (como acontece em todas as ilhas dos Açores). A sequência ritual destas festas confere um lugar de relevo a um conjunto de refeições, dádivas e distribuições de alimentos cerimoniais. Nestas dádivas estão incluídas as sopas do Espírito Santo – feitas à base de carne de vaca cozida e de fatias de pão de trigo – diversas variedades de pães de massa sovada, biscoitos e doces, que são oferecidas pelo mordomo a toda a população⁹⁵.

⁹⁴ *Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, pág. 59.

⁹⁵ *Idem*, págs. 60-61.

– **Gastronomia**

A posição geográfica do Nordeste levou a que variados aspetos da cultura das suas gentes fossem determinados por fatores da Natureza, entre eles, a gastronomia. A gastronomia do Nordeste tem raízes ligadas ao modo de vida dos seus antepassados, gente trabalhadora que necessitava de se alimentar de acordo com o seu esforço. Destas condicionantes surgiram pratos de fácil confeção e muito nutritivos, permanecendo até hoje e apreciadas como verdadeiras iguarias. O Concelho de Nordeste, embora apresente algumas semelhanças com a gastronomia das restantes ilhas do arquipélago dos Açores, é representado pela arte do tempero, com alguns pratos puramente tradicionais da área, como é exemplo o Capão recheado do Nordeste⁹⁶. Para além deste, existem outros pratos que podem ser encontrados neste município que importam realçar. É o caso das sopas do Espírito Santo que apresentam especificidades próprias em cada uma das freguesias, existindo mesmo uma forte concorrência entre freguesias para ver quem confeciona a melhor sopa; o fervedouro, a sopa de funcho, o desfeito, a descaída, os chicharros assados na sertã, o cabrito assado no forno, o feijão assado, os torremos de vinha-d'alhos, a caçoula de porco, a caldeirada de peixe fresco, o polvo assado ou guisado são, também, alguns dos pratos que fazem a mesa nordestense e que são reconhecidos pela sua qualidade e sabor além-mar. O churrasco de lenha é igualmente muito apreciado no Nordeste, geralmente confeccionado ao ar livre nos diversos miradouros distribuídos pelo concelho.

A gastronomia nordestense corresponde, deste modo, a um processo em constante construção, que ao longo dos séculos beneficiou de uma diversidade de contributos exógenos e endógenos que, para além do primor e qualidade desta dieta alimentar traduz a história e a vivência económica de uma comunidade. O caminho para a preservação do património gastronómico passa, seguramente, pela promoção da gastronomia tradicional nordestense. Assim, e por forma a promover esta riqueza cultural, realiza-se anualmente a “Feira de Turismo e Artesanato do Nordeste”, direcionada aos empresários nordestenses para que possam apresentar a gastronomia e os produtos produzidos no concelho de Nordeste. Através desta feira tem-se mantido e divulgado os saberes e sabores da cozinha tradicional nordestense, valorizando e perpetuando este ativo patrimonial, impedindo, desta forma, a sua adulteração.

⁹⁶ O Capão recheado do Nordeste é reconhecido num âmbito mais local, sendo nos dias de hoje um prato difícil de encontrar não só nos restaurantes como também nas casas particulares. Este facto deve-se, principalmente, à falta de criadores de Capão, uma vez que esta atividade requer o domínio de técnicas específicas e possui a particularidade deste animal só poder ser consumido numa idade apropriada.

CAPÍTULO III

O trajeto de investigação em ambiente de trabalho: o Estágio Curricular

3.1 Câmara Municipal de Nordeste – Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos – Evolução histórica, funcional e organizacional

3.1.1. Estrutura orgânica e competências

As Autarquias Locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas (Lei Constitucional n.º 1/2004). Assim sendo, estas, exercem um papel interventivo cada vez mais crucial no território, sendo que as suas competências têm vindo a aumentar de forma expressiva.

A Câmara Municipal de Nordeste (adiante designada por C.M.N.) exerce os seus serviços administrativos no edifício dos Paços do Concelho, no largo central da Vila de Nordeste. Trata-se de um edifício construído em 1875, com o projeto de Mariano Augusto Machado de Faria e Maia, local onde outrora existiu um pequeno edifício que servia de “Casa da Câmara”, e que sofreu obras de remodelação em 1993⁹⁷.

A estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nordeste (C.M.N.) tem por base um conjunto de elementos que são responsáveis pela gestão, distribuição e coordenação de funções, por forma a zelar pelo bom funcionamento da organização e da comunidade que nela trabalha. Os órgãos são a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. A Câmara Municipal é o órgão executivo do município, diretamente eleito pelos cidadãos (são cinco os elementos que compõem o executivo municipal de Nordeste: Presidente, Vice-presidente e três Vereadores). Por outro lado, a Assembleia Municipal, órgão deliberativo do município⁹⁸, é constituída pelos presidentes das Juntas de Freguesia e por membros eleitos pelo colégio eleitoral do município⁹⁹.

⁹⁷ Sobre o assunto consultar *São Miguel Nordeste - Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Presidência do Governo Regional dos Açores, 2011, pág. 20.

⁹⁸ Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal.

⁹⁹ Sobre o assunto consultar Câmara Municipal de Nordeste.
Disponível em: <http://cmnordeste.pt/municipio/contactos/assembleia-municipal/>.

A C.M.N, como órgão da administração local, tem por missão promover a qualidade de vida dos habitantes, através da definição de estratégias e linhas de orientação para o desenvolvimento social, económico, educacional, cultural, habitacional, ambiental, desportivo e de lazer, no respeito pela dignidade do cidadão. O Município orienta a sua ação no sentido de promover e dinamizar o concelho aos vários níveis, primando pela aplicação sustentável dos seus recursos¹⁰⁰. A Lei N.º 5-A/2002 de 11 de janeiro¹⁰¹ e a Direção Geral das Autarquias Locais (2011)¹⁰² estabelecem respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos municípios e freguesias.

A estrutura e organização dos serviços municipais constavam do Aviso n.º 3197 publicado no apêndice n.º 48 do Diário da República, 2.ª Série de 18 de abril de 2001. Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e a publicação dos diplomas legais conexos, foram colocados novos desafios à Administração Local nomeadamente em matéria de planeamento e gestão de recursos humanos e a sua articulação com a gestão orçamental, tendo sido feita uma reformulação da estrutura orgânica em 2009, a qual se encontra publicada através do Aviso n.º 12248/2009, 2.ª Série, N.º 132, de 10 de julho.

Posteriormente foi publicado o Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, que veio determinar um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das autarquias locais. Tendo a autarquia procedido à reestruturação dos seus serviços municipais, adotando um modelo de estrutura orgânica do tipo hierárquica, contemplando duas unidades flexíveis e quinze subunidades flexíveis, das quais algumas poderão não estar dependentes diretamente de uma unidade flexível, uma vez que as suas competências poderão em alguns casos serem transversais. O modelo adotado encontra-se publicado no Diário da República, 2.ª série, número 6 de 10 de janeiro de 2011¹⁰³.

Pelo presente regulamento, acima citado, o Município de Nordeste estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas flexíveis (Divisões)¹⁰⁴:

- a. Divisão Administrativa e Financeira;

¹⁰⁰Código de Ética e de Conduta da Câmara Municipal de Nordeste, disponível em: <http://cmnordeste.pt/municipio/wp-content/uploads/sites/3/2014/12/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-de-Conduta-da-C%C3%A2mara-Municipal-de-Nordeste.pdf>, consultado a 30-08-2017.

¹⁰¹ <http://www.freguesiadevalongo.pt/doc/Lei%205-A-2002.pdf>, consultado a 30-08-2017.

¹⁰² *Autarquias Locais – Legislação Nacional*.

Disponível em: http://www.cmpv.pt/ficheiros/pdfs/info_regulamentar/2738.pdf, consultado a 0-08-2017.

¹⁰³ Diário da República, 2.ª série – N.º 6 – 10 de Janeiro de 2011, *Município de Nordeste – Deliberação n.º 99/2011*, pág. 1624.

¹⁰⁴ Unidades orgânicas de carácter flexível, aglutinando competências de âmbito operativo e instrumental integradas numa mesma área funcional.

b. Divisão de Obras e Urbanismo.

Relativamente às subunidades orgânicas (Serviços e Secções de apoio à gestão)¹⁰⁵, o regulamento define as seguintes:

- a. No âmbito da Divisão Administrativa e Financeira
 - i. Secção de Expediente
 - ii. Secção de Pessoal
 - iii. Secção de Contabilidade
 - iv. Secção de Aprovisionamento
 - v. Secção de Taxas e Licenças
- b. No âmbito da Divisão de Obras e Urbanismo
 - i. Secção de Obras e Rede Viária
 - ii. Secção de Urbanismo e Ambiente
- c. Não integradas em unidades orgânicas flexíveis
 - i. Serviço de Comunicação e Cultura
 - ii. Serviço de Ação Social

Outros serviços¹⁰⁶

- a. Gabinete de Apoio ao Presidente;
- b. Gabinete de Proteção Civil;
- c. Gabinete Medicina Veterinária.

Outros Sectores¹⁰⁷

- a. Sector de Armazém
- b. Sector de Tesouraria
- c. Sector de Património
- d. Sector de Parque de Máquinas

No que se refere aos objetivos gerais, no cumprimento das suas atribuições, os serviços municipais devem prosseguir a realização plena, oportuna e eficiente das ações e tarefas definidas pelos órgãos municipais, no sentido do desenvolvimento socioeconómico do

¹⁰⁵ Subunidades orgânicas de carácter flexível que agregam atividades de natureza executiva de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, nas áreas comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

¹⁰⁶ Serviços enquadrados por legislação específica, não concorrendo para a contabilização como unidades, ou subunidades flexíveis.

¹⁰⁷ Sectores criados para necessidades específicas e operacionalizados apenas por Assistentes Operacionais ou Assistentes Técnicos, respondendo diretamente à chefia de Divisão, ou Presidência da Câmara.

concelho, designadamente os constantes dos planos e programas de atividades; promover a obtenção de índices crescentes de melhoria de prestação de serviços às populações, respondendo de forma eficaz às suas necessidades e aspirações; maximizar o aproveitamento dos recursos disponíveis no quadro de uma gestão racional e moderna; promover a participação organizada, sistemática e responsável, dos agentes sociais e económicos e dos cidadãos em geral, nas decisões e na atividade municipal. Finalmente, criar condições para a valorização e estímulo profissional dos trabalhadores e dignificação da sua função.

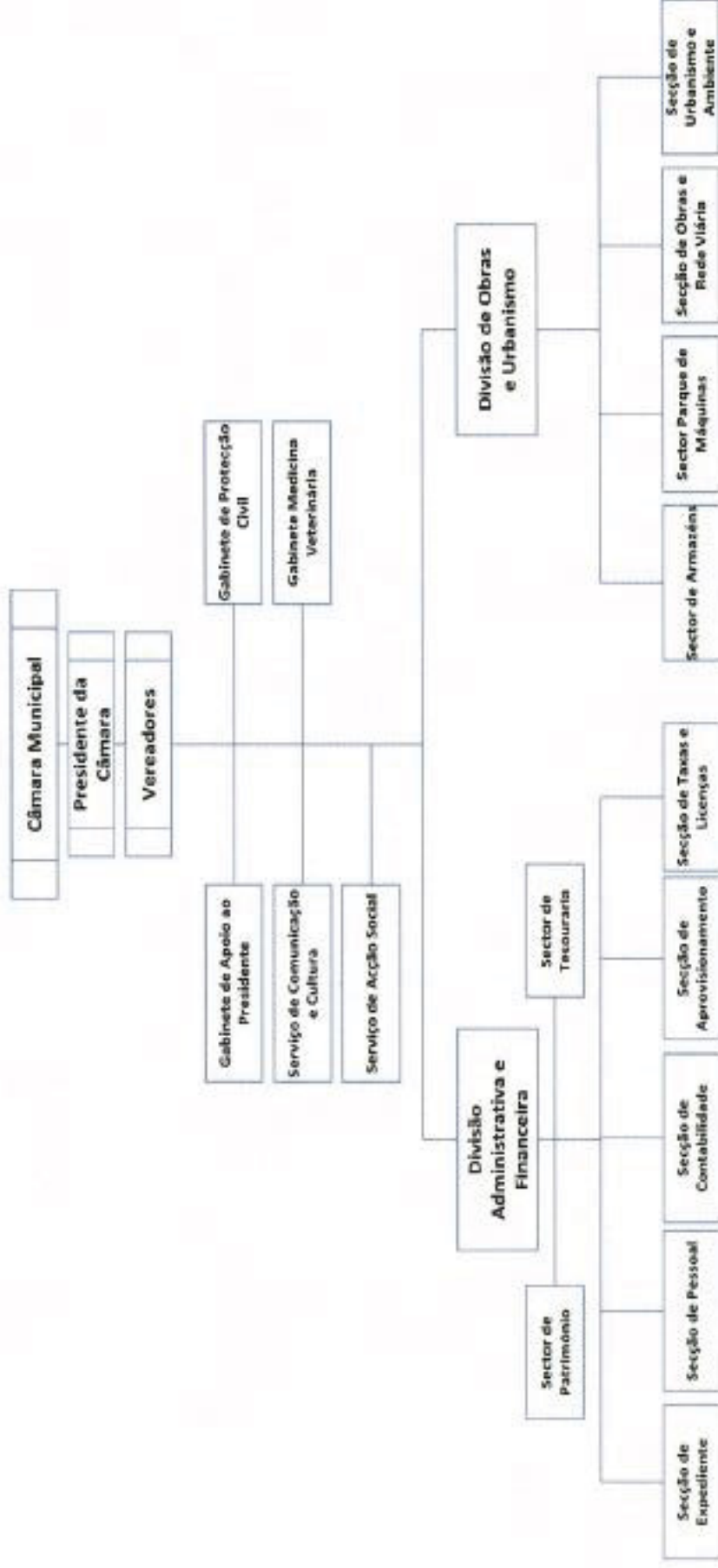
No ano de 2005 foram criadas duas Empresas Municipais: a Nordeste Ativo — Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, Águas e Resíduos, E.E.M. e a H.S.N. — Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E.E.M., que atualmente a primeira após a alteração dos estatutos passou a designar-se por Nordeste Ativo EM., S.A. A autarquia dispõe, igualmente, de um órgão de auditoria externa, sendo de sua competência a verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; a participação aos órgãos municipais competentes das irregularidades, bem como dos factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município; a verificação dos valores patrimoniais do município, ou por eles recebidos em garantia, depósito ou outro título; o envio semestral ao órgão deliberativo do município da informação sobre a respetiva situação económica e financeira e a emissão de parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados consolidados e anexos as demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal¹⁰⁸.

As Divisões respeitantes a cada Departamento, bem como a restante estrutura mencionada anteriormente, estão representadas no organograma da Figura 4.

Ao fazermos uma análise relativamente às diferentes dimensões da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nordeste, podemos averiguar, através do organograma, a existência de um alto nível de complexidade, com múltiplos graus de especialização (divisão do trabalho, os níveis hierárquicos), havendo uma grande diferenciação interna, (departamentos, divisão, gabinetes). Por último, existe uma grande centralização do poder, onde a tomada de decisões tende a corresponder aos níveis mais altos da organização, Presidente da Câmara e Vereadores.

¹⁰⁸ Sobre o assunto consultar Câmara Municipal de Nordeste, disponível em: http://cmnordeste.pt/municipio/wp-content/uploads/sites/3/2014/12/937_caracterizacao_da_entidade_8_1.pdf.

Fig. 4 Organograma da Câmara Municipal de Nordeste



FONTE: C.M.N

3.1.2. Vice-presidência – Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos

O estágio decorreu na Câmara Municipal do Nordeste, presidida atualmente pelo Dr. Carlos Alberto Medeiros Mendonça, mais propriamente, no Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos (G.P.C.R.H), comumente designado por Pelouro da Cultura, que funciona na dependência direta da Vice-presidência, cujo responsável máximo é o Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal do Nordeste, Dr. Milton Borges Pacheco Mendonça.

O Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos, tal como o próprio nome indica, ocupa-se de quase tudo o que diz respeito ao património, cultura e recursos humanos. Relativamente aos Recursos Humanos, este gabinete zela pela coordenação adequada de todos os serviços e recursos, materiais e humanos, que compõem o Município.

No que concerne à área a do Património e Cultura, a este Pelouro compete, designadamente:

- a. Promover atuações adequadas à preservação e valorização do património histórico, paisagístico, arquitetónico e cultural na área do Município, em Colaboração com a Divisão de Obras e Serviços Urbanos;
- b. Promover ações que permitam aprofundar e divulgar sob diversas formas aspetos socioculturais e históricos do Município;
- c. Orientar, dinamizar e incentivar o desenvolvimento da Biblioteca Municipal e o Museu Municipal;
- d. Cooperar e apoiar a comunidade educativa na implementação de projetos de desenvolvimento local como os seguintes: Projetos de intervenção/Dinamização sociocultural; Projetos de dinamização da comunidade escolar; Propor e implementar projetos de Educação Ambiental, em articulação com outros serviços municipais; Propor e implementar projetos de fomento do Desporto Escolar;
- e. Promover a realização de ações tendentes ao desenvolvimento do nível cultural e bem-estar social da população;
- f. Propor e colaborar na elaboração do plano de atividades anual das ações de animação cultural a desenvolver, motivando a participação das associações;
- g. Assegurar a articulação das atividades de ação cultural, com outras iniciativas desenvolvidas;
- h. Organizar, e manter atualizado, o ficheiro das associações, salas de espetáculo e outros espaços culturais, para fins de conservação, estatística e informação;

- i. Apoiar o desenvolvimento do associativismo;
- j. Fomentar as artes tradicionais na área do Município;
- k. Fomentar as atividades desportivas, recreativas e, em geral, respeitantes à ocupação dos tempos livres da população;
- l. Promover a divulgação das potencialidades turísticas do Município;
- m. Assegurar a salvaguarda do património natural e paisagístico suscetível de degradação ou perda pelo exercício da atividade económica ou práticas incorretas¹⁰⁹.

De facto, enquanto órgão da administração local, o Município de Nordeste, assume, através da valorização do património cultural, algumas das competências atribuídas às autarquias, quer pela Lei das Competências das Autarquias, quer pela Lei do Património Cultural. Deste modo, o primeiro diploma estabelece que “é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos no domínio do património cultural do Município”, assim como “organizar e manter actualizado um inventário do património cultural”¹¹⁰. Por seu lado, consta do art.º 3º, número 3, do segundo diploma que “o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever das autarquias locais”¹¹¹.

Como se pode constatar, torna-se fundamental e imprescindível a existência deste Pelouro, não só pelo facto de criar, alertar e divulgar os variados eventos que já acontecem no concelho, mas também por preservar e valorizar o património do município, assegurar a gestão das atividades culturais, promover a identidade local e fomentar a promoção turística, como fatores de democraticidade, competitividade e desenvolvimento local.

¹⁰⁹ *Diário da República*, 2.ª série – N.º 6 – 10 de Janeiro de 2011, “Município de Nordeste – Deliberação n.º 99/2011”, pág. 1624. Disponível em: http://bte.gep.msess.gov.pt/completos/2011/bte3_2011.pdf, consultado a 0-08-2017.

¹¹⁰ *Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, Artigo 20.º, Património, Cultura e Ciência*, disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1228&tabela=leis, consultado a 30-08-2017.

¹¹¹ *Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro*. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>, consultado a 30-08-2017.

3.2 Atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular

O estágio curricular, inserido no programa curricular do 2º ano do Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, decorreu no gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nordeste (no Concelho de Nordeste), resultando do protocolo realizado entre aquela edilidade e a Universidade dos Açores, sob a orientação profissional do Vice-Presidente da C.M.N, Milton Mendonça¹¹² e científica da Professora Doutora Susana Goulart Costa.

A escolha deste Gabinete para a realização do estágio curricular teve como antecedentes contactos prévios realizados com a autarquia, no sentido de apresentarmos o mestrado e o projeto que gostaríamos de concretizar, inserido na área do Património Cultural. Após resposta positiva, por parte daquele município, apresentámos o nosso projeto que passava por dar um contributo para a realização de uma Carta Patrimonial no concelho de Nordeste. Contributo este que reunisse um conjunto de pressupostos – diversidade e elevado número de bens patrimoniais –, aliado a uma síntese histórica.

O estágio curricular teve início a 17 de novembro de 2016, e de um modo geral, podemos dizer que terminou em finais de janeiro de 2017 (ver cronograma do estágio). O estágio foi planeado para ter a duração, no mínimo, de duzentas horas, assim, acordou-se de início que se cumpriria o horário diário na Câmara Municipal de Nordeste das 8h30 às 16h30, tendo em conta que o mesmo se trataria de uma referência e que seria flexível, uma vez que o estágio iria ser realizado, na sua maior parte do tempo, nas diversas localidades do concelho de Nordeste.

Como já foi referido, as atividades acompanhadas e desenvolvidas durante o estágio tiveram como temática proposta a questão do património cultural do Concelho de Nordeste, dentro da lógica de organização e apresentação de um contributo para a criação de uma Carta Patrimonial. Assim, para a concretização deste objetivo final, o estágio foi realizado em três fases: Recolha de Informação, Trabalho de Campo e Trabalho de Gabinete.

1.ª Fase - Recolha de Informação (vd. Quadro 1)

A recolha de informação é um processo que acompanha todo o estágio, embora a fase inicial lhe seja quase exclusivamente dedicada. O estágio iniciou-se com um período de integração, durante o qual se efetuou uma pesquisa sobre a história, missão, vocação e

¹¹² Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nordeste.

objetivos da instituição de acolhimento (ver Capítulo III – 31. Câmara Municipal de Nordeste – Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos...). Neste âmbito, e com o auxílio sempre que necessário da própria equipa técnica da Câmara Municipal de Nordeste, foram consultados os boletins e atas daquele município, tendo sido ainda realizado um levantamento dos diplomas legais, incluindo os estatutos e regulamentos da Edilidade, e as suas unidades orgânicas.

Seguidamente efetuou-se uma pesquisa bibliográfica na tentativa de analisar e demarcar alguns conceitos-chave, nomeadamente o de património e desenvolvimento local. Estas noções foram exploradas no primeiro capítulo deste trabalho, juntamente com as matérias a elas associadas.

Posteriormente, a pesquisa debruçou-se sobre as características físicas, históricas e socioeconómicas do concelho, indispensáveis para o enquadramento da área de estudo. Por outro lado, consistiu também no estudo dos vários tipos de património já classificados, por forma a identificar possíveis inter-relações com o património cultural a identificar. Esta fase do trabalho foi essencial para adquirir e consolidar conhecimentos e encontra-se descrita no Capítulo II deste relatório.

De um modo geral, a pesquisa e recolha de informação consistiu na consulta de artigos, teses, relatórios, entre outros trabalhos, já realizados sobre o tema (património cultural) e o município em estudo. Na tentativa de obter mais dados que permitissem uma melhor caracterização do estudo, a pesquisa e recolha de informação ocorreu, de igual modo, em diversos espaços, bibliotecas e arquivos. Neste âmbito, destacamos, a Biblioteca e o Arquivo Municipal do Nordeste, a Biblioteca da Universidade dos Açores, a Biblioteca Pública e o Arquivo Regional de Ponta Delgada. Como complemento a pesquisa foi feita, nomeadamente, através da consulta de:

- Sites na internet, como:
<http://cmnordeste.pt/>, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/>,
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/>;
- Material bibliográfico e cartográfico cedido pela Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Nordeste, como a carta arqueológica do município de Nordeste, as reedições dos roteiros turísticos do concelho e outras informações complementares de interesse patrimonial no concelho.

Quadro 1 Cronograma do Estágio – 1ª Fase

MÊS / ANO	DIA	ESTÁGIO	FREGUESIA	LUGAR / LOCALIDADE	1.ª FASE	N.º DE HORAS
nov/16	17	Integração	Nordeste	(Vila) C.M.N	Pesquisa bibliográfica	4 H
	18	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	21	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	22	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	23	Recolha de Informação	Lomba da Fazenda	Biblioteca Municipal		7 H
	24	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	25	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	28	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	29	Recolha de Informação	Ponta Delgada	Biblioteca Municipal		7 H
			Ponta Delgada	Biblioteca U.A.C		
	30	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N	7 H	

Ainda nesta fase e por forma a facilitar o trabalho de campo, foi elaborado um modelo de ficha de caracterização individual constituída por diversos campos que tinham como objetivo principal a reunião de um maior número de informação possível sobre o bem patrimonial a identificar (ver Figura 5). A ficha de caracterização, apresentada seguidamente, foi adaptada de uma “ficha de caracterização” do *Inventário do Património Imóvel dos Açores – São Miguel Nordeste* patrocinado pela Direção Regional da Cultura e executado pelo Instituto Açoriano de Cultura (2011). Após as devidas modificações, os critérios utilizados para preenchimento das fichas de levantamento do património cultural do concelho de Nordeste passaram pelos seguintes elementos:

- Designação / Nome – identifica a designação e/ou nome da espécie pelo qual é conhecida;
- Localização – identifica a freguesia ou local, a avenida, a rua, a canada, a praça, o largo, o beco, o lugar, etc., para melhor identificação da localização, podendo ser de forma mais genérica, caso não se consiga elementos concisos para a sua localização;
- Data de construção (ano de construção, inauguração ou mesmo de uso, desde que devidamente atestado);
- Categoria tipológica funcional – identifica a categoria em que se insere. Neste caso, é possível encontrar as seguintes categorias:
 - Arquitetura civil (caracteriza os imóveis de habitação);
 - Arquitetura estatal (imóveis construídos com funções governamentais, ou seguindo doutrinas governamentais);
 - Arquitetura comunitária de apoio (imóveis ou elementos isolados construídos com o propósito de apoiar do ponto de vista social, económico ou até mesmo religioso, as populações);
 - Unidade paisagística construída (locais de concentração públicos em que a

paisagem foi alvo de um estudo prévio pelo Homem);

- Arquitetura religiosa (imóveis ou elementos de natureza religiosa).
- Descrição / Observações (tem como objetivo a inclusão de informações adicionais não previstas nos pontos anteriores).

Após a elaboração do modelo de ficha de caracterização a utilizar no trabalho de campo, foram efetuadas várias cópias do modelo, por forma a se fazer um pré-preenchimento das mesmas com as informações obtidas ao longo da pesquisa bibliográfica.

Fig. 5 Modelo de Ficha de Caracterização

Data do levantamento		FICHA DE CARACTERIZAÇÃO		
Trabalho de Campo				
INVENTÁRIO CULTURAL DO CONCELHO DE NORDESTE				
IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ESPÉCIE				
LOCALIDADE		FOTO		
DESIGNAÇÃO / NOME				
DATA DE CONSTRUÇÃO				
CATEGORIA TIPOLOGICA FUNCIONAL				
PROPRIETÁRIO				
FUNÇÃO INICIAL				
FUNÇÃO ATUAL				
BREVE HISTÓRICO				
DADOS HISTÓRICOS, RELATOS SOCIAIS, ETC				
BREVE DESCRIÇÃO				
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/> BOM	<input type="checkbox"/> REGULAR	<input type="checkbox"/> PRECÁRIO	<input type="checkbox"/> EM RUÍNAS
CARACTERIZAÇÃO, TIPOLOGIA, TÉCNICA CONSTRUTIVA E MATERIAIS UTILIZADOS				
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS				

Posteriormente, e antes de partirmos para a observação e recolha de informações *in loco*, houve a necessidade de se elaborar um plano com a calendarização das visitas a realizar às freguesias do concelho. Assim, e após este trabalho preliminar, partiu-se para um trabalho

de campo, que tinha por finalidade completar, consolidar e confirmar os dados obtidos documentalmente.

2.ª Fase - Trabalho de Campo (vd. Quadro 2)

É elementar afirmar que só se pode preservar, valorizar e divulgar o que se conhece. Nesse sentido conhecer a realidade pressupõe que se efetue um estudo que seja capaz de responder às seguintes questões: O que temos? (identificação, função e estado de conservação), Onde temos? (localização) e Como utilizar? (atributos ou funcionalidades). Isto porque só com um verdadeiro conhecimento da realidade existente é que se pode traçar linhas de orientação, estabelecer metas e definir objetivos. Foi com estas premissas que focámos o nosso objeto de estágio: o Património Cultural do concelho de Nordeste e partimos para o trabalho de campo.

Nesta segunda fase do estágio, foram realizadas várias visitas a todas as freguesias do concelho, com o intuito de se efetuar o levantamento do património ali existente e procurar outros elementos não referenciados durante a pesquisa inicial. A identificação dos elementos fez-se pela marcação da sua localização na cartografia e através de um número que corresponde à sua posição na ordem sequencial dos elementos identificados. Assim, na preparação para as saídas deveria ter em conta, não só a lista de elementos a referenciar, como levar mapas pormenorizados dos locais.

O trabalho de campo foi conduzido de forma sistemática e continuada, recenseando exaustivamente cada unidade, num total de 23 visitas efetuadas entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017 (ver cronograma do estágio). Em cada visita, procedeu-se ao preenchimento de uma “ficha de caracterização” para cada elemento identificado, que abrangesse toda a informação considerada relevante, nomeadamente, a localização, o registo fotográfico, a caracterização física e funcional, o estado de conservação, cronologias e outras observações adicionais, por forma a possibilitar uma avaliação e diagnóstico minuciosos, indispensáveis para, numa fase seguinte, fundamentar a Carta Patrimonial.

O diálogo foi, igualmente, um instrumento essencial para a recolha de informação. Nesse sentido, a relação direta com a população local e com as entidades competentes com influência nas tomadas de decisão, foram relevantes para a pesquisa efetuada.

Quadro 2 Cronograma do Estágio – 2ª Fase

MÊS / ANO	DIA	ESTÁGIO	FREGUESIA	LUGAR / LOCALIDADE	2.ª FASE	N.º DE HORAS
dez/16	2	Trabalho de Campo	Nordeste	Pedreira	Levantamento fotográfico Preenchimento das Fichas de Caracterização	7 H
	5	Trabalho de Campo	Nordeste	Pedreira		7 H
	6	Trabalho de Campo	Nordeste	Vila de Nordeste		7 H
	7	Trabalho de Campo	Nordeste	Vila de Nordeste		7 H
	9	Trabalho de Campo	Nordeste	Vila de Nordeste		7 H
	12	Trabalho de Campo	Lomba da Fazenda	Lomba da Fazenda		7 H
	13	Trabalho de Campo	Lomba da Fazenda	Lomba da Fazenda		7 H
	14	Trabalho de Campo	Lomba da Fazenda	Lomba da Fazenda		7 H
	15	Trabalho de Campo	S. Pedro Nordestinho	S. Pedro Nordestinho		7 H
	16	Trabalho de Campo	S. Pedro Nordestinho	S. Pedro Nordestinho		7 H
	19	Trabalho de Campo	S. António Nordestinho	S. António Nordestinho		7 H
	20	Trabalho de Campo	S. António Nordestinho	S. António Nordestinho		7 H
	21	Trabalho de Campo	Algarvia	Algarvia		7 H
	22	Trabalho de Campo	Algarvia	Algarvia		7 H
jan/17	27	Trabalho de Campo	Santana	Feteira Grande	7 H	
	28	Trabalho de Campo	Santana	Feteira Pequena	7 H	
	29	Trabalho de Campo	Achada	Achada	7 H	
	3	Trabalho de Campo	Achada	Achada	7 H	
	4	Trabalho de Campo	Achadinha	Achadinha	7 H	
	5	Trabalho de Campo	Achadinha	Achadinha	7 H	
	6	Trabalho de Campo	Salga	Salga	7 H	
9	Trabalho de Campo	Salga	Salga	7 H		

3.ª Fase - Trabalho de Gabinete (vd. Quadro 3)

Após obtenção de toda a informação necessária, procedeu-se ao tratamento dos dados recolhidos no trabalho de campo e da seleção e organização das fontes bibliográficas segundo a qualidade de interesse e proveito para o tema. Deste modo, a fase final do estágio, que decorreu no gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos da C.M.N, foi efetuada com a passagem das fotografias para o computador e a sua identificação, para se poder ajustar cada grupo de fotos a um Elemento e ao seu n.º de registo.

O estágio tece como objetivo principal a utilização dos dados recolhidos no Levantamento como ponto de partida para a elaboração de um Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste. Assim, e já com os dados todos inseridos, procedeu-se à elaboração do mesmo.

Quadro 3 Cronograma do Estágio – 3ª Fase

MÊS / ANO	DIA	ESTÁGIO	FREGUESIA	LUGAR / LOCALIDADE	3.ª FASE	N.º DE HORAS
jan/17	10	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N	Tratamento dos dados recolhidos Elaboração da Carta Patrimonial	7 H
	11	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	12	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	13	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	16	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	17	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	18	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	19	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	20	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	23	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	24	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	25	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	26	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	27	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H

CAPÍTULO IV

Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste

4.1 O Projeto

O diverso património cultural existente no arquipélago dos Açores é, em parte, resultado das características geográficas, da especificidade de cada ilha e do tipo de ocupação e atividade que ao longo do tempo o homem exerceu.

Constituído ao mesmo tempo por elementos materiais e imateriais, o concelho de Nordeste ostenta, igualmente, um vasto património cultural, edificado, natural e paisagístico de infinita riqueza. Estes elementos assumem, pela sua especificidade um carácter diferenciador, face a outras realidades aparentemente similares ou geograficamente próximas, apresentando este concelho um potencial para o desenvolvimento de um turismo de cariz cultural e natural, capaz de se afirmar como âncora de um desenvolvimento sustentado.

Atualmente nota-se uma crescente preocupação com a preservação cultural, com base em tradições locais com o intuito de se transmitir o saber tradicional e as práticas locais. Neste sentido, a comunidade local deverá ser a primeira a conhecer bem a sua história, a dar valor à cultura que o identifica e que posteriormente a nível económico lhe serve como meio para o desenvolvimento. Como já foi várias vezes defendido, para uma preservação, promoção e divulgação efetiva do património é necessário, antes de mais, que este seja estudado e documentado. Foi nesse sentido que se pretendeu elaborar e apresentar um Contributo para a criação de uma Carta Patrimonial ao Município de Nordeste, onde se identifica e se dá a conhecer a diversidade dos bens e equipamentos culturais existentes no Concelho. A sua elaboração resulta, pois, de uma investigação de gabinete, complementada por um trabalho de campo e contacto muito próximo com a comunidade, em particular instituições públicas e privadas, principalmente com a comunidade anciã dos locais onde se insere o estudo.

O *Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste* é um projeto de natureza cultural, onde é efetuada a identificação, mapeamento e caracterização dos

equipamentos culturais existentes no concelho de Nordeste¹¹³. Este contributo para a criação de uma Carta Patrimonial não pretende ser um roteiro turístico nem, muito menos, uma espécie de Carta Arqueológica¹¹⁴. Entenda-se Carta Patrimonial como o levantamento do património cultural (imóvel, móvel e imaterial) numa área geográfica específica, neste caso, no concelho do Nordeste. Desta forma, pretende-se com esta Carta, identificar, assinalar e dar a conhecer a distribuição espacial dos bens e equipamentos culturais existentes no concelho de Nordeste. Ambiciona-se, de certa forma, espelhar a realidade cultural do Nordeste no que concerne aos bens e equipamentos disponíveis, bem como simplificar o seu acesso, a todos os residentes e a outras populações fora das fronteiras do concelho. Não se trata de uma recolha vasta e profunda, mas sim duma pequena amostra do potencial que o concelho de Nordeste tem para oferecer, ficando ainda muito por dizer e analisar.

Neste sentido, a matriz gráfica deste projeto procura divulgar os dados de uma forma simples, onde se conjugam os elementos textuais – organizados a partir da sua disposição na ficha de caracterização – com os visuais, que atestam a sua presença, ou em último recurso, do local onde outrora existiu. Fazendo uma análise da realidade cultural do concelho de Nordeste, existem claramente dois grandes valores de matriz histórico-cultural e científica que, pela sua relevância e singularidade, assumem posição na Carta Cultural, a saber:

1. Património Religioso;
2. Património Civil.

Por fim, apresenta-se ainda uma série de mapas que representam graficamente, de forma simplificada, a respetiva localização, correspondendo cada um destes mapas a uma destas categorias ou grupo tipológico segundo os quais foi identificado cada um dos “objetos” apresentados. O projeto pretende ser, desta forma, um meio difusor da cultura deste concelho, assim como um representante simbólico da identidade local. Espera-se, pois, que este contributo possa suscitar a valorização, e se possível a reconstrução e promoção do vasto património existente no concelho de Nordeste, e servir de instrumento para aproximar o património às pessoas para que o entendam e o interiorizem como parte integrante da sua identidade cultural.

¹¹³ Consideram-se equipamentos culturais todas as edificações públicas ou privadas, destinadas intencionalmente à produção/preservação e divulgação cultural.

¹¹⁴ Carta arqueológica - *Inventário georeferenciado de sítios e monumentos com interesse arqueológico e patrimonial, permanentemente em actualização*. Vd. *CARTA ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE LOURES*, p. 14, disponível em: <http://www.cm-loures.pt/Media/Microsite/Cultura/assets/cartaarqueologica.pdf>, consultado a 2-09-2017.

4.2 Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste



*Conhecer
para
preservar*

*Conhecer
para
divulgar*



Contributo para uma Carta
Patrimonial no Concelho de
Nordeste



Índice

CAPÍTULO I – Património Religioso do Concelho de Nordeste	76
1.1 Igrejas	76
1.2 Ermidas	90
1.3 Nichos e Alminhas	97
1.4 Triatos do Espírito Santo	112
CAPÍTULO II – Património Civil do Concelho de Nordeste	136
2.1 Coretos	137
2.2 Farol	151
2.3 Fontanários.....	154
2.4 Monumentos, Padrões e Personalidades	171
2.5 Paços do Concelho.....	181
2.6 Lavadouros.....	184

Capítulo I

Património Religioso

A história e cultura dos nordestenses testemunham, no seu próprio crescimento e desenvolvimento através dos séculos, que foram e são um povo religioso e crente. A religiosidade desta comunidade é perpetuada na magnificência dos seus templos e nas diversas instituições religiosas cristãs existentes no concelho de Nordeste, que refletem essa sua herança histórico-cultural (vd. Tabela 3).

PATRIMÓNIO RELIGIOSO	
Igrejas	10
Ermidas	5
Nichos / Alminhas	12
Triatos	20
TOTAL	47

Tabela 3 Património Religioso do Concelho de Nordeste

1.1 Igrejas

Se houve alguém, como instituição, que vivesse mais de perto de todos e cada um dos Nordestenses, na sua caminhada e evolução, foi, sem dúvida, a Igreja. Esta circunstância é perceptível no seu número de igrejas (10) que estão distribuídas pelo concelho de Nordeste (vd. Figura 6).

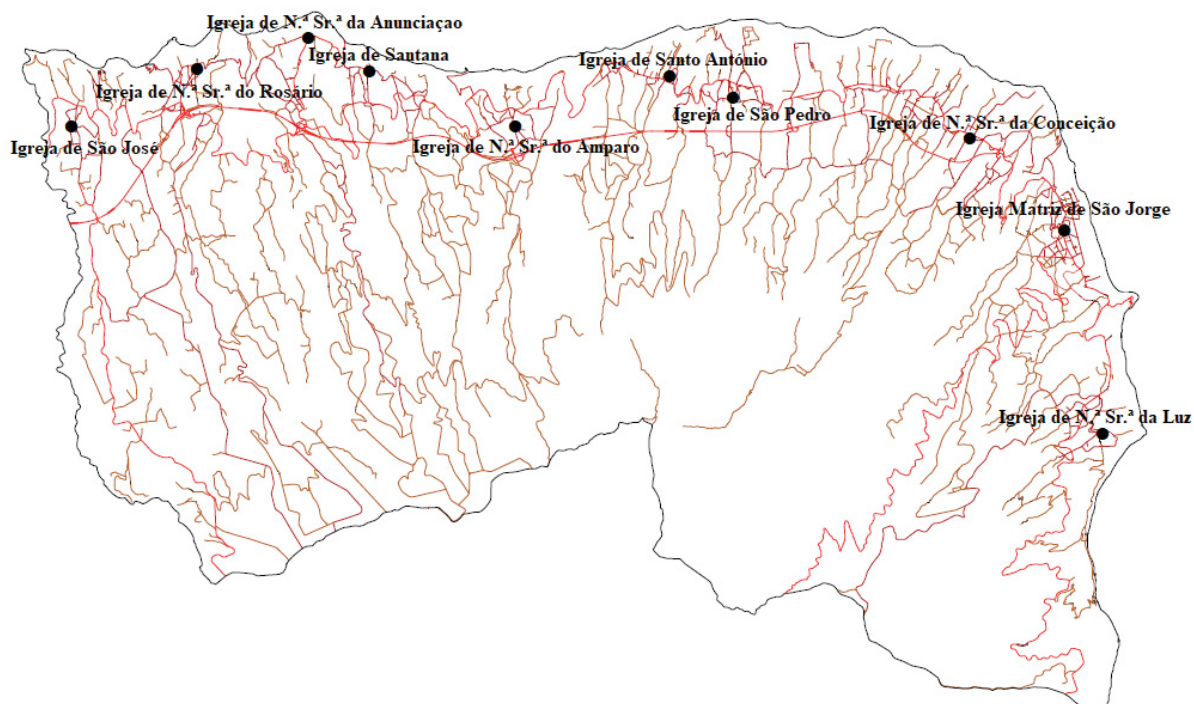
Das dez igrejas paroquiais do Concelho do Nordeste, sete têm três naves (quase todas resultantes de ampliações, ou de outras construções realizadas em substituição de ermidas ou de igrejas mais pequenas) e só três contêm uma nave. No que respeita ao interior das sete igrejas de três naves, estas apresentam a sua frente dividida em três secções por meio de pilastras que reflete, no exterior, essa conceção espacial. Todas estas fachadas são guarnecidas por uma torre, à direita, e, à exceção da igreja da Lomba da Pedreira, pelo pequeno corpo do baptistério (ou por um corpo maior que engloba o baptistério) à esquerda¹¹⁵.

¹¹⁵ *Pequeno Ensaio sobre as Igrejas de três naves do Nordeste*, texto de João Vieira Caldas, in *Inventário do Património Imóvel dos Açores – São Miguel*, Nordeste, p. 25.

PATRIMÓNIO RELIGIOSO - IGREJAS	Freguesias
1 - Igreja de Nossa Senhora da Luz	Pedreira (Nordeste)
2 - Igreja Matriz de São Jorge	Vila (Nordeste)
3 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Lomba da Fazenda
4 - Igreja de São Pedro	São Pedro de Nordestinho
5 - Igreja de Santo António	Santo António de Nordestinho
6 - Igreja de Nossa Senhora do Amparo	Algarvia
7 - Igreja de Santana / Santa Ana	Santana
8 - Igreja de Nossa Senhora da Anunciação	Achada
9 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Achadinha
10 - Igreja de São José	Salga

Tabela 4 Património Religioso – Igrejas

Fig. 6 Mapa das Igrejas existentes no Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LUZ

NORDESTE. LARGO DA RUA DA IGREJA, PEDREIRA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVIII / SÉC. XIX

Foto 1 Igreja de Nossa Senhora da Luz



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja em honra de Nossa Senhora da Luz, implantada num adro nivelado, constituída por um corpo de três naves, por uma cabeceira com três capelas de planta retangular e por uma torre sineira, de planta quadrangular. A estes corpos apoiam-se alguns anexos entre os quais se destaca a sacristia.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com a inscrição “1872”; Cartela com a inscrição “N.S.L”; lápide com a inscrição “ELEVAÇÃO A PARÓQUIA / 21-02-1995 / POR S. EXA. REVA. SR. / D. AURÉLIO G. ESCUDEIRO”; Faixa com a inscrição “PJM 1903 FPBP”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

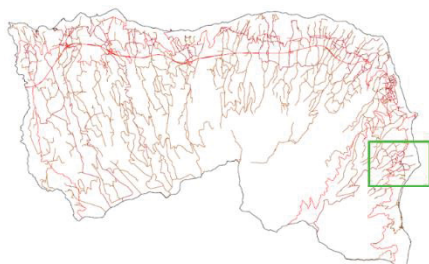
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: A igreja primitiva teria sido construída em princípios do século XVIII. A atual igreja resulta de uma ampliação datada de 1872.

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016

Fig. 7 Mapa Igreja de Nossa Senhora da Luz



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA MATRIZ DE SÃO JORGE

NORDESTE. PRAÇA DA REPÚBLICA, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XVIII

Foto 2 Igreja Matriz de São Jorge



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja em honra de São Jorge, inserida num largo, cujo acesso se faz por uma escadaria em pedra, que compensa o desnível em relação à rua. Apresenta um corpo de três naves, de cinco tramos, capela-mor, absidiolos e vários corpos adossados às fachadas laterais e por uma torre sineira, de planta quadrangular, no lado direito.

ELEMENTOS DATADOS: Inscrição no avelal da janela axial da fachada com a data “1796”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

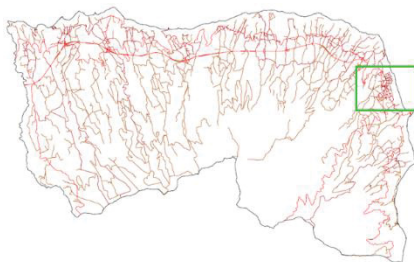
FUNÇÃO INICIAL: Igreja

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: A atual igreja, uma das mais antigas igrejas da ilha de São Miguel, teve de ser reconstruída, em resultado de catástrofe natural (o terramoto “subversão de Vila Franca”) em 1522. A atual igreja data de 1796.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 8 Mapa Igreja Matriz de São Jorge



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

LOMBA DA FAZENDA. LARGO DA IGREJA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVIII / SÉC. XIX / SÉC. XX

Foto 3 Igreja de Nossa Senhora da Conceição



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, implantada num adro nivelado, face à estrada, constituída por um corpo de três naves, com três capelas, por uma torre sineira, de planta quadrangular e por um corpo de dois pisos em posição simétrica à da torre. A estes corpos apoiam-se alguns anexos de um e dois pisos, de entre os quais se destacam um “triato” do Espírito Santo, de planta quadrangular, e a sacristia.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com a inscrição “1909 / N.S. / DA / CONCEIÇÃO”; dois painéis de azulejos com as inscrições “Erecta Paróquia / 13 de Janeiro de 1960 / por Dom Manuel Afonso de Carvalho / sendo pároco Pe. José Jacinto de Melo Silveira” e “Igreja Dedicada / com Sagração do Altar / 17 de Janeiro de 2010 / por Dom António de Sousa Braga”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

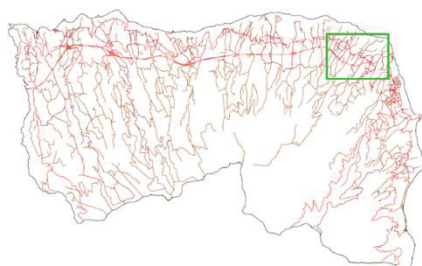
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: Resulta da ampliação de uma ermida do séc. XVIII, que sofreu alterações, sendo o atual templo de 1909.

DATA DE LEVANTAMENTO: 12-12-2016

Fig. 9 Mapa Igreja de Nossa Senhora da Conceição



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA DE SÃO PEDRO

SÃO PEDRO DE NORDESTINHO. LARGO DA IGREJA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XVIII

Foto 4 Igreja de São Pedro



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja dedicada a São Pedro, implantada num adro nivelado e sobrelevado relativamente à via, cujo acesso se faz por uma larga escadaria. Apresenta uma planta retangular composta por uma nave e capela-mor, e por uma torre sineira quadrangular, do lado esquerdo. A estes corpos apoiam-se outros anexos.

ELEMENTOS DATADOS: Fecho sob a cruz com a inscrição “1764”

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

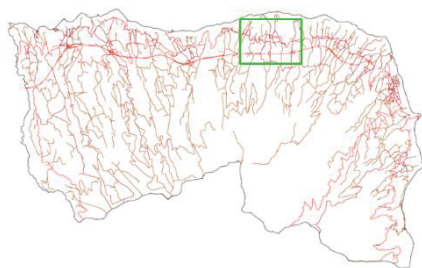
FUNÇÃO INICIAL: Igreja

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: A construção do templo teve início no Séc. XVI sendo propriedade particular de Sebastião Pereira. A sua estrutura principal foi favorecida no séc. XVIII pelo que é uma das três igrejas paroquiais mais antigas do município do Nordeste.

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

Fig. 10 Mapa Igreja de São Pedro



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA DE SANTO ANTÓNIO

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. RUA DA VILA NOVA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XIX / SÉC. XX

Foto 5 Igreja de Santo António



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja em honra de Santo António, implantada num adro elevado, nivelado e parcialmente murado, cujo acesso se faz por uma larga escadaria do lado da fachada principal, constituída por planta de três naves e por uma cabeceira com três capelas de planta retangular, por uma torre sineira, de planta quadrangular e por um corpo de dois pisos. A estes corpos apoiam-se alguns anexos de um e dois pisos.

ELEMENTOS DATADOS: Cartela na fachada da torre com a inscrição “1918”; painel de azulejo com a inscrição “EM / 1966 / ESTE ALTAR FOI CONS- / TRUIDO À MEMÓRIA / DE AGOSTINHO CORREIA, / PEDRO PESTANA E SUAS / FAMÍLIAS”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

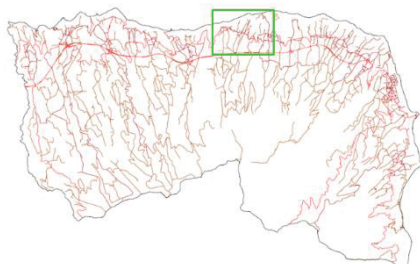
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: O início da construção do atual templo aconteceu em 1898, no local onde existia uma pequena ermida que remonta ao séc. XVI. Sendo construída em 1909 pelo Padre Manuel Raposo e pelo povo da localidade.

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

Fig. 11 Mapa Igreja de Santo António



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO

ALGARVIA. RUA D. DAVID DIAS PIMENTEL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVII / SÉC. XIX

Foto 6 Igreja de Nossa Senhora do Amparo



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, situada num adro murado e elevado ao qual se acede por uma escadaria fronteira à fachada principal e por uma escada do lado norte. Apresenta planta retangular composta por uma nave e capela-mor, ambas de planta retangular, torre sineira e batistério, ambos de planta quadrangular, e outros corpos anexos, entre os quais se inserem duas capelas laterais.

ELEMENTOS DATADOS: Cartela no tímpano do frontão com a inscrição “NS / DO AM / PARO / 1865”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

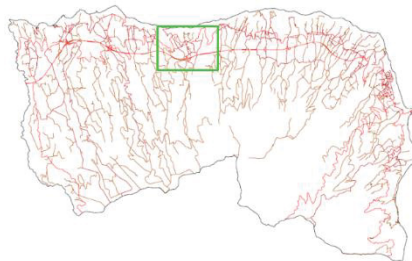
FUNÇÃO INICIAL: Igreja

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: No testamento do Capitão Francisco da Costa, a 27 de dezembro de 1691, refere ter sido ele o fundador da ermida de Nossa Senhora do Amparo. A atual igreja é uma construção do séc. XIX (1865).

DATA DE LEVANTAMENTO: 21-12-2016

Fig. 12 Mapa Igreja de Nossa Senhora do Amparo



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA DE SANTANA

SANTANA. LARGO JOÃO JACINTO PACHECO, FETEIRA PEQUENA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVIII / SÉC. XIX

Foto 7 Igreja de Santana



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja em honra de *Santa Anna*, implantada em plataforma sobrelevada ao arruamento, formando adro, à qual se acede por uma escadaria em pedra, que se desenvolve ao longo da fachada principal, constituída por corpo de planta retangular de três naves e por uma cabeceira com três capelas de planta retangular, por uma torre sineira, de planta quadrangular e por um batistério, de planta retangular. A estes corpos apoiam-se alguns anexos, entre os quais se destaca a sacristia.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano apresenta a inscrição “S.S / ANNA / 1869”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

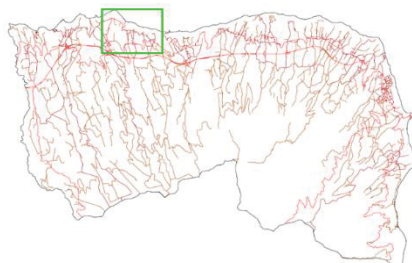
FUNÇÃO INICIAL: Igreja

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: No séc. XVIII a ermida desta freguesia era claramente insuficiente e estava em estado lamentável. Remodelou-se e ampliou-se assim o velho Templo que veio a ser substituído pelo atual, em 1869.

DATA DE LEVANTAMENTO: 27-12-2016

Fig. 13 Mapa Igreja de Santana



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIÇÃO

ACHADA. LARGO PADRE BENJAMIN MONIZ RESENDE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XVIII

Foto 8 Igreja de Nossa Senhora da Anunciação



DESCRIÇÃO: Igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Anunciação, inserida num adro sobrelevado e murado, com acesso frontal por escadaria a abrir em leque. A igreja é composta por três naves, por uma cabeceira com as três capelas de planta retangular correspondentes, vários corpos adossados às fachadas laterais e torre sineira de planta quadrangular no lado direito.

ELEMENTOS DATADOS: Cartela oval, em cantaria, com a inscrição “NS / DANN / UCIAC / AM”; na base da cruz está inscrita a data “1788”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Igreja

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: Em 1526, a igreja já existia. Sendo a atual, resultante de várias reconstruções, a última das quais ocorreu entre 1782 e 1788. Foi restaurada em 1984 e em 2007.

DATA DE LEVANTAMENTO: 29-12-2016

FONTE: Autora

Fig. 14 Mapa Igreja de Nossa Senhora da Anunciação



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

ACHADINHA. RUA DIREITA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XIX

Foto 9 Igreja de Nossa Senhora do Rosário



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, implantada num adro elevado ao qual se acede por uma escadaria de pedra que se desenvolve ao longo da fachada principal. A igreja é constituída por três naves, por uma cabeceira com as três capelas de planta retangular correspondentes, por uma torre sineira, de planta quadrangular e alguns corpos anexos entre os quais se destacam, a sacristia e o batistério.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com a inscrição “N S / DO / ROZARIO / 1882”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: Igreja foi diversas vezes remodelada ou mesmo reconstruída, nomeadamente em 1830 e 1882. O templo primitivo remonta ao século XVI.

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-01-2017

Fig. 15 Mapa Igreja de Nossa Senhora do Rosário



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

IGREJA DE SÃO JOSÉ

SALGA. TRAVESSA MANUEL INÁCIO DE MELO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – IGREJAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVIII / SÉC. XX

Foto 10 Igreja de São José



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Igreja em honra de São José, implantada num adro elevado ao qual se acede por uma escadaria de pedra que se desenvolve ao longo da fachada principal. A igreja é constituída por três naves, por uma cabeceira com as três capelas de planta retangular correspondentes, por uma torre sineira, de planta quadrangular e alguns corpos anexos entre os quais se destacam, a sacristia e o batistério.

ELEMENTOS DATADOS: Cartela oval, em cantaria, com a inscrição “PSJ / 1908”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

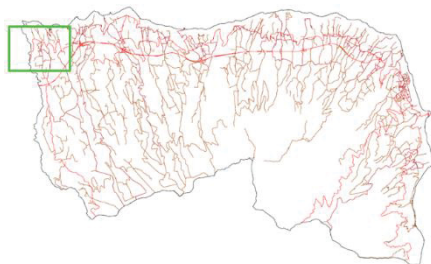
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Igreja paroquial

OBSERVAÇÕES: A 3 de outubro de 1903 foi lançada a primeira pedra para a construção da igreja de São José que veio substituir a antiga ermida com o mesmo nome. A construção deste templo finalizou-se em 1908, sendo a mais nova de todo o concelho.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-01-2017

Fig. 16 Mapa Igreja de São José



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA - IGREJAS

Ficha de Caracterização 1 - *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 20; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 180; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 139 e 140; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>;
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35430.

Ficha de Caracterização 2 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, pp. 20 e 115; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, pp. 174 e 178; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 130 e 131; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>;
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32463.

Ficha de Caracterização 3 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 20; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 152; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 109 e 110; *A Fazenda do Nordeste/Notas para a sua história*, Padre Francisco Jacinto d’Amaral, Sersilito, Maia, 1997; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-de-lomba-da-fazenda/>.

Ficha de Caracterização 4 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, pp. 20 e 118; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 195; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 102 e 103; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-de-sao-pedro-21/>.

Ficha de Caracterização 5 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 20; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 135; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 97 e 98; <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>;
<https://www.igogo.pt/igreja-paroquial-de-santo-antonio-de-nordestinho/>.

Ficha de Caracterização 6 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, pp. 20 e 21; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 120; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 94 e 95; Adélio Amaro, *Algarvia. Apontamentos para a sua história*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, 1.ª Edição, pp. 103 a 143; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-de-algarvia/>.

Ficha de Caracterização 7 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 21; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 130; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 87 e 88; <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-matriz-de-santana-2/>.

Ficha de Caracterização 8 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 21; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 130; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 78 e 79; <http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-matriz-de-achada/>.

Ficha de Caracterização 9 – *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, pp. 20 e 21; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, pp. 208 e 209; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 71 e 72; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/38641346-C802-43EE-A89B-B05610491644.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-matriz-de-achadinha/>.

Ficha de Caracterização 10 - *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, pp. 20 e 21; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, pp. 208 e 209; <http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/D3BC3928-14D1-47BD-BF08-C108BE899220.htm>; <https://www.igogo.pt/igreja-matriz-de-salga/>.

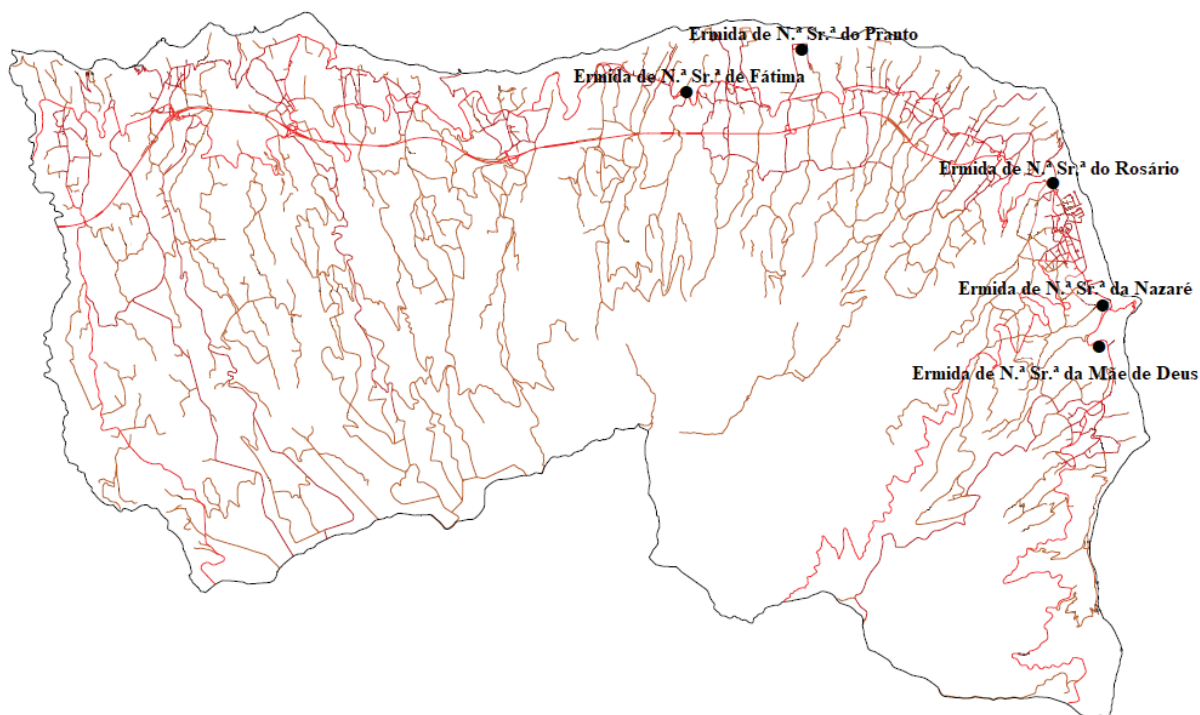
1.2 Ermidas

As ermidas são pequenas igrejas ou capelas de pequena dimensão que normalmente se encontram localizadas fora das povoações ou em locais mais isolados. No município de Nordeste existem 5 ermidas (vd. Tabela 5), sendo que, a maioria estão localizadas no centro do Nordeste (3) e as restantes situadas em zonas um pouco distantes do centro das freguesias (vd. Figura 17).

PATRIMÓNIO RELIGIOSO - ERMIDAS	Freguesias
11 - Ermida de Nossa Senhora da Mãe de Deus	Pedreira (Nordeste)
12 - Ermida de Nossa Senhora do Rosário	Vila de Nordeste
13 - Ermida de Nossa Senhora da Nazaré	Vila de Nordeste
14 - Ermida de Nossa Senhora do Pranto	São Pedro de Nordestinho
15 - Ermida de Nossa Senhora de Fátima	Santo António de Nordestinho

Tabela 5 Património Religioso – Ermidas

Fig. 17 Mapa das Ermidas existentes no Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA MÃE DE DEUS

NORDESTE. ESTRADA REGIONAL (ENTRE A VILA E A PEDREIRA)

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – ERMIDAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI

Foto 11 Ermida de Nossa Senhora da Mãe de Deus



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Ermida em honra de Nossa Senhora da Mãe de Deus implantada num pasto elevado. Atualmente encontra-se em ruínas, possuindo apenas as paredes laterais e a cruz.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Ruínas

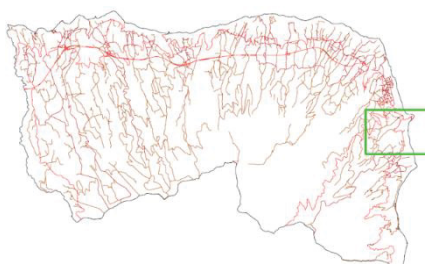
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Ruínas

OBSERVAÇÕES: Existem registos de ter existido, no 1º quartel do século XVI (aproximadamente 1526), uma ermida particular, mandada erigir no termo da vila por João Soares (também conhecido por João Soares de Albergaria), dedicada a Nossa Senhora da Mãe de Deus. Atualmente, aquilo que é possível ver, junto à Estrada Regional, entre a Vila de Nordeste e a Pedreira, são as ruínas de uma ermida com características do século XIX. No Museu Etnográfico da Vila de Nordeste está exposta uma escultura de Nossa Senhora com o Menino Jesus, datada do século XVIII, que terá pertencido a esta ermida.

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016

Fig. 18 Mapa Ermida de Nossa Senhora da Mãe de Deus



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ

NORDESTE. RUA DA NAZARÉ, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – ERMIDAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XIX

Foto 12 Ermida de Nossa Senhora da Nazaré



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Ermida sob a invocação de Nossa Senhora da Nazaré, implantada junto à Estrada Regional num pequeno adro nivelado e sobrelevado, ao qual se acede por uma escadaria de pedra.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com a inscrição “N. S^a. D / NAZA / RETH / 1825” Sobre a cruz assenta um elemento com a inscrição “I.N.R.I”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

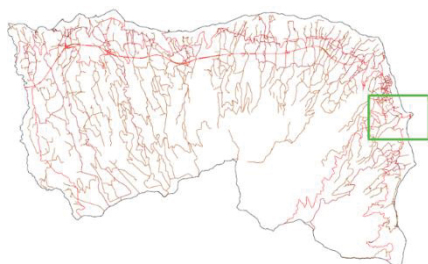
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Ermida

OBSERVAÇÕES: A existência de uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Nazaré no Nordeste é muito antiga pois já aparece referida nos escritos deixados pelo cronista quinhentista Gaspar Frutuoso, o que significa que já o templo já existiria naquele local desde o século XVI. Contudo, o edifício atual apresenta características da arquitetura do século XIX e tem a data 1825 inscrita na fachada principal, correspondendo à última reconstrução.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 19 Mapa Ermida de Nossa Senhora da Nazaré



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

NORDESTE. RUA DO ROSÁRIO, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – ERMIDAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / SÉC. XIX

Foto 13 Ermida de Nossa Senhora do Rosário



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Ermida sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, situada numa colina e implantada num adro nivelado e murado, acessível por uma escadaria alinhada com a porta principal do edifício. É constituída por três corpos de planta retangular, correspondentes à nave única, à capela-mor e à sacristia.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano (óculo oval) com a inscrição “N.S. / DO ROZ”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

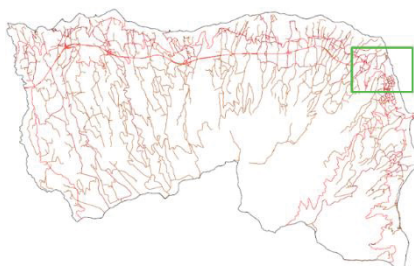
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Ermida

OBSERVAÇÕES: Existem registos que indicam que esta ermida foi fundada por um casal muito rico do Nordeste, no primeiro quartel do século XVI (terá sido construída em 1529). Contudo, o edifício atualmente existente data do século XIX, o que corresponde às obras de reconstrução efetuadas em 1848.

DATA DE LEVANTAMENTO: 07-12-2016

Fig. 20 Mapa Ermida de Nossa Senhora do Rosário



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO PRANTO

SÃO PEDRO DE NORDESTINHO. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – ERMIDAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XVI / XIX / XXI

Foto 14 Ermida de Nossa Senhora do Pranto



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Ermida de Nossa Senhora do Pranto, tendo como Orago Nossa Senhora da Vida, está implantada num ermo sobranceiro ao mar, e é constituída por uma nave, capela-mor e dois corpos laterais adossados. A estrada de acesso à ermida, a partir do cruzamento da ER1-1A, é ritmada de ambos os lados por edículas com os Passos da Via-sacra.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com a inscrição “1895”

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

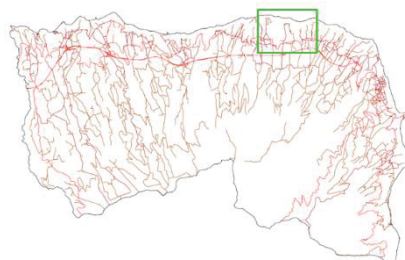
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Ermida

OBSERVAÇÕES: A construção da ermida está ligada a uma antiga lenda, nascida com um grande terramoto que abalou a ilha em 1522 e com o surto de peste que se lhe seguiu. Segundo a lenda, a Virgem Maria terá aparecido a um jovem pastor, anunciando-lhe que Ponta Delgada seria fustigada pelo flagelo da peste e pedindo-lhe a construção desta ermida. A população aflita levantou um templo à Virgem Maria na invocação de Nossa Senhora do Pranto. A ermida foi reconstruída várias vezes ao longo dos séculos (uma das reedificações foi em 1731).

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

Fig. 21 Mapa Ermida de Nossa Senhora do Pranto



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. ESPIGÃO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – ERMIDAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 15 Ermida de Nossa Senhora de Fátima



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Ermida sob invocação de Nossa Senhora de Fátima, sita no lugar do Espigão, é constituída por uma nave e capela-mor.

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com a inscrição “N.S. DE FÁTIMA / 1996”.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

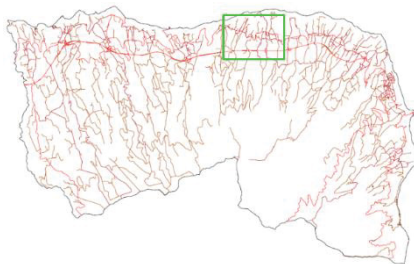
FUNÇÃO INICIAL: Ermida

FUNÇÃO ATUAL: Ermida

OBSERVAÇÕES: A ermida foi erigida por um particular no lugar do Espigão, sendo a primeira a ser edificada neste concelho sob invocação de Nossa Senhora de Fátima. Durante as comemorações do 13 de maio é celebrada missa nesta ermida, com a participação de muitos populares das freguesias vizinhas.

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

Fig. 22 Mapa Ermida de Nossa Senhora de Fátima



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA - ERMIDAS

Ficha de Caracterização 11 – *O Concelho do Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, Nordeste, 1989, p. 20; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 223; <http://cmnordeste.pt/turismo/wp-content/uploads/sites/2/2014/11/Descri%C3%A7%C3%A3o.pdf>; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 12 – *O Concelho do Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, Nordeste, 1989, p. 20; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 224; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 136; Ermida Nossa Senhora da Nazaré, (http://www.freguesiadenordeste.com/senhora_nazare.php); Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 13 – *O Concelho do Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, Nordeste, 1989, p. 20; “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 224 e 225; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 115; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 14 – “Notícia sobre as igrejas, ermidas e altares da ilha de São Miguel”, Ernesto do Canto, in *Insulana*, vol. LVI, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2000, p. 180; *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 19; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/S%C3%A3o+Pedro+de+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 15 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>).

1.3 Nichos

Os nichos são pequenas estruturas religiosas geralmente situadas nas estradas ou nos centros das freguesias. Estas podem assumir a forma de nicho incrustado na rocha ou em paredes, de oratório erguido do chão ou de um qualquer suporte, de capela ou alpendre, normalmente com uns banquinhos, que convidam ao repouso, à reflexão e à oração.

Estas estruturas simbolizam o respeito e devoção religiosa. Como é o caso das romarias, peregrinações religiosas que decorrem na Quaresma e para as quais existe um nicho em sua devoção, Nicho de Nossa Senhora do Romeiro – Algarvia¹¹⁶. Os nichos podem, igualmente, simbolizar memórias de visitas de imagens, como é o caso da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima à freguesia da Achada em 1991. Apresentamos em seguida os nichos que se encontram dispersos pelas freguesias do concelho de Nordeste (vd. Tabela 6 e Figura 23).

PATRIMÓNIO RELIGIOSO NICHOS / ALMINHAS	Freguesias
16 - Nicho de Nossa Senhora de Fátima	Pedreira
17 - Nicho de Nossa Senhora de Fátima	Lomba da Fazenda (Estrada Regional)
18 - Nicho de Nossa Senhora da Conceição	Lomba da Fazenda (Termo)
19 - Nicho de Nossa Senhora de Fátima	São Pedro de Nordestinho
20 - Nicho de Santo António	Sto. António Nordestinho (Calvo)
21 – Alminha / Homenagem a um Romeiro falecido	Sto. António Nordestinho
22 - Oratório de Nossa Senhora de Fátima	Algarvia (Pico – Vigia da Baleias)
23 - Nicho de Nossa Senhora do Carmo	Algarvia
24 - Gruta de Oração do Romeiro a Nossa Senhora	Algarvia
25 - Nicho de Nossa Senhora de Fátima	Achada
26 - Alminha / Padrão Histórico	Achadinha
27 - Nicho de Nossa Senhora de Fátima	Achadinha

Tabela 6 Património Religioso – Nichos / Alminhas

¹¹⁶ *Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, pág. 45.

Fig. 23 Mapa dos Nichos / Alminhas existentes no Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NORDESTE. ESTRADA REGIONAL, PEDREIRA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1963)

Foto 16 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Pedreira



DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

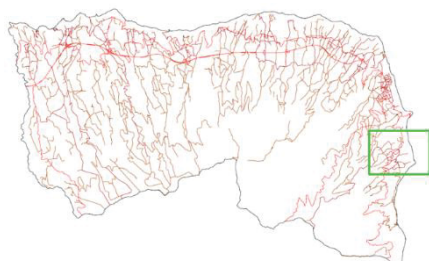
OBSERVAÇÕES: Nicho em devoção a Nossa Senhora de Fátima, implantado na Estrada Regional, da freguesia de Nordeste (Pedreira). A sua localização original era no atual campo de jogos e a sua padroeira, Nossa Senhora Auxiliadora (entretanto furtada).

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016



FONTE: Autora

Fig. 24 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Nordeste (Pedreira)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

LOMBA DA FAZENDA. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1992-05-04)

Foto 17 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

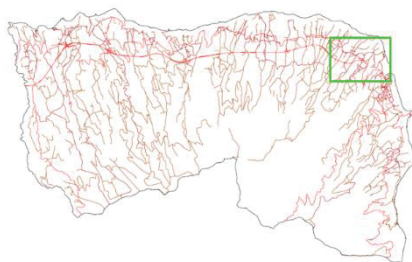
FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: Nicho em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, implantado na Estrada Regional da freguesia da Lomba da Fazenda, junto a um jardim com arruamentos de terra batida, canteiros de azáleas ladeados por buxeiros, algumas árvores e uma área com duas mesas e bancos para piqueniques.

DATA DE LEVANTAMENTO: 12-12-2016

Fig. 25 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Lomba da Fazenda



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

LOMBA DA FAZENDA. ESTRADA REGIONAL, TERMO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1989/90)

Foto 18 Nicho de Nossa Senhora da Conceição – Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

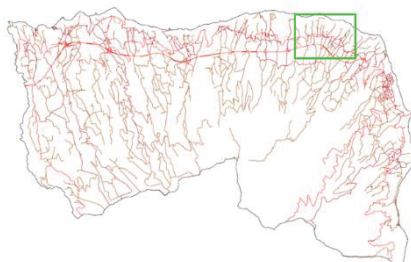
FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: Nicho em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, encontra-se implantado na Estrada Regional da freguesia da Lomba da Fazenda (Termo).

DATA DE LEVANTAMENTO: 13-12-2016

Fig. 26 Mapa Nicho de Nossa Senhora da Conceição – Lomba da Fazenda (Termo)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

SÃO PEDRO DE NORDESTINHO. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 19 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – S. Pedro de Nordestinho



DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

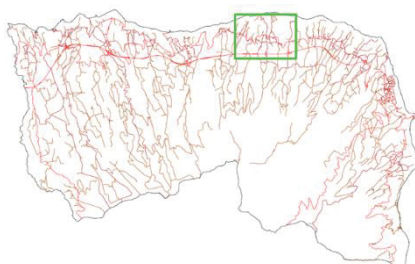
OBSERVAÇÕES: Nicho em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, implantado na Estrada Regional da freguesia de São Pedro de Nordestinho.

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

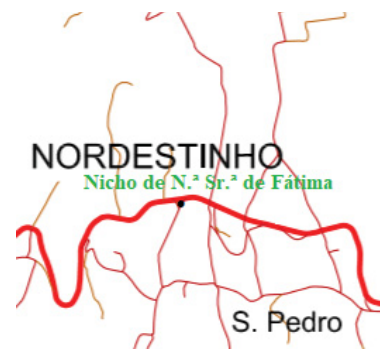


FONTE: Autora

Fig. 27 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima – S. Pedro de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE SANTO ANTÓNIO

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. CALVO
PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 20 Nicho de Santo António – Santo António de Nordestinho



DESIGNAÇÃO: Nicho
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom
FUNÇÃO INICIAL: Oratório
FUNÇÃO ATUAL: Oratório

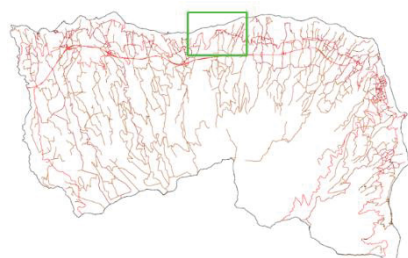
OBSERVAÇÕES: Nicho de devoção a Santo António, implantado no lugar do Calvo, na freguesia de Santo António de Nordestinho.

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016



FONTE: Autora

Fig. 28 Mapa Nicho de Santo António – Santo António de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ALMINHA / HOMENAGEM A UM ROMEIRO FALECIDO

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI

Foto 21 Alminha / Homenagem a um Romeiro falecido – Santo António de Nordestinho



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Alminha

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

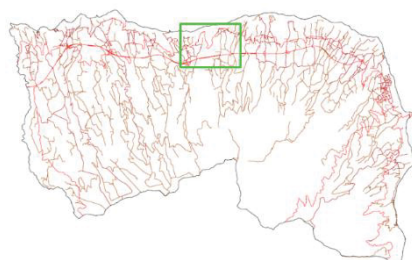
FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: Alminha edificada em homenagem a um Romeiro ali falecido. Encontra-se implantada na Estrada Regional, na freguesia de Santo António de Nordestinho.

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

Fig. 29 Mapa Alminha / Homenagem a um Romeiro falecido – Santo António de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ORATÓRIO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

ALGARVIA. “PICO”, VIGIA DAS BALEIAS

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2005)

Foto 22 Oratório de Nossa Senhora de Fátima – Algarvia



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

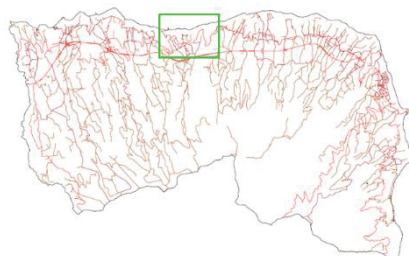
FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: O Oratório tem no seu interior a imagem de Nossa Senhora de Fátima, benzida pelo bispo Algarviense Dom David Dias Pimentel, e aos seus pés, um painel de azulejos com a imagem gráfica do cálice e da hóstia, representando o Corpo e Sangue de Cristo. O seu acesso faz-se através de uma escadaria em pedra, com 50 degraus representativos do Rosário, sendo possível subir rezando o Terço, utilizando os degraus como contas. De onze em onze degraus encontramos na calçada da escadaria a inscrição *PAI NOSSO*, entre os 10 degraus correspondente às *AVE-MARIAS*. Antecedendo os quatro degraus do oratório, encontramos a inscrição *SALVÉ RAINHA*. Ao redor do oratório estão vários bancos para reflexão e oração.

DATA DE LEVANTAMENTO: 21-12-2016

Fig. 30 Mapa Oratório de Nossa Senhora de Fátima - Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DO CARMO

ALGARVIA. ESTRADA REGIONAL (NA CURVA BARDARROCHA E CAMALHÃO)

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1985)

Foto 23 Nicho de Nossa Senhora do Carmo - Algarvia



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: Padrão das Almas, inserido num estreito jardim, com um painel da imagem de Nossa Senhora do Carmo, cuja bênção foi no dia 2 de junho de 1985, pelo Padre Virgínio Inácio Machado.

O painel frui, ainda, a seguinte quadra:

Ó VÓS QUE PASSAIS

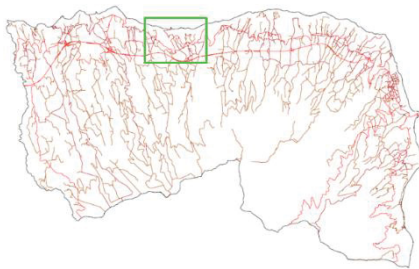
LEMBRAI-VOS DE NÓS

QUE NO FOGO SOFREMOS

TORMENTO ATROZ

DATA DE LEVANTAMENTO: 21-12-2016

Fig. 31 Mapa Nicho de Nossa Senhora do Carmo - Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

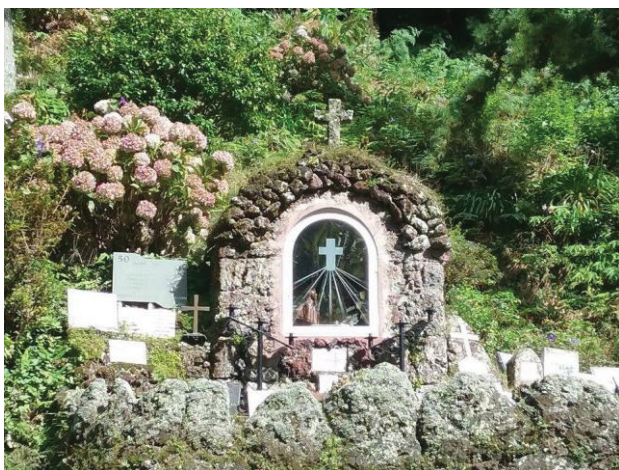
GRUTA DE ORAÇÃO DO ROMEIRO A NOSSA SENHORA

ALGARVIA. ESTRADA REGIONAL (JUNTO À PONTE DA RIBEIRA DA MULHER)

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1965)

Foto 24 Gruta de Oração do Romeiro a Nossa Senhora - Algarvia



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Oratório

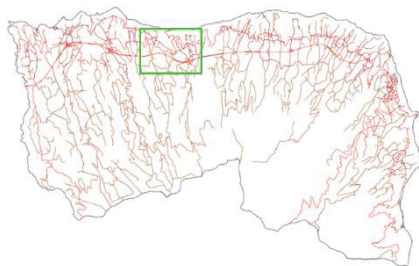
FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: O Nicho dedicado a Nossa Senhora do Romeiro, o primeiro sob esta invocação existente em toda a ilha de São Miguel, expõe a rara imagem de Nossa Senhora do Romeiro, com uma outra imagem de um romeiro ajoelhado. Foi inaugurado em março de 1965 pelo Bispo de Angra, D. Manuel Afonso de Carvalho e desenvolvido pelo padre Domingos Inácio Machado que, ao que tudo indica, concebeu a própria imagem da Nossa Senhora do Romeiro.

A Gruta de Oração do Romeiro a Nossa Senhora é uma das paragens obrigatórias de todos os grupos de Romeiros que anualmente por ali passam e param para rezar. Muitos deles vão deixando o seu terço e placas alusivas aos respetivos ranchos de Romeiros, na sua maioria de azulejos.

DATA DE LEVANTAMENTO: 21-12-2016

Fig. 32 Mapa Gruta de Oração do Romeiro a Nossa Senhora - Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

ACHADA. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1991)

Foto 25 Nicho de Nossa Senhora de Fátima – Achada



DESIGNAÇÃO: Nicho

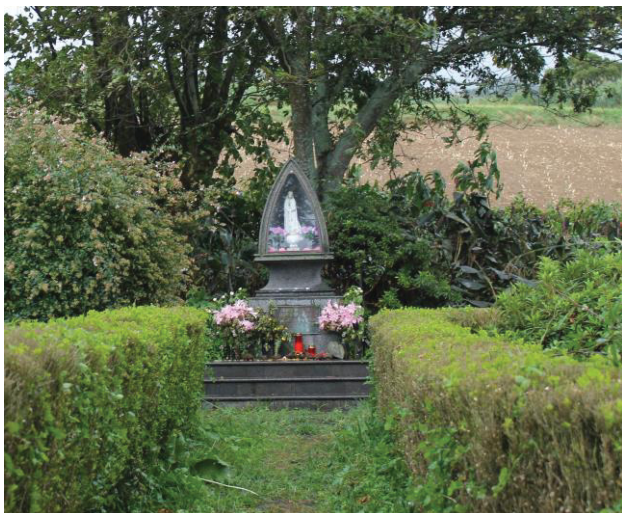
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

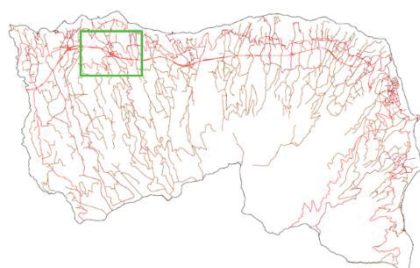
OBSERVAÇÕES: O Nicho de Nossa Senhora de Fátima foi construído em memória da visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima à freguesia da Achada, em março de 1991.

DATA DE LEVANTAMENTO: 29-12-2016



FONTE: Autora

Fig. 33 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima - Achada



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ALMINHA / PADRÃO HISTÓRICO

ACHADINHA. RUA DIREITA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1957)

Foto 26 Alminha / Padrão Histórico - Achadinha



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Alminha / Padrão Histórico

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

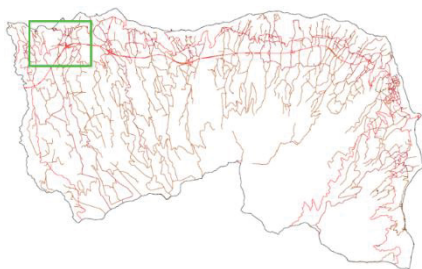
FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

OBSERVAÇÕES: Padrão histórico erigido em 1957, que assinala o desembarque das forças liberais vindas da ilha Terceira, em agosto de 1831, no contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834), no qual faz parte um azulejo da antiga ermida dedicada a São Bento. Esta ermida existiu no local onde foi construída a atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-01-2017

Fig. 34 Mapa Alminha / Padrão Histórico - Achadinha



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

NICHO DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

ACHADINHA. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – NICHOS / ALMINHAS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 27 Nicho de Nossa Senhora de Fátima - Achadinha



FONTE: Autora

DESIGNAÇÃO: Nicho

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

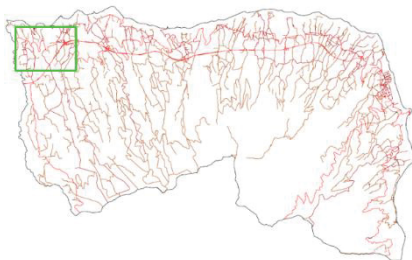
FUNÇÃO INICIAL: Oratório

FUNÇÃO ATUAL: Oratório

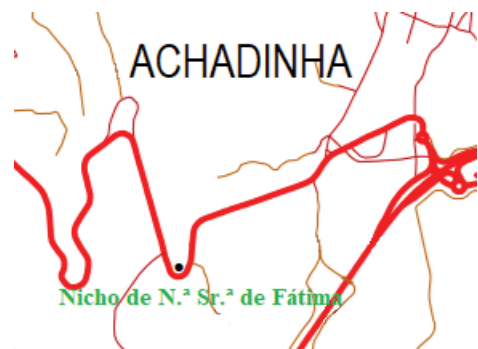
OBSERVAÇÕES: Nicho em honra de Nossa Senhora de Fátima, implantado na Estrada Regional que confina com os limites da freguesia da Achadinha.

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-01-2017

Fig. 35 Mapa Nicho de Nossa Senhora de Fátima - Achadinha



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA - NICHOS

Ficha de Caracterização 16 – RESENDES, Sérgio, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste 1933-1974*, Nordeste, Sala de Exposições do Município de Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.42; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 17 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 18 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 19 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/S%C3%A3o+Pedro+de+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 20 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>) Santo António

Ficha de Caracterização 22 – AMARO, Adélio, *Algarvia, Apontamentos para a sua História*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, p. 563; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>).

Ficha de Caracterização 23 – AMARO, Adélio, *Algarvia, Apontamentos para a sua História*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, p. 283; RESENDES, Sérgio, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste 1933-1974*, Nordeste, Sala de Exposições do Município de Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.41; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>).

Ficha de Caracterização 24 – AMARO, Adélio, *Algarvia, Apontamentos para a sua História*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, p. 340; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>).

Ficha de Caracterização 25 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>).

Ficha de Caracterização 26 – RESENDES, Sérgio, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste 1933-1974*, Nordeste, Sala de Exposições do Município de Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.43; *Guia Turístico de Nordeste 2008*, Nordeste Jovem – Associação Juvenil do Concelho do Nordeste, 2008, p. 54; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/38641346-C802-43EE-A89B-B05610491644.htm>).

Ficha de Caracterização 27 – *Guia Turístico de Nordeste 2008*, Nordeste Jovem – Associação Juvenil do Concelho do Nordeste, 2008, p. 54.

1.4 Triatos

Triato, deriva da palavra *Teatro*, surge, provavelmente, da pronúncia Açoriana que terá configurado a designação para *Triato*¹¹⁷. Seja *Triato*, *Teatro* ou mesmo *Treato*, como por vezes figura, estes são pequenos edifícios inseridos na malha urbana dos povoados, que servem de apoio às festas em honra do Divino Espírito Santo, e cujos símbolos iconográficos são a Coroa Real (símbolo da rainha) encimada por uma pomba (que representa o Espírito Santo); são também adornos deste culto a bandeira, o cetro (uma das insígnias do poder soberano), o estandarte e as varas. No Nordeste, a maioria dos Triatos distribuídos pelo Concelho, apresentam planta retangular de um só piso, com cobertura telhada e rematados geralmente por um dos símbolos do Espírito Santo¹¹⁸ (vd. Tabela 7 e Figura 36).

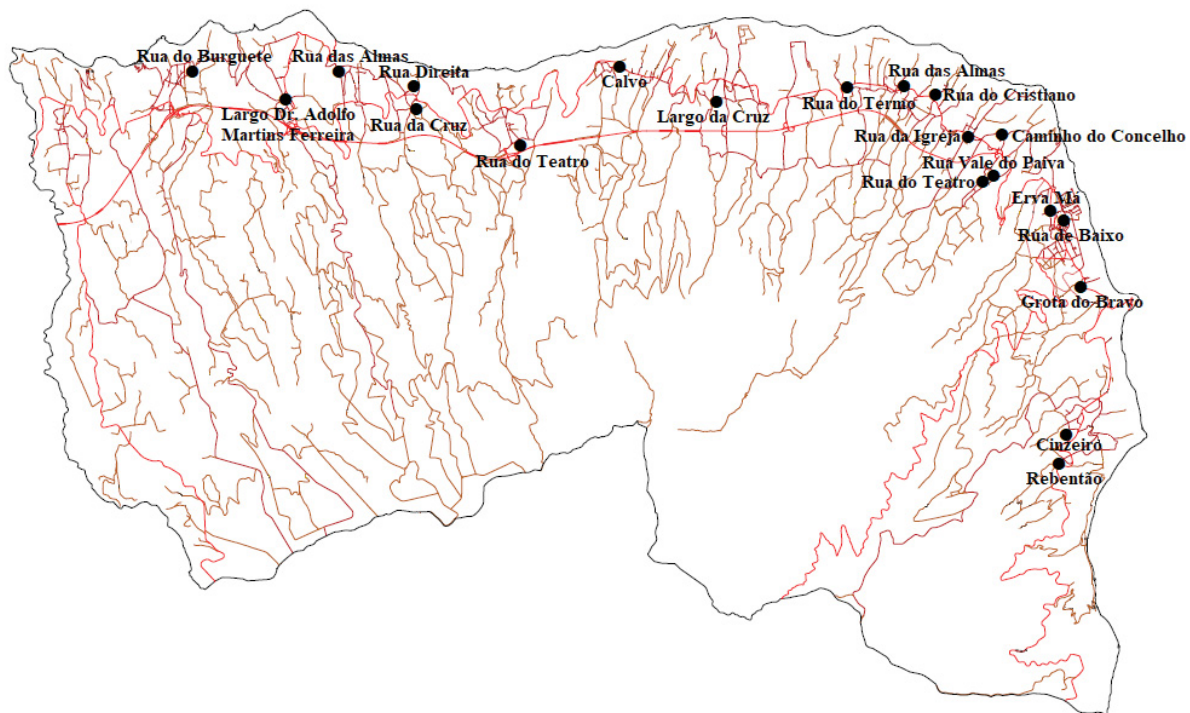
PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO	
28 - Triato do Espírito Santo - Nordeste	Pedreira (Rebentão)
29 - Triato do Espírito Santo - Nordeste	Pedreira (Cinzeiro)
30 - Triato do Espírito Santo - Nordeste	Vila (Grotta do Bravo)
31 - Triato do Espírito Santo - Nordeste	Vila (Rua de Baixo)
32 - Triato do Espírito Santo - Nordeste	Vila (Erva Má)
33 - Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda	Lomba da Cruz Cima
34 - Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda	Lomba da Cruz Cima
35 - Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda	Caminho do Concelho
36 - Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda	Conceição
37 - Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda	Leira
38 - Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda	Almas
39 - Triato do Espírito Santo – S. Pedro Nordestinho	Assomada
40 - Triato do Espírito Santo – S. Pedro Nordestinho	Canto da Cruz
41 - Triato do Espírito Santo – Sto. António Nordestinho	Calvo
42 - Triato do Espírito Santo – Algarvia	Rua do Teatro
43 - Triato do Espírito Santo – Santana	Feteira Pequena
44 - Triato do Espírito Santo – Santana	Feteira Grande
45 - Triato do Espírito Santo – Santana	Feteira Grande
46 - Triato do Espírito Santo – Achada	Largo da Igreja
47 - Triato do Espírito Santo – Achadinha	Burguete

Tabela 7 Património Religioso – Triatos do Espírito Santo no Concelho de Nordeste

¹¹⁷ AMARO, Adélio, *Algarvia, Apontamentos para a sua História*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, p. 293.

¹¹⁸ *Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, págs. 47 e 48.

Fig. 36 Mapa dos Triatos existentes no Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – NORDESTE - PEDREIRA

NORDESTE. RUA DO REBENTÃO, PEDREIRA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1925)

Foto 28 Triato do Espírito Santo – Nordeste (Rebentão)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na rua do Rebentão, apresenta planta retangular composta por um frontão sobrelevado, enquadrado por dois pináculos, com cobertura telhada encimada por uma pomba de asas abertas (um dos símbolos do Divino Espírito Santo).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

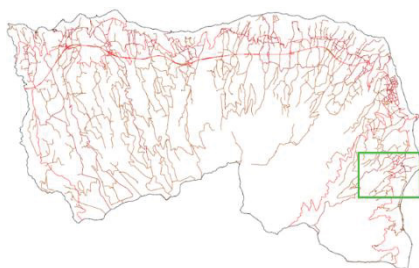
ELEMENTOS DATADOS: Cartela em forma de estrela e em relevo com a data de construção que ocupa o centro “1925” e as letras e dígitos “S. E. S. 3.3” que ocupam as pontas da estrela.

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016

Fig. 37 Mapa Triato do Espírito Santo – Nordeste (Pedreira – Rebentão)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – NORDESTE - PEDREIRA

NORDESTE. RUA DO CINZEIRO, PEDREIRA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1920)

Foto 29 Triato do Espírito Santo – Nordeste (Cinzeiro)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na rua do Cinzeiro, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimada por um dos símbolos do Divino Espírito Santo, a coroa trabalhada em rocha basáltica.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

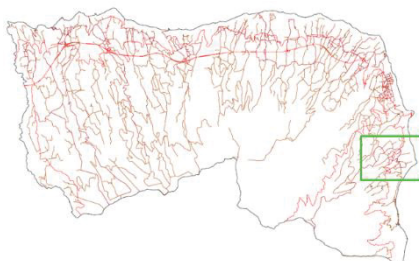
ELEMENTOS DATADOS: Cartela em forma de cálice e em relevo com as inscrições “S.E.S” e “19 6/5 20”.

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016

Fig. 38 Mapa Triato do Espírito Santo – Nordeste (Cinzeiro)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – NORDESTE - VILA

NORDESTE. LARGO DA GROTA DO BRAVO, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2011)

Foto 30 Triato do Espírito Santo – Império da Grotta do Bravo



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado no largo da Grotta do Bravo (Vila de Nordeste), apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimada por uma coroa trabalhada em pedra basáltica (um dos símbolos do Divino Espírito Santo).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ELEMENTOS DATADOS: Na fachada encontra-se a inscrição “JFN / 2011”.

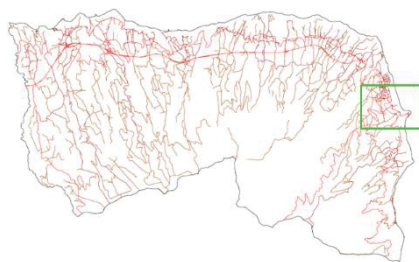
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: Foi construído em 2011 pela Junta de Freguesia do Nordeste.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 39 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Grotta do Bravo



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – NORDESTE - VILA

NORDESTE. GAVETO DA RUA DO TOPO COM A RUA D’ALÉM, VILA DE NORDESTE
PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1937)

Foto 31 Triato do Espírito Santo – Império da Rua de Baixo



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na esquina da rua do Topo com a rua D’Além (Nordeste), apresenta planta hexagonal com um só piso com cobertura em formato piramidal, encimada por um símbolo do Divino Espírito Santo, a coroa.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

ELEMENTOS DATADOS: Na fachada encontra-se a inscrição “19ES37”.

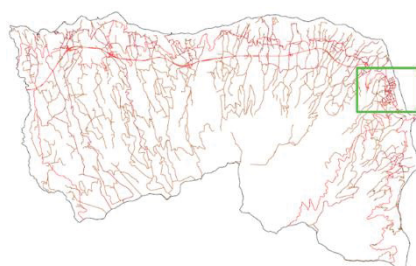
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: Este edifício é conhecido localmente por "Treato do Topo" ou "Império da Rua de Baixo". Foi construído em 1937 e destaca-se dos demais por ser o único do concelho com planta hexagonal.

DATA DE LEVANTAMENTO: 07-12-2016

Fig. 40 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Rua de Baixo



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – NORDESTE - VILA

NORDESTE. RUA DA ERVA-MÁ, VILA DO NORDESTE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 32 Triato do Espírito Santo – Império da Erva Má



DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, situado na rua da Erva Má (Nordeste), apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada. Ostenta na sua fachada uma coroa trabalhada em pedra basáltica.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

ELEMENTOS DATADOS: Na fachada encontra-se inscrito “D. E. S”.

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

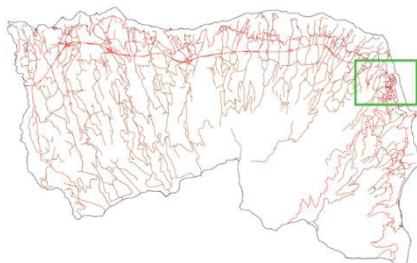
FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 07-12-2016



FONTE: Autora

Fig. 41 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Erva Má



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. RUA DO TEATRO, LOMBA DA CRUZ

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 33 Triato do Espírito Santo – Império da Lomba da Cruz de Cima



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na Rua do Teatro, apresenta planta simples, retangular com um só piso com cobertura telhada.

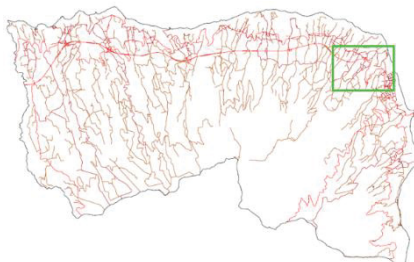
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Apoio ao Império do Espírito Santo (Bazar)

DATA DE LEVANTAMENTO: 12-12-2016

Fig. 42 Mapa Triato do Espírito Santo – Lomba da Fazenda (Lomba da Cruz de Cima)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

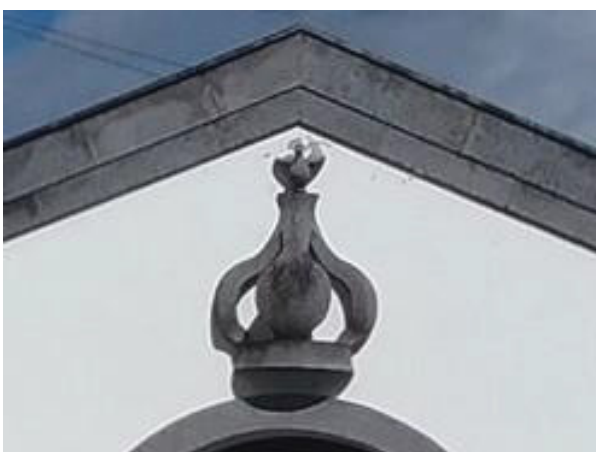
TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. RUA VALE DO PAIVA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI

Foto 34 Triato do Espírito Santo – Império da Lomba da Cruz de Cima



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na Rua Vale do Paiva, no meio de um largo com chão em calçada portuguesa. Apresenta planta retangular com um só piso, com cobertura telhada e ostenta na sua fachada, trabalhada em rocha basáltica, uma coroa do Divino Espírito Santo.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

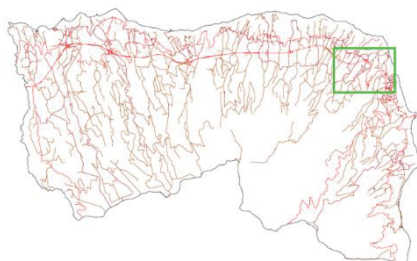
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: Este Triato veio substituir o Triato apresentado anteriormente (ver Ficha de Caracterização 33).

DATA DE LEVANTAMENTO: 12-12-2016

Fig. 43 Mapa Triato do Espírito Santo – Império da Lomba da Cruz de Cima



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. CAMINHO DO CONCELHO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 35 Triato do Espírito Santo – Império do Caminho Concelho



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado no Caminho do Concelho, Lomba da Cruz de Baixo, apresenta planta quadrangular, encastrado no pátio da habitação vizinha.

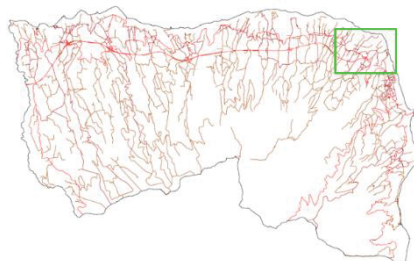
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Mau

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 12-12-2016

Fig. 44 Mapa Triato do Espírito Santo – Caminho do Concelho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. RUA DA IGREJA, CONCEIÇÃO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX / XX

Foto 36 Triato do Espírito Santo – Império da Conceição



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na esquina da rua da Igreja com a Estrada Regional, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

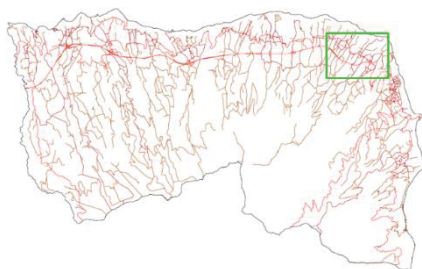
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: Este Triato integra um dos anexos adossados à Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

DATA DE LEVANTAMENTO: 13-12-2016

Fig. 45 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Conceição



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. RUA DO CRISTIANO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 37 Triato do Espírito Santo – Império do Espírito da Leira



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na rua do Cristiano, apresenta planta quadrangular com um só piso com cobertura telhada encimada. Na sua fachada ostenta uma coroa trabalhada em pedra basáltica (um dos símbolos do Divino Espírito Santo).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

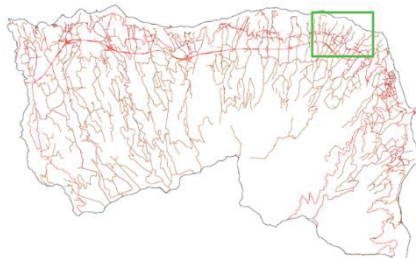
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: Este Triato é popularmente conhecido por “Triato do Império da Leira”.

DATA DE LEVANTAMENTO: 14-12-2016

Fig. 46 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Leira



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. RUA DAS ALMAS DE BAIXO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI

Foto 38 Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo das Almas



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado num jardim, no largo da Rua das Almas de Baixo, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimada. Na sua fachada apresenta uma coroa trabalhada em pedra basáltica.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

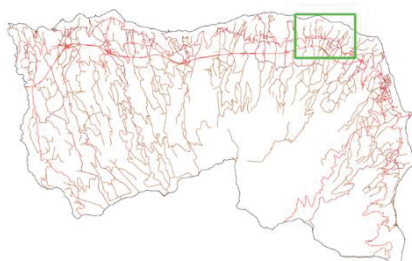
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: Este Triato é popularmente conhecido por “Triato do Espírito Santo do Império das Almas”. O jardim que envolve o Triato foi inaugurado em 2005.

DATA DE LEVANTAMENTO: 14-12-2016

Fig. 47 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo das Almas



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – SÃO PEDRO NORDESTINHO

SÃO PEDRO NORDESTINHO. RUA DO TERMO, ASSOMADA
PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 39 Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho (Assomada)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado na Rua do Termo, no lugar da Assomada, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimada. Na sua fachada apresenta uma pequena coroa em pedra basáltica trabalhada.

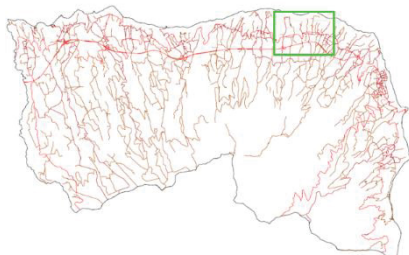
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

Fig. 48 Mapa Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho (Assomada)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – SÃO PEDRO NORDESTINHO

SÃO PEDRO NORDESTINHO. LARGO DA CRUZ

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 40 Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado no Largo da Cruz, na freguesia de São Pedro de Nordestinho, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimada por uma coroa trabalhada em pedra basáltica (um dos símbolos do Divino Espírito Santo).

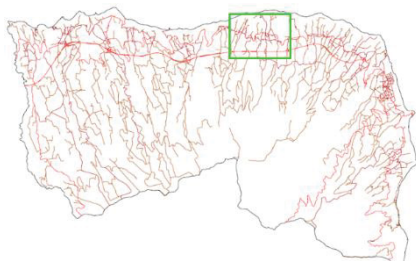
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

Fig. 49 Mapa Triato do Espírito Santo – São Pedro Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – SANTO ANTÓNIO NORDESTINHO

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. CALVO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 41 Triato do Espírito Santo – Sto. António Nordestinho (Calvo)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, localizado no lugar do Calvo, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimada. Na sua fachada apresenta uma pequena coroa em pedra basáltica trabalhada.

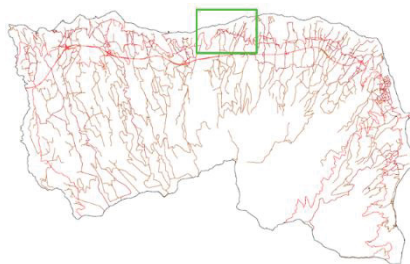
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

Fig. 50 Mapa Triato do Espírito Santo – Santo António de Nordestinho (Calvo)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – ALGARVIA

ALGARVIA. RUA DO TEATRO

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2001)

Foto 42 Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Algarvia



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, situado na articulação das ruas do Atalho e do Teatro, na Algarvia, apresenta planta quadrangular, de um só piso, rematada por um frontão de lados curvos, enquadrado por pináculos. No cimo ostenta uma coroa do Divino Espírito Santo trabalhada em cantaria.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ELEMENTOS DATADOS: Tímpano do frontão com um painel de 35 azulejos, com a ilustração da Coroa do Espírito Santo e a concernente inscrição “*TRIATO DO DIVINO / ESPÍRITO SANTO*”

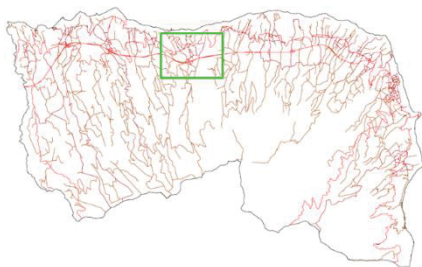
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: O Triato ao Divino Espírito Santo foi inaugurado no dia 27 de julho de 2001.

DATA DE LEVANTAMENTO: 21-12-2016

Fig. 51 Mapa Triato do Espírito Santo – Império do Espírito Santo da Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – SANTANA

SANTANA. RUA DA CRUZ, FETEIRA GRANDE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX

Foto 43 Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Cruz)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Espírito Santo, situado no Largo da Cruz, apresenta planta quadrangular, de um só piso, delimitada pelo soco, por finos cunhais sobre plintos e por uma cornija onde assenta um frontão encimado por uma cruz e enquadrado por dois pináculos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ELEMENTOS DATADOS: Inscrição no tímpano com a data “1891” e uma coroa do Divino Espírito Santo trabalhada em cantaria.

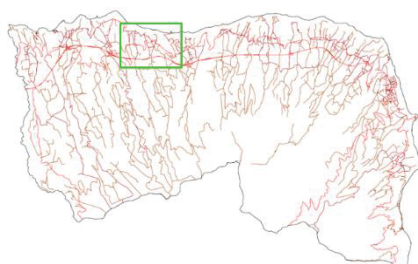
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: É comumente conhecido por “Triato da Cruz”.

DATA DE LEVANTAMENTO: 27-12-2016

Fig. 52 Mapa Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Cruz)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – SANTANA

SANTANA. RUA DIREITA, FETEIRA GRANDE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX

Foto 44 Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Rua Direita)



DESCRIÇÃO: Triato do Divino Espírito Santo, implantado na Direita, constituído por planta quadrangular com um só piso, delimitada pelo soco, por dois cunhais e por um frontão encimado por uma cruz e enquadrado por dois pináculos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

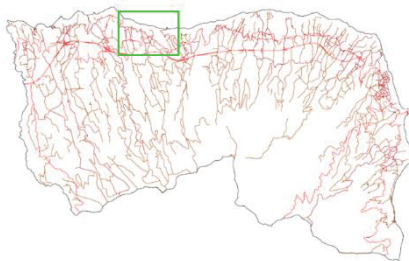
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 27-12-2016

FONTE: Autora

Fig. 53 Mapa Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Grande – Rua Direita)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – SANTANA

SANTANA. RUA DAS ALMAS, FETEIRA PEQUENA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX

Foto 45 Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Pequena – Almas)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Divino Espírito Santo, implantado face à Rua das Almas, constituído por planta quadrangular com um só piso, rematada por um frontão de lados curvos enquadrado por pináculos e delimitado por duas volutas que ostentam uma cruz em pedra.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ELEMENTOS DATADOS: Cartela no tímpano do frontão com a inscrição “1881”.

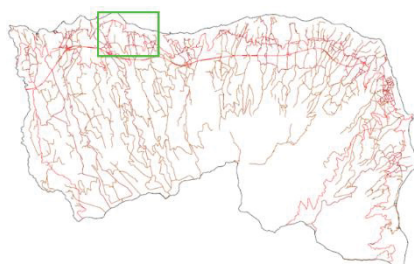
FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

OBSERVAÇÕES: É comumente conhecido por “Triato das Almas”.

DATA DE LEVANTAMENTO: 28-12-2016

Fig. 54 Mapa Triato do Espírito Santo – Império de Santana (Feteira Pequena – Almas)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – ACHADA

ACHADA. LARGO DR. ADOLFO MARTINS FERREIRA

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 46 Triato do Espírito Santo – Achada



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Triato do Divino Espírito Santo, implantado Largo Dr. Adolfo Martins Ferreira, constituído por planta quadrangular com um só piso, delimitada pelo soco, por dois cunhais.

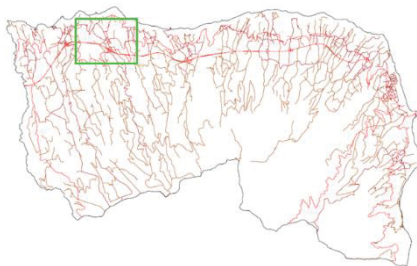
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 29-12-2016

Fig. 55 Mapa Triato do Espírito Santo – Achada



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

TRIATO DO ESPÍRITO SANTO – ACHADINHA

ACHADINHA. RUA DO BURGUETE

PATRIMÓNIO RELIGIOSO – TRIATOS DO ESPÍRITO SANTO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 47 Triato do Espírito Santo – Achadinha



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: O Triato do Divino Espírito Santo, localizado na rua do Burguete, na Achadinha, apresenta planta retangular com um só piso com cobertura telhada encimado por uma pequena cruz em pedra.

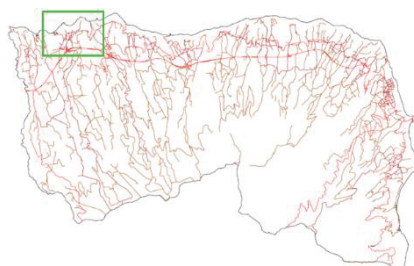
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Império do Espírito Santo

FUNÇÃO ATUAL: Império do Espírito Santo

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-01-2017

Fig. 56 Mapa Triato do Espírito Santo – Achadinha



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA - TRIATOS

Ficha de Caracterização 28 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 138; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 29 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 30 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 31 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 123; RESENDES, Sérgio, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste 1933-1974*, Nordeste, Sala de Exposições do Município de Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.62; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 32 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 33 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 34 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 35 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 112; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 36 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 37 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 38 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 39 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 40 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/S%C3%A3o+Pedro+de+Nordestinho.htm>);
<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 41 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 42 – Adélio Amaro, Algarvia, Apontamentos para a sua história, Edição Junta de Freguesia da Algarvia, 1ª Edição, Setembro de 2013, pág. 293; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>).

Ficha de Caracterização 43 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 90; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>).

Ficha de Caracterização 44 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 91; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>).

Ficha de Caracterização 45 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 82; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>).

Ficha de Caracterização 46 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>).

Ficha de Caracterização 47 – Governo dos Açores
(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/38641346-C802-43EE-A89B-B05610491644.htm>).

Capítulo II

Património Civil

O Concelho do Nordeste ostenta um importante legado cultural, com valor patrimonial, do qual se destaca a monumentalidade dos seus imóveis históricos. Contudo, ao longo do território do concelho do Nordeste convém destacar não apenas as obras arquitetónicas mais significativas e construtivas de expressão vernácula e/ou erudita, mas também os imóveis com base mais contemporânea. Ou seja, convém evidenciar não só os monumentos, espaços e edifícios históricos do património edificado do Nordeste, como também as realizações levadas a cabo nas últimas décadas, em termos de equipamentos, habitações, infraestruturas e mobiliário civil.

Do manancial de estruturas civis existentes no concelho de Nordeste, apresenta-se de seguida, as que merecem destaque (vd. Tabela 8).

PATRIMÓNIO CIVIL DO CONCELHO DE NORDESTE	
Coretos	11
Farol	1
Fontanários	83
Monumentos, Padrões e Personalidades	8
Paços do Concelho	1
Lavadouros	11
TOTAL	115

Tabela 8 Património Civil do Concelho de Nordeste

2.1 Coretos

Os coretos são obras de arte concebidas em função da música, que marcaram, particularmente, uma época em que não existiam emissões radiofónicas de música. Deste modo, as bandas filarmónicas apresentavam os seus repertórios nos coretos localizados em espaços públicos. Ainda que nem sempre o seu espaço seja suficiente para os elementos das bandas filarmónicas, os coretos são ainda hoje para muitas localidades do País um sinónimo de festa. Existem inclusive coretos muito recentes, como é o caso do coreto existente na freguesia da Salga, no concelho de Nordeste (Ilha de São Miguel, Açores), o que demonstra que este tipo de palco continua a ser importante para muitas comunidades.

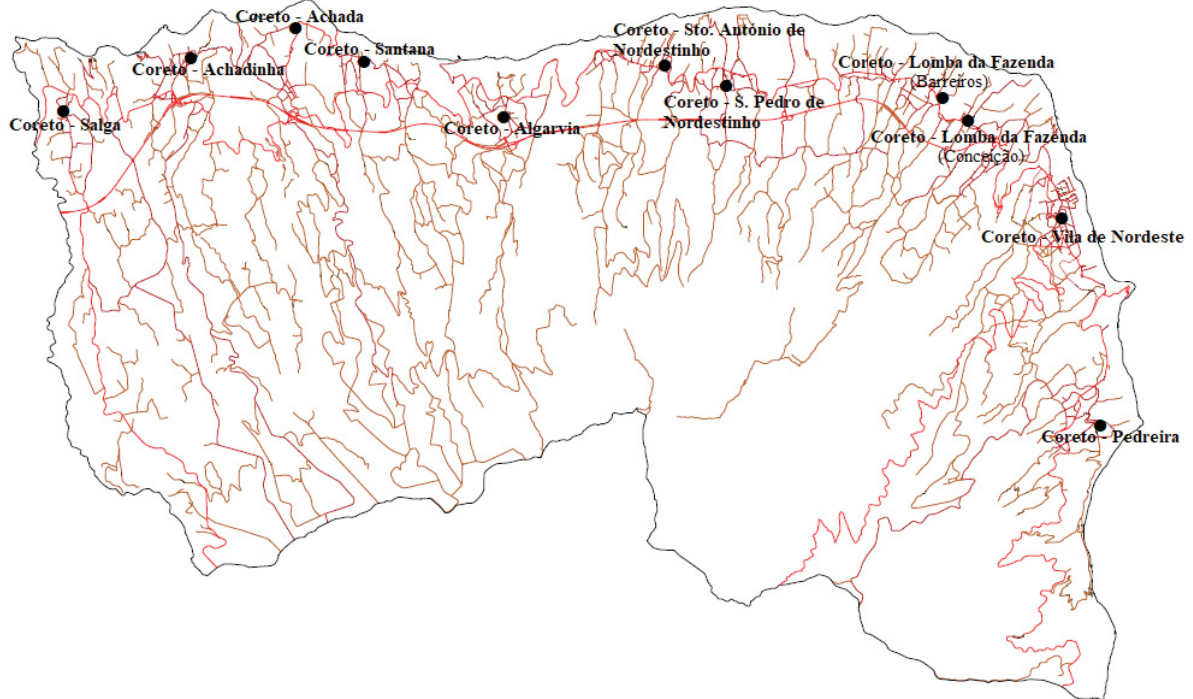
No concelho de Nordeste existem 11 coretos que abrigam bandas musicais em concertos, festas e outras diversões (vd. Tabela 9 e Figura 57). Com cobertura telhada na sua maioria, os coretos estão encimados por um símbolo musical, nomeadamente, pautas, notas musicais ou harpas. São símbolo de festa e continuam a ser nos dias de hoje, um palco de atuações, importante para muitas comunidades¹¹⁹.

PATRIMÓNIO CIVIL - CORETOS
48 - Coreto - Nordeste (Pedreira)
49 - Coreto - Nordeste (Vila)
50 - Coreto - Lomba da Fazenda
51 - Coreto - Lomba da Fazenda
52 - Coreto - São Pedro de Nordestinho
53 - Coreto - Santo António de Nordestinho
54 - Coreto - Algarvia
55 - Coreto - Santana
56 - Coreto - Achada
57 - Coreto - Achadinha
58 - Coreto - Salga

Tabela 9 Património Civil - Coretos

¹¹⁹ Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 51.

Fig. 57 Mapa dos Coretos do Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N Anotações: Autora

CORETO – NORDESTE. PEDREIRA

NORDESTE. LARGO DA RUA DA IGREJA, PEDREIRA

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1989?)

Foto 48 Coreto do Nordeste (Pedreira)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado no centro do Jardim da Pedreira, na Rua Poeta João Teixeira de Medeiros, possui escadas de acesso, com cobertura em telha.

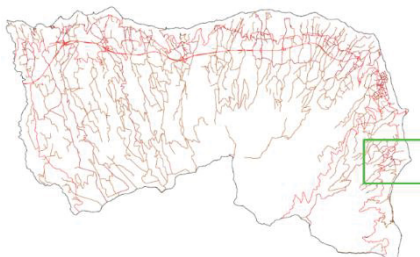
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016

Fig. 58 Mapa Coreto do Nordeste (Pedreira)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – NORDESTE. VILA DE NORDESTE

NORDESTE. LARGO DO CENTRO HISTÓRICO DA VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 49 Coreto do Nordeste (Vila de Nordeste)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, situado no centro do Jardim do Largo do Centro Histórico da Vila de Nordeste, possui escadas de acesso, cobertura em telha e no topo um símbolo musical ornamental.

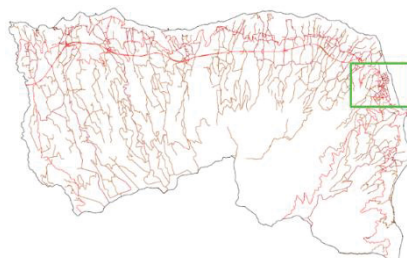
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa:
Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa:
Coreto

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 59 Mapa Coreto do Nordeste (Vila de Nordeste)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. ESTRADA REGIONAL, CONCEIÇÃO

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2005)

Foto 50 Coreto da Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado no Jardim Público da Lomba da Fazenda, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, possui escadas de acesso, cobertura em telha e no topo um símbolo musical ornamental.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

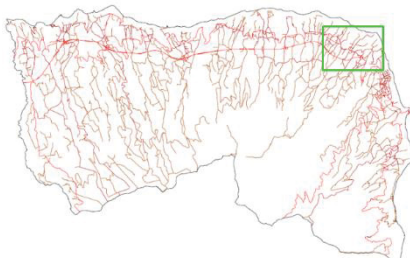
FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

OBSERVAÇÕES: O Coreto foi inaugurado no dia 06 de agosto de 2005.

DATA DE LEVANTAMENTO: 12-12-2016

Fig. 60 Mapa Coreto da Lomba da Fazenda



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – LOMBA DA FAZENDA

LOMBA DA FAZENDA. RUA DOS BARREIROS

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 51 Coreto da Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, situado em frente à Sede da Filarmónica Imaculada Conceição, no Largo do Padre Amaral, possui escadas de acesso e cobertura em telha

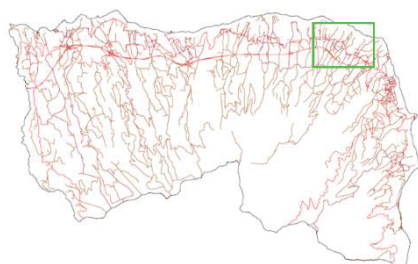
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

DATA DE LEVANTAMENTO: 13-12-2016

Fig. 61 Mapa Coreto da Lomba da Fazenda



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – SÃO PEDRO DE NORDESTINHO

SÃO PEDRO DE NORDESTINHO. RUA DE SÃO PEDRO

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1988)

Foto 52 Coreto de São Pedro de Nordestinho



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado no Jardim Público de São Pedro de Nordestinho, ao lado da Igreja de São Pedro, possui escadas de acesso e cobertura em telha.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

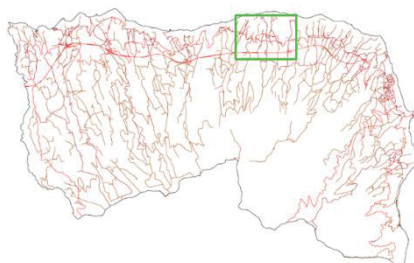
FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

OBSERVAÇÕES: O Coreto foi inaugurado no dia 25 de junho de 1988.

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

Fig. 62 Mapa Coreto de São Pedro de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. RUA DA VILA NOVA

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1998?)

Foto 53 Coreto de Santo António de Nordestinho



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado no Jardim Público Gregório Macedo, ao lado da Igreja de Santo António, possui escadas de acesso, cobertura em telha.

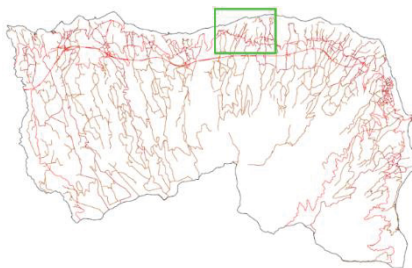
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

Fig. 63 Mapa Coreto de Santo António de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – ALGARVIA

ALGAVIA. LARGO PADRE VIRGÍNIO INÁCIO MACHADO

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1996?) / XIX (2005)

Foto 54 Coreto da Algarvia



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado em frente à Sede da Filarmónica Estrela do Oriente, anexo à Rua Dom David Dias Pimentel, possui escadas de acesso, cobertura em telha e no topo um símbolo musical ornamental.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

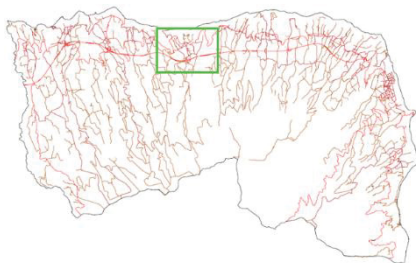
FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

OBSERVAÇÕES: Este coreto padeceu de diversas transformações ao longo dos anos, chegando mesmo a ser substituído em 2005.

DATA DE LEVANTAMENTO: 21-12-2016

Fig. 64 Mapa Coreto da Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – SANTANA

SANTANA. LARGO DA RUA DA IGREJA, FETEIRA PEQUENA

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1997)

Foto 55 Coreto de Santana



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado no Jardim Público Padre Francisco Moniz da Silva Furtado, possui escadas de acesso, com cobertura em telha.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

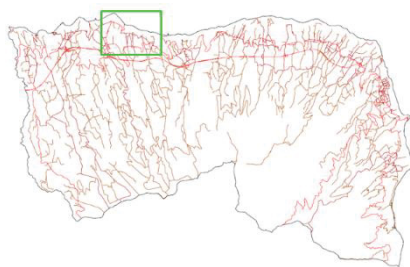
FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

OBSERVAÇÕES: O Coreto foi inaugurado no dia 23 de novembro de 1997.

DATA DE LEVANTAMENTO: 28-12-2016

Fig. 65 Mapa Coreto de Santana



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – ACHADA

ACHADA. LARGO PADRE BENJAMIM MONIZ RESENDE

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1994)

Foto 56 Coreto da Achada



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, implantado no Jardim Público no Jardim Público da Igreja da Achada, possui escadas de acesso, cobertura em telha e no topo um símbolo musical ornamental.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

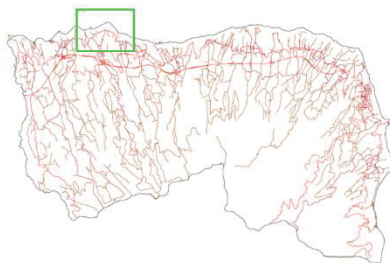
FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa: Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa: Coreto

OBSERVAÇÕES: O Coreto foi inaugurado no dia 23 de julho de 1994.

DATA DE LEVANTAMENTO: 29-12-2016

Fig. 66 Mapa Coreto da Achada



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – ACHADINHA

ACHADINHA. RUA DO CAMINHO FUNDO

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 57 Coreto da Achadinha



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, localizado em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, possui escadas de acesso, cobertura em telha.

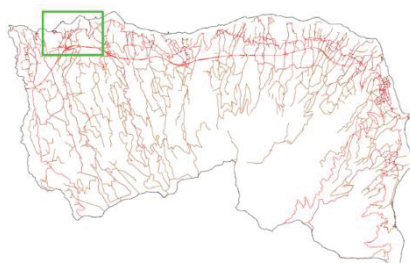
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa:
Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa:
Coreto

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-01-2017

Fig. 67 Mapa Coreto da Achadinha



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

CORETO – SALGA

SALGA. TRAVESSA MANUEL INÁCIO DE MELO

PATRIMÓNIO CIVIL – CORETOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX

Foto 58 Coreto da Salga



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Coreto, localizado em frente à Igreja de São José, possui pequenas escadas de acesso, cobertura em telha.

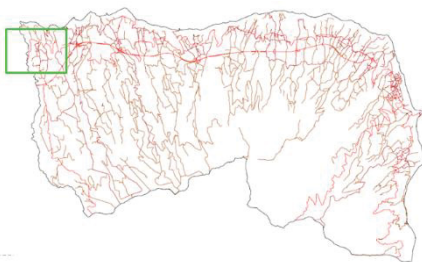
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Cultural e recreativa:
Coreto

FUNÇÃO ATUAL: Cultural e recreativa:
Coreto

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-01-2017

Fig. 68 Mapa Coreto da Salga



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA – CORETOS

Ficha de Caracterização 48 - Governo dos Açores

(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 49 – Governo dos Açores

(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 50 – Governo dos Açores

(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 51 - Governo dos Açores

(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 52 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/S%C3%A3o+Pedro+de+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 53 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 54 – Adélio Amaro, Algarvia, Apontamentos para a sua história, Edição Junta de Freguesia da Algarvia, 1ª Edição, Setembro de 2013, págs. 413-417; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>).

Ficha de Caracterização 55 - Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>).

Ficha de Caracterização 56 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>).

Ficha de Caracterização 57 – Governo dos Açores

(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/38641346-C802-43EE-A89B-B05610491644.htm>).

Ficha de Caracterização 58 – Governo dos Açores

(<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/D3BC3928-14D1-47BD-BF08-C108BE899220.htm>).

2.2 Farol do Arnel

O Farol do Nordeste, localizado na ponta com o mesmo nome, constituído por uma torre e edifícios octogonais, foi inaugurado a 24 de novembro de 1876, sendo o primeiro a ser implantado no Arquipélago dos Açores (vd. Figura 69). O Farol tem 15 metros de altura e um alcance de vinte e cinco milhas. Funciona como ajuda à navegação marítima e aérea e é propriedade do Ministério da Defesa Nacional, Direção de Faróis.

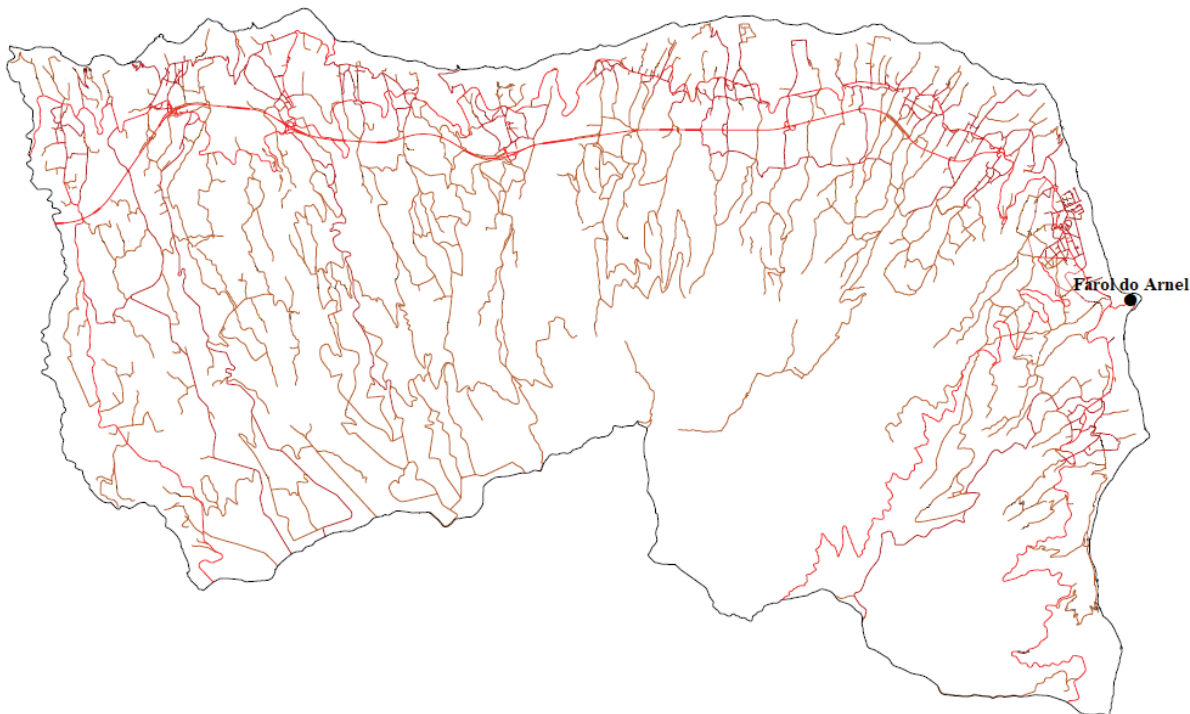
O Farol do Arnel foi ao longo dos anos sofrendo várias melhorias e adaptações, que lhe permitiram chegar aos dias de hoje mantendo as suas funções e constituindo um marco no património do concelho do Nordeste. Sendo um farol que pode parecer insignificante aos mais distraídos, a verdade é que o farol da Ponta do Arnel tem um espólio histórico e uma presença monumental assinaláveis, que não deverão ser olvidados.

PATRIMÓNIO CIVIL – FAROL DO ARNEL

59 – Farol do Arnel - Nordeste

Tabela 10 Património Civil – Farol do Arnel

Fig. 69 Mapa com a localização do Farol do Arnel no Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

FAROL – FAROL DO ARNEL

NORDESTE. PONTA DO ARNEL

PATRIMÓNIO CIVIL – FAROL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX (1876)

Foto 59 Farol do Arnel



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: O Farol do Arnel encontra-se implantado se a cerca de 70 metros acima do nível das águas do mar e funciona como ajuda à navegação marítima e aérea. Apresenta planta constituída pelo terraço, em planta octagonal, envolvido por um outro corpo de um piso e contorno octagonal, ligeiramente mais baixo que o primeiro, ao centro do qual se ergue uma torre, com três pisos. Sendo que, o primeiro piso apresenta igualmente planta octogonal; o segundo, constituído por um corpo de planta circular e o terceiro, por uma cúpula metálica, onde se encontra a lanterna. Do lado nascente encontram-se alguns anexos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

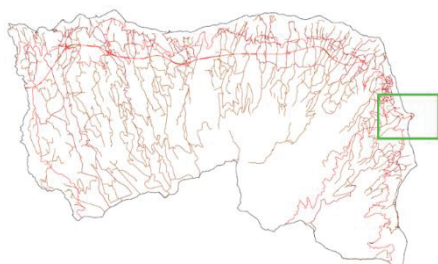
FUNÇÃO INICIAL: Farol e habitação do faroleiro.

FUNÇÃO ATUAL: Farol e habitação do faroleiro.

OBSERVAÇÕES: Este foi inaugurado a 24 de novembro de 1876, sendo o primeiro farol a ser construído nos Açores.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 70 Mapa Farol do Arnel



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA – FAROL DO ARNEL

Ficha de Caracterização 59 - *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 137; *O Concelho de Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 60; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>); Câmara Municipal do Nordeste (http://cmnordeste.pt/turismo/pt/nordeste_local/farol-do-arnel/)

1.2 Fontanários

A água perduravelmente fará parte de qualquer povoado como bem essencial para a sua sobrevivência. O concelho do Nordeste não foi nem é exceção. A inexistência de água canalizada nas habitações dos nordestenses coagia que a mesma fosse recolhida nas ribeiras, nas fontes ou nos fontanários construídos para esse efeito e que geravam pontos de confluência social.

No concelho de Nordeste são de realçar os inúmeros fontanários dispersos pelas ruas, na sua maioria inativos, que outrora desempenharam um papel importante na vida diária das populações. Antes de existir água canalizada, os fontanários existiam por toda a parte. São, normalmente, construções em pedra basáltica com cantaria à vista ou alvenaria rebocada e pintados a branco. Outros mais trabalhados e ornamentados forrados a azulejos também podem ser encontrados no concelho de Nordeste¹²⁰. Vejamos alguns dos fontanários que ainda se encontram dispersos pelas freguesias do concelho de Nordeste (vd. Tabela 11).

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS	
60 - Fontanários	Nordeste (Pedreira)
61 - Fontanários	Nordeste (Vila)
62 - Fontanários	Lomba da Fazenda
63 - Fontanários	São Pedro Nordestinho
64 - Fontanários	Sto. António Nordestinho
65 - Fontanários	Algarvia
66 - Fontanários	Santana (Feteira Grande)
67 - Fontanários	Achada
68 - Fontanários	Achadinha
69 - Fontanários	Salga

Tabela 11 Património Civil – Fontanários do Concelho de Nordeste

¹²⁰ *Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo*, pág. 49

FONTANÁRIOS – NORDESTE. PEDREIRA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: Na Pedreira existem 11 fontanários

Foto 60 Fontanários do Nordeste (Pedreira)





FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 06 / 07 / 09 - 12-2016

FONTANÁRIOS – NORDESTE. VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 6 os fontanários existentes na Vila de Nordeste

Foto 61 Fontanários do Nordeste (Vila de Nordeste)



FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 02 / 05 / 09 - 12-2016

FONTANÁRIOS – LOMBA DA FAZENDA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 11 os fontanários existentes na Lomba da Fazenda

Foto 62 Fontanários da Lomba da Fazenda





FONTE: Autora



DATA DE LEVANTAMENTO: 12 / 13 / 14 -12-2016

FONTANÁRIOS – SÃO PEDRO DE NORDESTINHO

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 9 os fontanários existentes em São Pedro de Nordeste

Foto 63 Fontanários de São Pedro de Nordeste





FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 15 / 16 - 12-2016

FONTANÁRIOS – SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 7 os fontanários existentes em Santo António de Nordestinho

Foto 64 Fontanários de Santo António de Nordestinho



FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 19 / 20 - 12-2016

FONTANÁRIOS – ALGARVIA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 13 os fontanários existentes na freguesia da Algarvia

Foto 65 Fontanários da Algarvia





FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 21 / 22 - 12-2016

FONTANÁRIOS – SANTANA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 7 os fontanários existentes na freguesia de Santana

Foto 66 Fontanários de Santana



FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 27 / 28 - 12-2016

FONTANÁRIOS – ACHADA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 7 os fontanários existentes na freguesia da Achada

Foto 67 Fontanários na Achada



FONTE: Autora

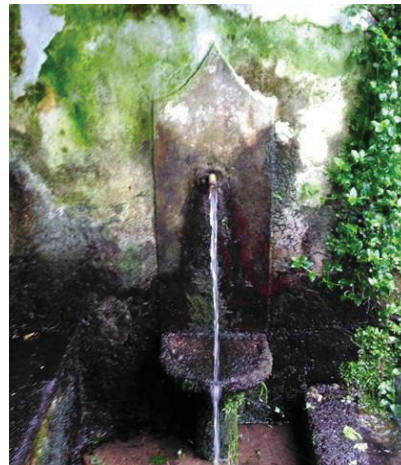
DATA DE LEVANTAMENTO: 29-12-2016 e 03-01-2017

FONTANÁRIOS – ACHADINHA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 8 os fontanários existentes na freguesia da Achadinha

Foto 68 Fontanários na Achadinha



FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 04 / 05-01-2017

FONTANÁRIOS – SALGA

PATRIMÓNIO CIVIL – FONTANÁRIOS

OBSERVAÇÕES: São 4 os fontanários existentes na freguesia da Salga

Foto 69 Fontanários na Salga



FONTE: Autora

DATA DE LEVANTAMENTO: 06 / 09-01-2017

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA - FONTANÁRIOS

Ficha de Caracterização 60 – Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.26 e 12.28; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 61 – Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.24; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 62 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, p. 106; José de Almeida Mello, *Lomba da Fazenda – Traços de Memórias*, Publiçor, 2009, p. 24; Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.27; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/6B7D4239-13BD-4037-81EE-0A6BC8A71A65.htm>).

Ficha de Caracterização 63 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, p. 99; RESENDES, Sérgio, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste 1933-1974*, Nordeste, Sala de Exposições do Município de Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.62; Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.25; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/S%C3%A3o+Pedro+de+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 64 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 65 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, p. 92; Adélio Amaro, *Algarvia. Apontamentos para a sua história*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, 1.ª Edição, pp. 489 a 498; Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.32; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>).

Ficha de Caracterização 66 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 85 e 89; Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.29; 12.30 e 12.31; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>).

Ficha de Caracterização 67 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, p. 77; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>).

Ficha de Caracterização 68 – Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.33 e 12.34; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/38641346-C802-43EE-A89B-B05610491644.htm>).

Ficha de Caracterização 69 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 65 e 66; José de Almeida Mello, *Salga – Memórias do Tempo e do Lugar*, Publiçor, 2009, pp. 49 a 53; Sérgio Rezendes, *A Arte e o Património do concelho de Nordeste no século XX, 1933-1974* (Sala de Exposições do Município de Nordeste), Nordeste, 2012, N.º de Inventário: 12.47; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/D3BC3928-14D1-47BD-BF08-C108BE899220.htm>).

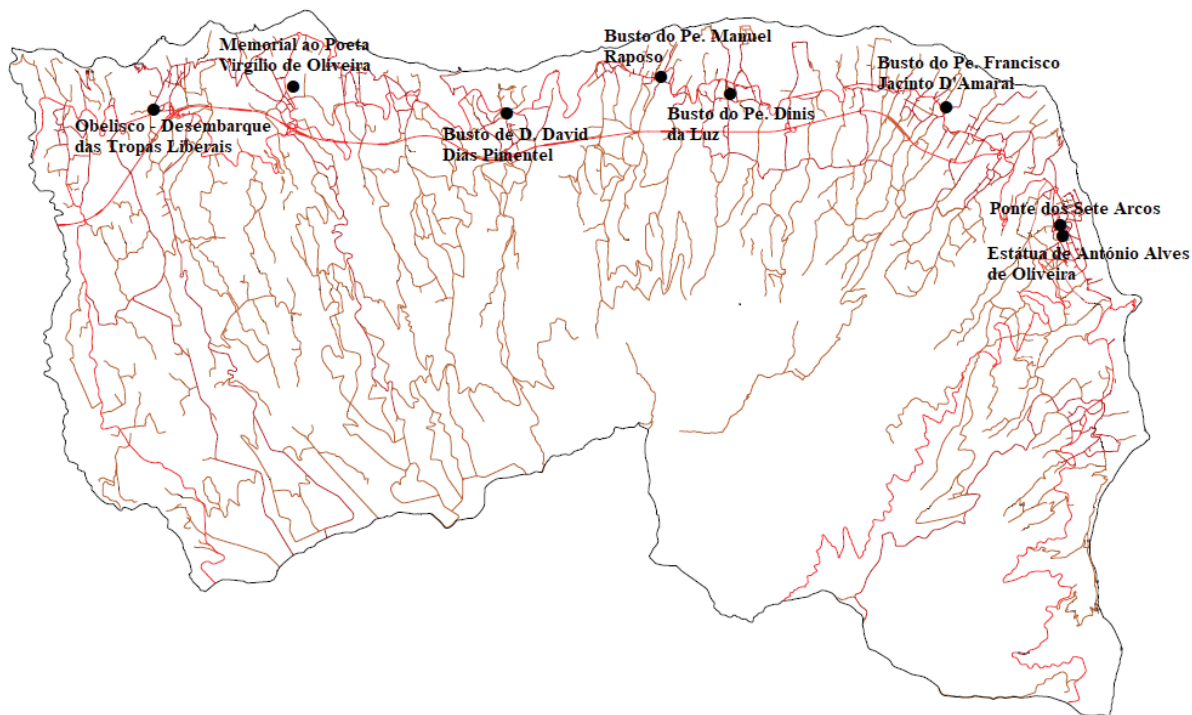
1.2 Monumentos, Padrões e Personalidades

No concelho de Nordeste estão, igualmente, presentes alguns monumentos de grande importância histórico-cultural, que podem ser de origem civil, de carácter religioso e memoriais de personalidades e eventos históricos (vd. Tabela 12 e Figura 71).

PATRIMÓNIO CIVIL – MONUMENTOS, PADRÕES E PERSONALIDADES	
70 – Ponte dos Sete Arcos (Viaduto)	Vila (Nordeste)
71 – Estátua de António Alves de Oliveira	Vila (Nordeste)
72 – Busto do Padre Francisco Jacinto D’Amaral	Lomba da Fazenda
73 – Busto do Padre Dinis da Luz	São Pedro de Nordestinho
74 – Busto do Padre Manuel Raposo	Santo António de Nordestinho
75 – Busto de Dom David Dias Pimentel	Algarvia
76 – Memorial ao Poeta Virgílio de Oliveira	Achada
77 – Obelisco – Desembarque das Tropas Liberais	Achadinha

Tabela 12 Património Civil – Monumentos, Padrões e Personalidades

Fig. 71 Mapa Património Civil (Monumentos, Padrões e Personalidades)



FONTE: Mapa: C. M. N Anotações: Autora

PONTE DOS SETE ARCOS – NORDESTE

NORDESTE. ESTRADA REGIONAL, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO CIVIL – MONUMENTOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX (1883)

Foto 70 Ponte dos Sete Arcos – Nordeste



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Ponte dos Sete Arcos com 122 metros de comprimento e 13 metros de altura, edificada em 1883, construída em cantaria originando sete arcos de volta perfeita, sobre impostas, com 8 metros de diâmetro. Foi batizada na época por Viaduto, sendo considerada uma das mais belas e grandiosas pontes de São Miguel.

ELEMENTOS DATADOS: Cartela inserida ao centro de um dos muretes com a inscrição “O.P. / 1883”

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

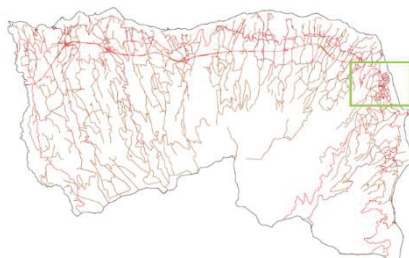
FUNÇÃO INICIAL: Viaduto

FUNÇÃO ATUAL: Viaduto

OBSERVAÇÕES: Esta ponte representou um passo significativo nas deslocações dentro da Vila de Nordeste. Aquando da sua edificação, era Diretor das Obras Públicas o Engenheiro António de Sousa e Silva.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 72 Mapa Ponte dos Sete Arcos – Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

ESTÁTUA DE ANTÓNIO ALVES DE OLIVEIRA

NORDESTE. PRAÇA DA REPÚBLICA

PATRIMÓNIO CIVIL – PERSONALIDADES

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2003)

Foto 71 Estátua de António Alves de Oliveira – Nordeste



FONTE: Autora

ELEMENTOS INSCRITOS:

A / ANTÓNIO ALVES DE OLIVEIRA / INSIGNE NORDESTENSE E GRANDE IMPULSIONADOR DO / DESENVOLVIMENTO DO SEU CONCELHO / 20. 5. 1847 – 19. 2. 1936 / HOMENAGEM DA CÂMARA MUNICIPAL DO / NORDESTE EM 13 DE JULHO DE 2002.

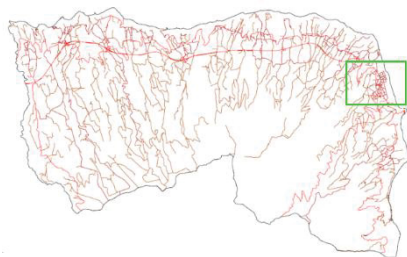
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ESCUPTOR: Raposo de França

OBSERVAÇÕES: Homenagem da Câmara Municipal de Nordeste a 13 de julho de 2002, a António Alves de Oliveira (1847-1936), homem de visão futurista, responsável pela vaga de modernização no concelho de Nordeste, considerado como a maior das figuras políticas do concelho do séc. XX. A estátua de corpo inteiro ocupa lugar central na praça da vila, envolta pelo edifício da Câmara e pela Igreja de São Jorge.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 73 Mapa Estátua de António Alves de Oliveira – Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BUSTO DO PADRE FRANCISCO JACINTO D'AMARAL

LOMBA DA FAZENDA. RUA DOS BARREIROS

PATRIMÓNIO CIVIL – PERSONALIDADES

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1997)

Foto 72 Busto do Padre Francisco Jacinto D'Amaral – Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

ELEMENTOS INSCRITOS: AO PE. FRANCISCO JACINTO DAMARAL / GRANDE DEFENSOR DOS INTERESSES DA / LOMBA DA FAZENDA. ONDE NASCEU A / 20-04-1863 E FALECEU A 13-04-1927. / HOMENAGEM DO MUNICÍPIO DO NORDESTE / 27-9-1997.

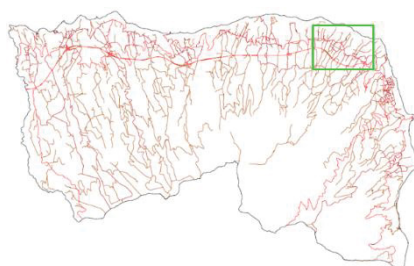
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ESCUULTOR: José Carlos de Sousa Almeida

OBSERVAÇÕES: Homenagem do Município do Nordeste a 27-09-1997 a um grande dinamizador cultural e social e, sobretudo, defensor dos interesses da Lomba da Fazenda, Padre Francisco J. D'Amaral (1863-1927). A ele se deve a elevação do curato a paróquia e a elevação da Lomba da Fazenda a freguesia e da criação da primeira escola. Lutou pela divisão, por fogos, dos baldios da Lomba da Fazenda e Lomba da Cruz e foi o fundador e ensaiador da Banda “Imaculada Conceição” e da Misericórdia de Nordeste (com o ilustre nordestense Álvares de Oliveira).

DATA DE LEVANTAMENTO: 14-12-2016

Fig. 74 Mapa Busto do Padre Francisco Jacinto D'Amaral – Lomba da Fazenda



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BUSTO DO PADRE DINIS DA LUZ

SÃO PEDRO DE NORDESTINHO. RUA DE SÃO PEDRO

PATRIMÓNIO CIVIL – PERSONALIDADES

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2005)

Foto 73 Busto do Padre Dinis da Luz – São Pedro de Nordestinho



FONTE: Autora

ELEMENTOS INSCRITOS: AO PE. DINIS DA LUZ / DE MEDEIROS / INSIGNE POETA, ESCRITOR / E JORNALISTA NATURAL DE / SÃO PEDRO NORDESTINHO / 8-9-1915 – 20-12-1987 / HOMENAGEM DO MUNICÍPIO / DE NORDESTE / 25-6-2005.

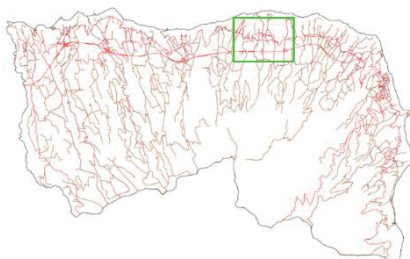
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ESCUPTOR: José Carlos de Almeida

OBSERVAÇÕES: Homenagem do Município do Nordeste e da Junta de Freguesia de São Pedro de Nordestinho, a 25-06-2005, ao Poeta, Escritor e Jornalista Padre Dinis da Luz de Medeiros (1915-1987). Natural de São Pedro de Nordestinho, homem de paixão pelas letras, cedo a expressou em poesia e crónicas na sua colaboração com o jornal da Diocese “A União”. Durante 30 anos fez parte do quadro redatorial do diário “A Voz”, colaborando com vários jornais açorianos e continentais.

DATA DE LEVANTAMENTO: 15-12-2016

Fig. 75 Mapa Busto do Padre Dinis da Luz – São Pedro de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BUSTO DO PADRE MANUEL RAPOSO

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO CIVIL – PERSONALIDADES

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XXI (2008)

Foto 74 Busto do Padre Manuel Raposo – Santo António de Nordestinho



ELEMENTOS INSCRITOS: AO / PADRE / MANUEL RAPOSO / N. 17-09-1868 / F. 23-01-1969.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

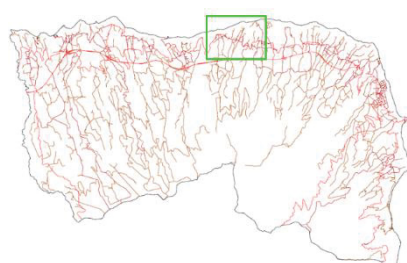
ESCULTOR: José Carlos de Almeida

OBSERVAÇÕES: Homenagem do Município do Nordeste a 01-06-2008 a um grande defensor dos interesses de Santo António de Nordestinho, Padre Manuel Raposo. Foi o grande impulsionador da edificação da Igreja de Santo António, em Santo António de Nordestinho.

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

FONTE: Autora

Fig. 76 Mapa Busto do Padre Manuel Raposo – Santo António de Nordestinho



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BUSTO DE DOM DAVID DIAS PIMENTEL

ALGARVIA. RUA DOM DAVID DIAS PIMENTEL

PATRIMÓNIO CIVIL – PERSONALIDADES

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1997)

Foto 75 Busto de Dom David Dias Pimentel – Algarvia



FONTE: Autora

ELEMENTOS INSCRITOS: *A DOM / DAVID DIAS PIMENTEL, BISPO / AUXILIAR DE BELO HORIZONTE / MINAS GERAIS - BRASIL / NASCIDO NA ALGARVIA / A 18-03-1941.*

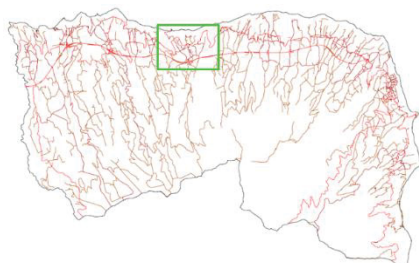
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

ESULTOR: José Carlos de Almeida

OBSERVAÇÕES: Homenagem prestada, em 1997, ao Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, Minas Gerais no Brasil, Dom David Dias Pimentel, pela Câmara Municipal de Nordeste e pela Junta de Freguesia da Algarvia. Natural da Algarvia, tinha como lema “Ministrare, non ministrari” - “Servir, não ser servido”. Foi nomeado pelo Papa João Paulo II Bispo Auxiliar de Belo Horizonte (11/12/1996) e Bispo da Diocese de São João da Boa Vista (07/02/2001).

DATA DE LEVANTAMENTO: 22-12-2016

Fig. 77 Mapa Busto de Dom David Dias Pimentel – Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

MEMORIAL AO POETA VIRGÍLIO DE OLIVEIRA

ACHADA. LARGO VIRGÍLIO DE OLIVEIRA

PATRIMÓNIO CIVIL – MEMORIAL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1988)

Foto 76 Memorial ao Poeta Virgílio de Oliveira – Achada

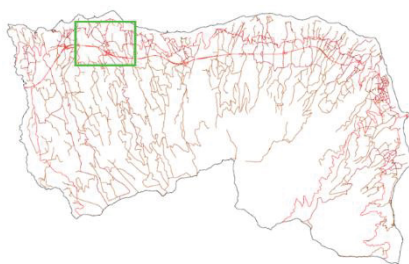


FONTE: Autora

OBSERVAÇÕES: O memorial constitui uma homenagem prestada em junho de 1988, pela Câmara Municipal do Nordeste ao poeta Virgílio de Oliveira, nascido na freguesia da Achada, considerado um dos maiores poetas de feição popular dos Açores.

DATA DE LEVANTAMENTO: 03-01-2016

Fig. 78 Mapa Memorial ao Poeta Virgílio de Oliveira – Achada



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

OBELISCO – DESEMBARQUE DAS TROPAS LIBERAIS

ACHADINHA. ESTRADA REGIONAL

PATRIMÓNIO CIVIL – MONUMENTOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX (1989?)

Foto 77 Obelisco – Desembarque das Tropas Liberais – Achadinha



FONTE: Autora

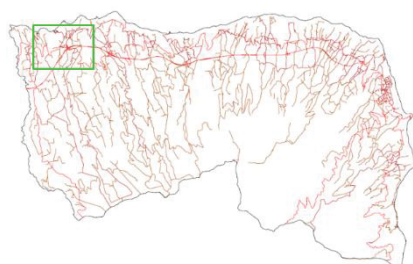
ELEMENTOS INSCRITOS: *EM 1 DE AGOSTO DE / 1831, DESEMBARCARAM / NESTA LOCALIDADE AS / TROPAS LIBERAIS SOB / O COMANDO DO / CONDE DE VILA FLOR.*

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

OBSERVAÇÕES: Obelisco construído em honra do desembarque das tropas liberais, sob o comando do Conde de Vila Flor, a 1 de agosto de 1831, no contexto da Guerra Civil Portuguesa (1828-1834).

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-01-2017

Fig. 79 Mapa Obelisco – Desembarque das Tropas Liberais – Achadinha



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA – MONUMENTOS – PADRÕES - PERSONALIDADES

Ficha de Caracterização 70 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 120; *O Concelho do Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 146. Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pp. 56 e 57 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf); Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

Ficha de Caracterização 71 – José Carlos Barbosa Carreiro, *O Concelho de Nordeste, Apontamentos para a sua História*, Câmara Municipal de Nordeste, 1989, pp. 61 a 63.

Ficha de Caracterização 72 – José de Almeida Mello, *Lomba da Fazenda – Traços de Memórias*, Publiçor, 2009, p. 62.

Ficha de Caracterização 73 – Câmara Municipal de Nordeste (http://cmnordeste.pt/cultura/nordeste_evento/centenario-de-dinis-da-luz/); <http://www.municipiosefreguesias.pt/index.php/show/junta/4192/sao-pedro-de-nordestinho>.

Ficha de Caracterização 74 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>).

Ficha de Caracterização 75 – Adélio Amaro, *Algarvia. Apontamentos para a sua história*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, 1.^a Edição, p. 241.

Ficha de Caracterização 76 – Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, p. 56 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf); Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>).

Ficha de Caracterização 77 – Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pp. 57 e 58 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf); Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/38641346-C802-43EE-A89B-B05610491644.htm>).

1.2 Paços do Concelho

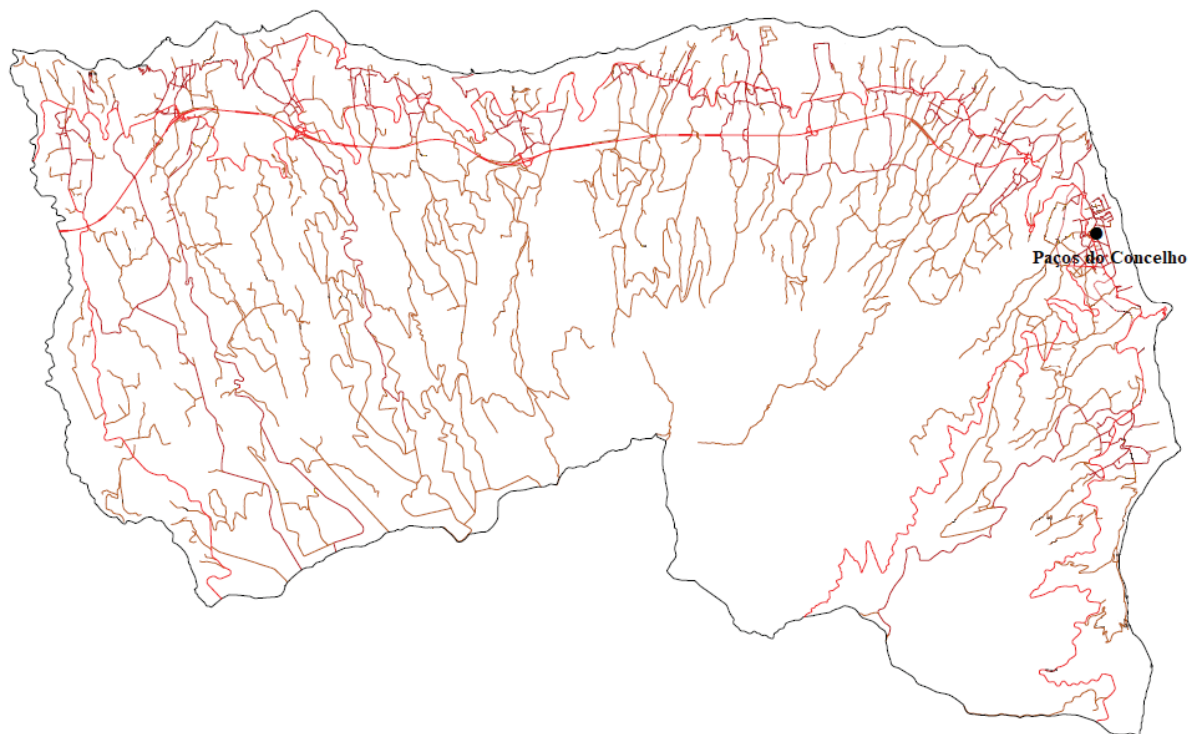
O edifício dos Paços do Concelho foi construído em 1875 com projeto da autoria de Mariano Augusto Machado Faria e Maia. Situa-se na denominada Praça da República, no local onde anteriormente existiu um pequeno edifício que servia de "Casa da Câmara", sendo uma relevante referência da arquitetura civil do século XIX no Nordeste (vd. Figura 80).

PATRIMÓNIO CIVIL – PAÇOS DO CONCELHO

78 – PAÇOS DO CONCELHO - Nordeste

Tabela 13 Património Civil – Paços do Concelho

Fig. 80 Mapa com a localização dos Paços do Concelho



FONTE: Mapa: C. M. N

Anotações: Autora

PAÇOS DO CONCELHO

NORDESTE. PRAÇA DA REPÚBLICA, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO CIVIL – MONUMENTOS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX (1875)

Foto 78 Paços do Concelho – Nordeste



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Edifício dos Paços do Concelho, implantado num largo no centro da Vila de Nordeste, apresenta planta retangular com dois pisos e sótão. A fachada principal do edifício encontra-se dividida em três secções, sendo este construído em alvenaria pintado de branco, exceto as molduras e as faixas que unem, em cada piso, os peitoris dos vãos da secção central da fachada, que são em cantaria à vista.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

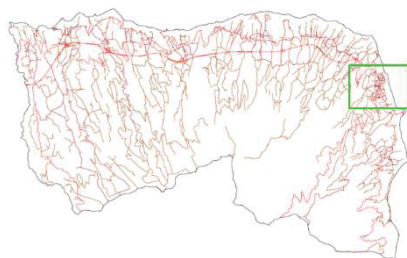
FUNÇÃO INICIAL: Serviços

FUNÇÃO ATUAL: Serviços

OBSERVAÇÕES: O edifício foi construído em 1875 de acordo com o projeto do Engenheiro Mariano Augusto Machado Faria e Maia. Sofreu obras de remodelação em 1993.

DATA DE LEVANTAMENTO: 06-12-2016

Fig. 81 Mapa Paços do Concelho – Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA – PAÇOS DO CONCELHO

Ficha de Caracterização 78 – *Inventário do Património Imóvel dos Açores/São Miguel Nordeste*, Direção Regional da Cultura, (Presidência do Governo Regional dos Açores), 2011, pp. 121 e 122; *O Concelho do Nordeste/Apontamentos para a sua história*, José Carlos Barbosa Carreiro, Câmara Municipal de Nordeste, (Nordeste), 1989, p. 60. Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>).

1.2 Lavadouros

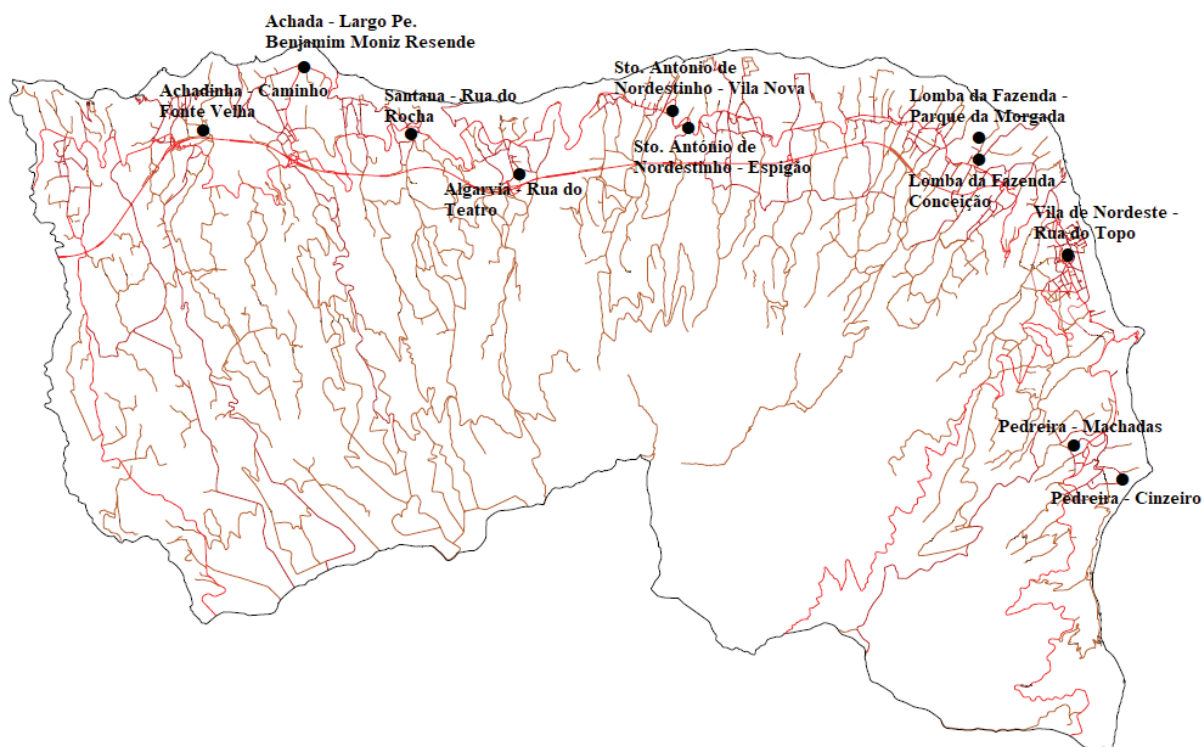
Os lavadouros, tanques ou pias de lavar roupa são, a par dos fontanários, outra estrutura de grande importância no concelho de Nordeste. Quando a urbanização se intensificou, os municípios construíram pias públicas para que as pessoas sem grandes posses, não tivessem que se deslocar para as ribeiras ou outro locais onde fosse possível fazer esse trabalho. Para além do aspeto social e cultural, estes consistiam, em muitos pontos das localidades, marcos arquitetónicos.

No município do Nordeste existiram muitos lavadouros, tendo alguns permanecido no tempo e no espaço, todavia, outros foram aniquilados da paisagem, havendo hoje, no entanto alguns exemplares, como poderemos ver de seguida (vd. Tabela 14 e Figura 82).

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS
79 – LAVADOUROS – Nordeste (Pedreira)
80 – LAVADOUROS – Nordeste (Pedreira)
81 – LAVADOUROS – Nordeste (Vila)
82 – LAVADOUROS – Lomba da Fazenda
83 – LAVADOUROS (Particular) – Lomba da Fazenda
84 – LAVADOUROS – Santo António (Espigão)
85 – LAVADOUROS – Santo António (Rua da Vila Nova)
86 – LAVADOUROS – Algarvia
87 – LAVADOUROS – Santana (Feteira Grande)
88 – LAVADOUROS – Achada
89 – LAVADOUROS – Achadinha

Tabela 14 Património Civil – Lavadouros

Fig. 82 Mapa com a localização dos Lavadouros existentes no Concelho de Nordeste



FONTE: Mapa: C. M. N Anotações: Autora

LAVADOUROS – NORDESTE – PEDREIRA (1)

NORDESTE. CANADA DAS MACHADAS, PEDREIRA

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 79 Lavadouros – Nordeste (Pedreira – Canada das Machadas)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro público construído em blocos de pedra, afigura-se como uma pequena capela, terminando o seu corpo em forma prismática. Este detém, no seu interior, seis tanques agrupados numa base retangular ligeiramente elevada, com “pedra de esfregar”. A água que cai na pia é conduzida para dentro e corre num veio que se distribui pelos tanques.

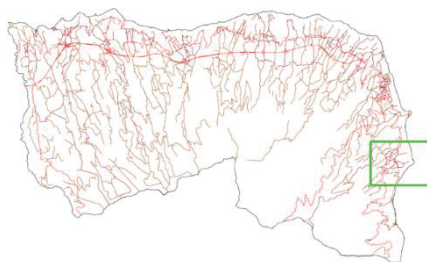
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016

Fig. 83 Mapa Lavadouros – Nordeste (Pedreira – Canada das Machadas)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – NORDESTE – PEDREIRA (2)

NORDESTE. CINZEIRO, PEDREIRA

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 80 Lavadouros – Nordeste (Pedreira - Cinzeiro)



DESCRIÇÃO: Lavadouro construído em alvenaria de pedra rebocada e pintada de branco. Este detém, no seu interior, um tanque de pedra de peça única, dividido em cinco pequenos tanques, interligados entre si, com “pedra de esfregar”. A água que cai da torneira é conduzida por um veio que se distribui pelos tanques.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

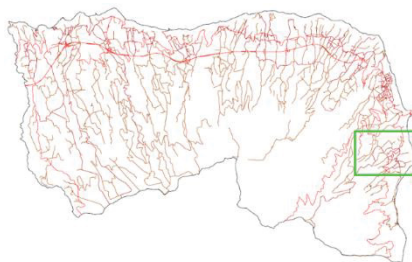
FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 02-12-2016



FONTE: Autora

Fig. 84 Mapa Lavadouros– Nordeste (Pedreira - Cinzeiro)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – NORDESTE – VILA DE NORDESTE

NORDESTE. RUA DO TOPO, VILA DE NORDESTE

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 81 Lavadouros – Nordeste (Vila de Nordeste)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Pequeno lavadouro de peça única com estrutura de base e formato retangular contruído em blocos de pedra rebocada. Atualmente, já não detém a “pedra de esfregar” a roupa.

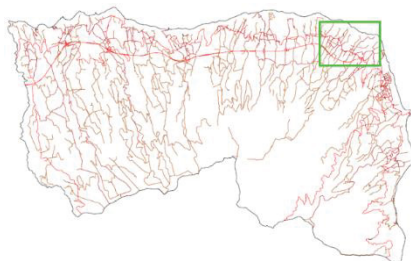
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Mau

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 04-12-2016

Fig. 85 Mapa Lavadouros– Nordeste (Vila de Nordeste)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – LOMBA DA FAZENDA (1)

LOMBA DA FAZENDA. PARQUE DA MORGADA

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 82 Lavadouros – Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro público com estrutura de base e formato retangular, composto por cinco pequenos tanques, com pedras dispostas inclinadamente para friccionar a roupa. Na lateral do lavadouro, encontra-se uma torneira (colocada recentemente), cuja água que dali corre é canalizada para um veio que se vai distribuindo pelos tanques.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

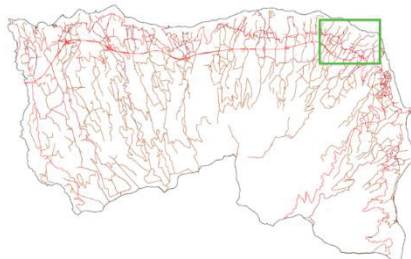
FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

OBSERVAÇÕES: É conhecido por “Lavadouro das Bicas”

DATA DE LEVANTAMENTO: 14-12-2016

Fig. 86 Mapa Lavadouros – Lomba da Fazenda



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – LOMBA DA FAZENDA (2)

LOMBA DA FAZENDA. CONCEIÇÃO

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XIX (1866)

Foto 83 Lavadouros (Particular) – Lomba da Fazenda



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro construído em pedra de peça única com uma pedra disposta inclinadamente para friccionar a roupa. Ao centro do mesmo sai uma bica de água para uma pia retangular.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

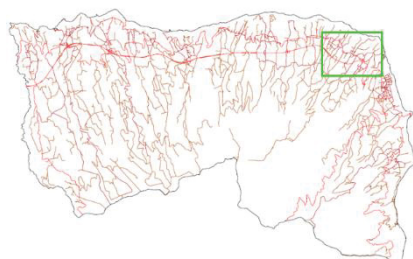
FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

OBSERVAÇÕES: As casas mais abastadas detinham os seus tanques para se lavar a roupa. Estes eram construídos, normalmente, no ângulo de duas paredes e possuíam uma pedra inclinada para friccionar a roupa. Este lavadouro, construído em 1866, era propriedade privada de António Jacinto de Melo. Atualmente, pertence à Junta de Freguesia da Lomba da Fazenda.

DATA DE LEVANTAMENTO: 14-12-2016

Fig. 87 Mapa Lavadouros (Particular) – Lomba da Fazenda



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO (1)

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. ESPIGÃO

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 84 Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Espigão)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro construído em blocos de pedra, afigura-se como uma pequena capela, terminando o seu corpo em forma prismática. Este detém, no seu interior, um tanque de pedra de peça única, dividido em quatro secções com uma pedra disposta inclinadamente para friccionar a roupa. A água que cai na pia é canalizada para dentro e corre num veio que se distribui pelos tanques.

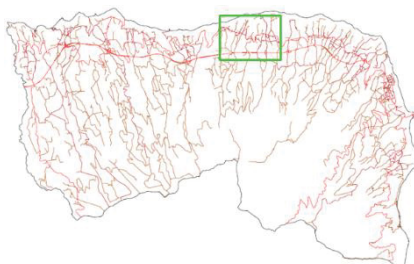
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016

Fig. 88 Mapa Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Espigão)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO (2)

SANTO ANTÓNIO DE NORDESTINHO. RUA DA VILA NOVA

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 85 Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Rua da Vila Nova)



DESCRIÇÃO: Lavadouro construído em blocos de pedra rebocada e pintada de branco, apresenta, no seu interior, um tanque de pedra de peça única, dividido em quatro secções com “pedra de esfregar” roupa. A água que cai na pia é canalizada para dentro e corre num veio que se distribui pelos tanques.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

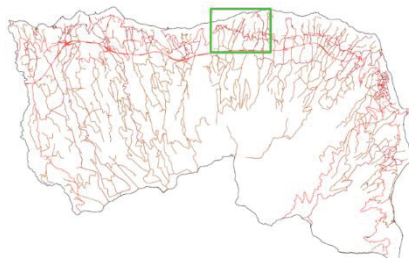
FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 19-12-2016



FONTE: Autora

Fig. 89 Mapa Lavadouros – Santo António de Nordestinho (Rua da Vila Nova)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – ALGARVIA

ALGARVIA. RUA DO TEATRO

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. XX - 1910 (?)

Foto 86 Lavadouros – Algarvia



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro construído em blocos de pedra, afigura-se como uma pequena capela, terminando o seu corpo em forma prismática. Este detém, no seu interior, um tanque de pedra de peça única, dividido em quatro secções com uma pedra disposta inclinadamente para friccionar a roupa. A água que cai na pia é canalizada para dentro e corre num veio que se distribui pelos tanques.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

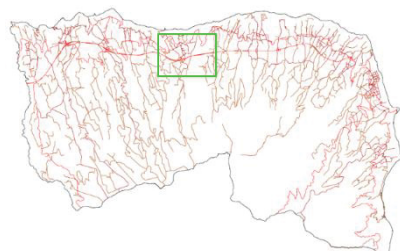
FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

OBSERVAÇÕES: Este lavadouro público encontrava-se unido à primitiva ermida de Nossa Senhora do Amparo, encostado à antiga parede da Casa da Música, onde, atualmente está um simples miradouro ajardinado. Em 1946, apenas o padre Dinis Inácio Machado, o médico Dionísio Cabral de Lima Júnior e Matias João Machado, usufruíam de água em casa.

DATA DE LEVANTAMENTO: 22-12-2016

Fig. 90 Mapa Lavadouros – Algarvia



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – SANTANA – FETEIRA GRANDE

SANTANA. RUA DO ROCHA, FETEIRA GRANDE

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 87 Lavadouros – Santana (Feteira Grande)



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro construído em alvenaria de pedra rebocada, apresenta no seu interior um tanque de pedra de peça única, dividido em quatro secções com uma pedra disposta inclinadamente para friccionar a roupa. A água que cai na pia é canalizada para dentro e corre num veio que se distribui pelos tanques. A água que sai dos tanques é aproveitada (atualmente) para a rega dos campos.

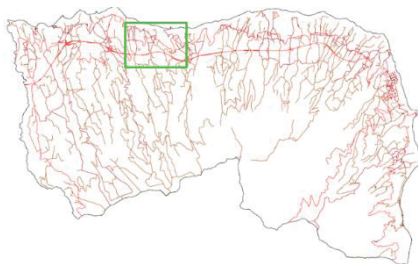
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Mau

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 27-12-2016

Fig. 91 Mapa Lavadouros – Santana (Feteira Grande)



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – ACHADA

ACHADA. LARGO PADRE BENJAMIM MONIZ RESENDE

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 88 Lavadouros – Achada



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Lavadouro construído ao no Largo Padre Benjamim Moniz Resende, ostenta no seu interior, três tanques agrupados, assentes numa base retangular, com uma pedra disposta inclinadamente para friccionar a roupa.

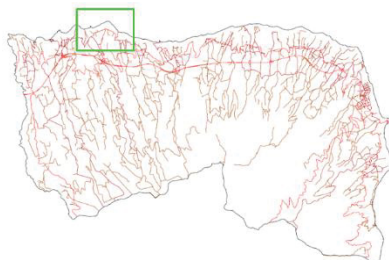
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 03-01-2017

Fig. 92 Mapa Lavadouros – Achada



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

LAVADOUROS – ACHADINHA

ACHADINHA. CAMINHO FONTE VELHA

PATRIMÓNIO CIVIL – LAVADOUROS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: SÉC. (?)

Foto 89 Lavadouros – Achadinha



FONTE: Autora

DESCRIÇÃO: Estrutura de base e formato retangular, com cobertura em argamassa sustentada por duas colunas. Apresenta no seu interior, um tanque de pedra de peça única, dividido em seis secções com uma pedra disposta inclinadamente para friccionar a roupa. A água que cai na pia é canalizada para dentro e corre num veio que se distribui pelos tanques.

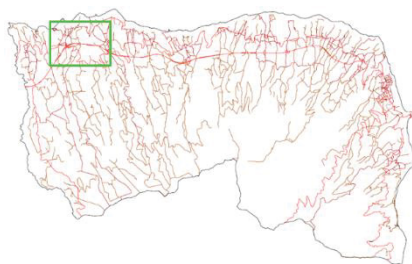
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

FUNÇÃO INICIAL: Lavadouro

FUNÇÃO ATUAL: Sem utilidade

DATA DE LEVANTAMENTO: 05-01-2017

Fig. 93 Mapa Lavadouros – Achadinha



FONTE: Mapa: C. M. N



Anotações: Autora

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA – LAVADOUROS

Ficha de Caracterização 79 – Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 80 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/928FB64A-64C2-4E1D-BBDD-C11351A63D12.htm>); Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 81 – Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 82 – José de Almeida Mello, *Lomba da Fazenda – Traços de Memórias*, Publicor, 2009, p. 25; Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 83 – Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 84 – Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 85 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santo+Ant%C3%B3nio+Nordestinho.htm>); Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 86 – Adélio Amaro, *Algarvia. Apontamentos para a sua história*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013, 1.^a Edição, pp. 489 a 498; Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/NR/exeres/E30815D3-D3FB-4526-BC52-E543E297E60F.htm>); Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 87 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Santana.htm>); Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 88 – Governo dos Açores (<http://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-cets/conteudos/livres/Achada.htm>); Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

Ficha de Caracterização 89 – Diagnóstico Turismo e de Sustentabilidade das Terras do Priolo, pág. 54 (http://www.spea.pt/fotos/editor2/diagnostico_cets_terrasdopriolo.pdf).

CONCLUSÃO

O concelho de Nordeste é rico em memórias e práticas, e muitas delas estão a ser esquecidas. Se, após o seu desaparecimento, delas nada restar, será como se séculos de história nunca tivessem existido e todo um conjunto grande de saberes se apagasse. Assim, urge recolher e preservar os modos de vida e as memórias relacionadas com o património cultural, material e imaterial do concelho de Nordeste e apostar na sua divulgação, porque serão fontes de informação únicas e também um forte instrumento de construção identitária individual e coletiva.

O título que atribuímos a este relatório “Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste” encerra em si as duas vertentes nas quais mais incidimos aquando da elaboração do nosso projeto inserido no âmbito do estágio curricular realizado no Gabinete do Património, Cultura e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nordeste. Ou seja, a realização de uma pesquisa histórico-cultural do concelho de Nordeste e um contributo para a elaboração de uma Carta Patrimonial.

O Estágio teve como objetivo principal identificar, assinalar e dar a conhecer os bens e equipamentos culturais existentes no concelho de Nordeste, por forma a se apresentar um contributo para a criação de uma Carta Patrimonial. Para tal, foi efetuado um trabalho de identificação, mapeamento e caracterização dos equipamentos culturais existentes de modo a espelhar a realidade cultural do Nordeste no que concerne aos bens e equipamentos disponíveis, bem como simplificar o seu acesso, a todos os residentes e a outras populações fora das fronteiras do concelho. Assim, consideramos, que esta proposta identifica e define aquilo que é uma realidade incontornável da identidade do concelho de Nordeste, nomeadamente, a história, a cultura, a beleza natural, a riqueza arquitetónica e muitas outras manifestações culturais.

Só com um conhecimento histórico do concelho é que poderíamos desempenhar com todo o rigor e objetividade o levantamento dos bens e equipamentos culturais no seu espaço administrativo. Foi uma tarefa árdua, com alguns obstáculos que tivemos de ultrapassar, principalmente com a escassez, ou inexistência, de estudos aprofundados sobre o concelho ou sobre os bens e equipamentos culturais referenciados.

Embora não tenhamos conseguido obter um nível de informação semelhante para todos os bens e equipamentos culturais, cumprimos o nosso principal objetivo que se centrava no preenchimento da maioria dos campos da ficha de caracterização respeitante a cada bem referenciado. Contudo, devido ao elevado número de elementos a referenciar e ao

curto espaço de tempo para o efetuar, o objetivo não passou pelo aprofundamento de cada um dos elementos referenciados, mas sim, no fornecimento de bases para que as mesmas sejam potencializadas e desenvolvidas no futuro.

Este projeto pretendeu, deste modo, ser apenas um ponto de partida para a implementação de uma Carta Patrimonial no município de Nordeste, sendo que no futuro, dever-se-á potenciar o seu levantamento, por forma a criar roteiros turísticos gerais ou especializados, como por exemplo, a rota do património religioso.

Assim, toda a informação contida no relatório, que testemunha a riqueza inquestionável do património cultural do município de Nordeste, não se resume àquilo que aqui foi apresentado, pois ainda existe muito por explorar e estudar neste concelho. O projeto foi assim apenas um primeiro desafio, que poderá ser reutilizado por outras pessoas e/ou entidades.

Ao finalizarmos a redação deste relatório, sentimos que encerramos apenas um começo e não um fim. Com este projeto pretendemos apenas fornecer elementos para a construção de bases sustentáveis sobre as quais se deverá erguer o modelo de Carta Patrimonial.

Em conclusão, a realização do estágio (e do respetivo relatório) representou, desde o início, um enorme desafio pessoal e profissional, assim como uma oportunidade única de apreensão de um universo patrimonial muito rico e diversificado, na sua maioria pouco conhecido dos próprios nordestenses. Foi igualmente muito gratificante, o sentimento de dever cumprido, sabendo que fui útil a toda a comunidade nordestense, ao contribuir, de certa forma, para a promoção do seu maior tesouro, o seu Património Cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação

Autarquias Locais – Legislação Nacional, disponível em:

http://www.cmpv.pt/ficheiros/pdfs/info_regulamentar/2738.pdf, consultado a 0-08-2017.

Assembleia da República, Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, Disponível em:

<http://www.freguesiadevalongo.pt/doc/Lei%205-A-2002.pdf>, consultado a 0-08-2017.

Assembleia da República, Lei N.º 107/2001, de 8 de Setembro, Disponível em:

http://www.icom-portugal.org/multimedia/documentos/Lei_bases_patrimonio.pdf,

consultado a 19-01-2017.

Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional (2005). Disponível em:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>, consultado a 04-05-2017.

Convenção Cultural Europeia de 19 de dezembro de 1955. Decreto n.º 717/75 de 20 de dezembro. D. R. I Série A. N.º 293 (1975 – 12 – 20) p. 2107. Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/310763>, consultado a 04-05-2017.

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Decreto n.º 49/79 de 6 de junho. D. R. I Série A. N.º 130 (1979 – 06 – 06). Disponível em:

<https://dre.pt/application/file/383370>, consultado a 04-05-2017.

Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. Aviso n.º (057IA0/78)C de 9 de março de 1978. D. R. I Série A. N.º 57 (1978 – 03 – 09). Disponível em:

http://www.apav.pt/apav_v2/images/pdf/dudh.pdf, consultado a 04-05-2017.

Decreto Legislativo Regional n.º 3/2015/A de 4 de Fevereiro - Regime Jurídico de Protecção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel. Disponível em:

(<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/201524151337.pdf>, consultado a 26-09-2016).

Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de Junho – Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Disponível em:

(<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/2012103145012.pdf>,

consultado a 26-09-2016).

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro - Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Disponível em:

(<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20121031207.pdf>, consultado a 26-09-2016).

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, Artigo 20.º, Património, Cultura e Ciência. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1228&tabela=leis, consultado a 30-08-2017.

Lei 159/99, 14 Setembro, artigo 14º. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1228&tabela=leis, consultado a 05-05-2017.

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. D. R. I Série A. N.º 176 (2013 – 09 – 12) p. 5698. Disponível em: http://www.anmp.pt/files/djur/2013/Lei75_2013_12_Set_2013AlterCIM.pdf, consultado a 04-05-2017.

Listagem dos conjuntos/imóveis classificados de interesse municipal na Região Autónoma dos Açores. Disponível em: (<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/201511129620.pdf>, consultado a 26-09-2016 (págs. 14 e 15).

ICOMOS – Declaração do México. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>, consultado a 04-05-2017.

Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto - Republica o Decreto-Lei n.º139/2009, de 15 de junho, diploma nacional que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, Disponível em (<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/2015119114330.pdf>, consultado a 26-11-2016).

Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de março - Decreta a ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 de outubro de 2003, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, em 24 de janeiro de 2008. Disponível em: (<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20141230112336.pdf>, consultado a 26-11-2016).

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011/A, de 4 de julho - Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial da Região Autónoma dos Açores. Disponível em: (<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20141230113351.pdf>, consultado a 26-11-2016).

Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril - Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial para a República Portuguesa, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho. Disponível em:

(<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20141230112853.pdf>, consulta do a 26-11-2016).

Portaria n.º 80/2012, de 13 de julho - Aprova as categorias pré-definidas e a documentação obrigatória relativa aos pedidos de inventariação de manifestações do património cultural imaterial da Região Autónoma dos Açores, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011/A, de 4 de julho

Disponível em:

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ficheiros/legislacao/20141230113534.pdf>, consultado a 26-11-2016.

Fontes

DIAS, Urbano Mendonça, *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*, Vila Franca, 1949.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, Livro IV, 2005.

JACINTO D'AMARAL, Padre Francisco, *a Fazenda do Nordeste. Notas para a sua história*, SerSilito Empresa Gráfica, Lda. /Maia.

SERPA, José Machado – Notícia sobre a Vila de Nordeste, Ponta Delgada, 1889.

TORRES, José de – *Ensaio*, Ponta Delgada, 1849.

Bibliografia

AAVV, *Guia Turístico do Nordeste*, Câmara Municipal de Nordeste, 2016.

AAVV, *Câmara Municipal do Nordeste, Nordeste*, 1.ª Edição, PUBLIÇOR – Publicações & Publicidade, Lda., 2003.

AAVV, CULTURA, Direcção Regional, *São Miguel Nordeste. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, Presidência do Governo Regional dos Açores, 2011.

AAVV, “DRd – Desenvolvimento Regional em debate, Desenvolvimento: Um conceito multidimensional”, 2012 in http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf (consultado em 19-11-2016).

AFONSO, Simonetta Luz, *Património Cultural – reflexões sobre a sua prática*, In *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, 1996.

AGUIAR, Cristóvão de, *Emigração e outros temas Ilhéus*, Eurosigno Publicações, Lda, 1991.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, *A Décima Ilha e o estreitamento das pontes sobre o rio Atlântico*, Providence, Rhode Island, 2001.

AMARO, Adélio, *Algarvia. Apontamentos para a sua história*, Junta de Freguesia da Algarvia, 2013.

BABO, Elisa Pérez e GUERRA, Paula, “As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso”, 2005 in <http://hdl.handle.net/10216/53702> (consultado em 19-11-2016).

BAPTISTA, Adelaide, CARDOSO, *Homem, S. Miguel Nordeste. E no princípio era a Ilha*, Ponta Delgada, Éter, Jornal de Cultura, Coleção Lugares, Volume I, 1995.

BORGES MOTA, Mário J, *Atlântico Nordeste – Migrações. Da Europa à América e dos Açores ao Canadá*, COINGRA, Companhia Gráfica dos Açores, Lda, 1ª edição, 2017.

BRITO, Raquel Soeiro, *São Miguel a Ilha Verde – Estudo Geográfico (1950-2000)*, Fábrica de Tabaco Micaelense, Ponta Delgada, 2004.

“Carta Europeia de Turismo Sustentável – Terras do Priolo, Diagnóstico Turístico e de Sustentabilidade das Terras do Priolo”, 2011 in <http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/3A938185-6864-40C7-8DCE-21B4110E8AF1/694697/Diagn%C3%B3sticoCETSTerrasdoPriolo.pdf> (consultado em 18-03-2016).

CARVALHO, Paulo, “Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes”, 2012 in [https://digitalis.uc.pt/pt-pt-artigo/patrim%C3%B3nio_e_desenvolvimento_em_ambiente_rural_lugares_rotas_e_re-des](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/patrim%C3%B3nio_e_desenvolvimento_em_ambiente_rural_lugares_rotas_e_re-des) (consultado em 18-08-2017).

Código de Ética e de Conduta da Câmara Municipal de Nordeste”, Câmara Municipal de Nordeste, 2015, Disponível em: <http://cmnordeste.pt/municipio/wp-content/uploads/sites/3/2014/12/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-de-Conduta-da-C%C3%A2mara-Municipal-de-Nordeste.pdf> (consultado em 30-08-2017).

Conceito de Desenvolvimento, 2011 in <http://conceito.de/desenvolvimento> (consultado em 20-11-2016).

CABRAL FERREIRA, José Maria, *Artesanato, Cultura e Desenvolvimento Regional – Um Estudo de Campo e Três Ensaio Breves*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Vila da Maia, 1983.

CARREIRO, José Carlos B., *O Concelho do Nordeste. Apontamentos para a sua História*, s/I (Nordeste), Câmara Municipal de Nordeste, 1989.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, 2010.

COSTA, Carreiro, *da Etnologia dos Açores Volume 1*, Câmara Municipal da Lagoa, Lagoa, 1989, 1991.

COSTA, Igor Cristiano, “Do Património Devoluto ao Desenvolvimento Local Sustentável Dois casos de estudo na cidade do Fundão”, 2013 in <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2064/1/Igor%20Costa%20-%20Do%20Patrim%C3%B3nio%20Devoluto%20ao%20Desenvolvimento%20Local%20Sustent%C3%A1vel.pdf> (consultado em 16-03-2017).

COSTA, Susana Goulart, “O Património perto de si? – O que é o património cultural” in *Açoriano Oriental*, 4 de Março de 2012.

Cultura Norte, “Património cultural”, Ministério da Cultura, Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/> (consultado em 17-11-2016).

CUSTÓDIO, Jorge (coord. científico). *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico I.P., 2010.

Dicionário Enciclopédico das Freguesias 4.º Volume, Minhaterra. Estudos Regionais de Produção e Consumo, Lda.

DORES, Victor Rui, “Roteiro dos Grupos Folclóricos dos Açores / Comunidades” in: <http://folcloreazores.com/#> (consultado em 16-08-2017).

FERNANDES, José Manuel Fernandes, *História da Arquitectura dos Açores*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008.

FERREIRA, V, “Olhares sobre o património cultural. Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte”, 2011: 8 in https://www.researchgate.net/profile/Vitor_Ferreira10/publication/260247302_Olhares_Sobre_o_Patrimonio_Cultural/links/0deec5304e5e2008ed000000/Olhares-Sobre-o-Patrimonio-Cultural.pdf (consultado em 4-10-217).

ICOMOS, “Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas”, 1987 in <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf> (consultado em 05-10-2017).

Instituto Nacional de Estatística, “Censos 2011”, 2012 in http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156658963&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tabelle1&pcensos=61969554 (consultado em 16-02-2017).

KÜHL, Beatriz, “A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico”, 2007 in <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15601/17175> (consultado a 05-10-2017).

LOPES, Ana e CASTRO RODRIGUES, Emanuel, “O Conceito de Património e a sua evolução” in *Terras do Demos – Potencialidades Territoriais no Desenvolvimento do Turismo Cultural*, 2009 in

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Premio%20Bartolomeu/147A.pdf> (consultado em 18-11-2016).

MARTINS, Moisés, “Identidade Regional e Local e Intervenção Autárquica da ideia polarizada de Desenvolvimento (Paradigma Centro/Periferia) A definição da Comunidade como experiência translocal”, 1993 in

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25354> (consultado em 17-11-2016).

MEDEIROS, Octávio H. Ribeiro de, *Emigração e Regresso no Concelho de Nordeste*, CES/Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2004.

MELO, Eduardo, *Os Provedores da Misericórdia de Nordeste*, Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, Ponta Delgada, 2006.

MELO, Eduardo Jorge Lima, *Contos Ilhéus. Desde o século XV até ao início da República*, Câmara municipal de Nordeste, 1999.

Ministério da Cultura - Cultura Norte, “Património cultural” in

<http://www.culturanorte.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/> (consultado em 17-11-2016).

Nordeste | Página Web do Município do Nordeste: <http://cmnordeste.pt/>.

OLIVEIRA, Gilson Batista, “Uma questão sobre o conceito de Desenvolvimento”, 2002 in <https://www.researchgate.net/publication/249313650> *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento* (consultado em 20-11-2016).

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Representação da UNESCO no Brasil, “Património: legado do passado ao futuro” in

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/> (consultado em 18-11-2016).

PEREIRA, Pedro Manuel Figueiredo, “O Património perante o Desenvolvimento”, Lisboa, 2010 in

http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/pedro_cardoso.pdf (consultado a 17-11-2016).

PINTO, Celina, “Património Cultural Imaterial no Museu da Terra de Miranda”, Lisboa, 2009: 29-30 in

http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/celina_pinto.pdf (consultado em 05-10-2017).

RAMOS, Paulo Oliveira, “O Alvará Régio de 20 de Agosto de 1721 e de D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1.º Marquês de Abrantes – Uma leitura”, 2004 in

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4320/1/Paulo%20Ramos.pdf> (consultado em 21-11-2016).

RODRIGUES, José Damião, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

SIEDENBER, Dieter Rugard, “Desenvolvimento, ambiguidades de um conceito difuso”, 2004 in

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87/44>, (consultado em 20-11-2016).

SOUSA, Lúcia Cardoso de, “Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever”, 2014 in

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34307/1/Tese%20final.pdf>
(consultado em 17-11-2016).

ANEXOS

Anexo I – Cronograma do trabalho

Tarefas	Nov 2016	Dez 2016	Jan 2017	Fev 2017	Mar 2017	Abr 2017	Mai 2017	Jun 2017	Jul 2017	Ago 2017	Set 2017	Out 2017
Leitura de Bibliografia	x	x	x	x	x							
Estágio	x	x	x									
Elaboração do Relatório de Estágio			x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Entrega do Relatório												x

Anexo II – Cronograma do Estágio

MÊS / ANO	DIA	ESTÁGIO	FREGUESIA	LUGAR / LOCALIDADE	1.ª FASE	N.º DE HORAS
nov/16	17	Integração	Nordeste	(Vila) C.M.N	Pesquisa bibliográfica	4 H
	18	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	21	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	22	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	23	Recolha de Informação	Lomba da Fazenda	Biblioteca Municipal		7 H
	24	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	25	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	28	Recolha de Informação	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	29	Recolha de Informação	Ponta Delgada	Biblioteca Municipal		7 H
30	Recolha de Informação	Ponta Delgada	Biblioteca U.A.C	7 H		
				(Vila) C.M.N		7 H
MÊS / ANO	DIA	ESTÁGIO	FREGUESIA	LUGAR / LOCALIDADE	2.ª FASE	N.º DE HORAS
dez/16	2	Trabalho de Campo	Nordeste	Pedreira	Levantamento fotográfico Preenchimento das Fichas de Caracterização	7 H
	5	Trabalho de Campo	Nordeste	Pedreira		7 H
	6	Trabalho de Campo	Nordeste	Vila de Nordeste		7 H
	7	Trabalho de Campo	Nordeste	Vila de Nordeste		7 H
	9	Trabalho de Campo	Nordeste	Vila de Nordeste		7 H
	12	Trabalho de Campo	Lomba da Fazenda	Lomba da Fazenda		7 H
	13	Trabalho de Campo	Lomba da Fazenda	Lomba da Fazenda		7 H
	14	Trabalho de Campo	Lomba da Fazenda	Lomba da Fazenda		7 H
	15	Trabalho de Campo	S. Pedro Nordestinho	S. Pedro Nordestinho		7 H
	16	Trabalho de Campo	S. Pedro Nordestinho	S. Pedro Nordestinho		7 H
	19	Trabalho de Campo	S. António Nordestinho	S. António Nordestinho		7 H
	20	Trabalho de Campo	S. António Nordestinho	S. António Nordestinho		7 H
	21	Trabalho de Campo	Algarvia	Algarvia		7 H
	22	Trabalho de Campo	Algarvia	Algarvia		7 H
	27	Trabalho de Campo	Santana	Feteira Grande		7 H
	28	Trabalho de Campo	Santana	Feteira Pequena		7 H
	29	Trabalho de Campo	Achada	Achada		7 H
jan/17	3	Trabalho de Campo	Achada	Achada	7 H	
	4	Trabalho de Campo	Achadinha	Achadinha	7 H	
	5	Trabalho de Campo	Achadinha	Achadinha	7 H	
	6	Trabalho de Campo	Salga	Salga	7 H	
	9	Trabalho de Campo	Salga	Salga	7 H	
MÊS / ANO	DIA	ESTÁGIO	FREGUESIA	LUGAR / LOCALIDADE	3.ª FASE	N.º DE HORAS
jan/17	10	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N	Tratamento dos dados recolhidos Elaboração da Carta Patrimonial	7 H
	11	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	12	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	13	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	16	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	17	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	18	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	19	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	20	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	23	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	24	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	25	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
	26	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N		7 H
27	Trabalho de Gabinete	Nordeste	(Vila) C.M.N	7 H		
TOTAL		46 Dias	22 visitas			319 H

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais e
Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal

Contributo para uma Carta Patrimonial no Concelho de Nordeste

Zaida Maria da Silva Medeiros

RE



2017